

# Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Nutrição



**DIRETOR PRESIDENTE**  
Wellington Lins de Albuquerque

**VICE-PRESIDENTE**  
George Lins de Albuquerque

**DIRETORA ACADÊMICA**  
Profa. MSc. Cinara da Silva Cardoso

**COORDENADOR DE ENSINO**  
Prof. MSc. Gerson de Mendonça Nogueira  
Profa. Esp. Cibelly Arianda Matos dos Santos

**PROCURADORA INSTITUCIONAL**  
Prof. Edson Stanislau Affonso Neto

**COORDENADORA DE PESQUISA**  
Profa. MSc. Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo

**COORDENADORA DE EXTENSÃO**  
Prof. Esp. Jessé Davi Cavalcante Bessa

**COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
Profa. Esp. Telma do Socorro da Silva Lopes

**COORDENADOR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM  
NUTRIÇÃO**  
Prof. Esp. José Gerardo Barreto Júnior

**COMISSÃO PRÓRIA DE AVALIAÇÃO - 2017**  
Profa. MSc Ana Medeiros Magalhães- Presidente | Prof. Dr. Servulo Casas Furtado –  
Representante Docente | Leonarda de Almeida Trovão - Representante Administrativo |  
Milena Romão da Silva - Representante Discente | Cristiano Lucio Torrez Lira -  
Representante da Comunidade

## SUMARIO

### CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

Nome da Mantenedora .....	12
Base Legal da Mantenedora.....	12
Nome da Mantida .....	12
Base Legal da IES.....	12
Perfil e Missão da IES .....	13
Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região .....	14
Breve Histórico da IES .....	16
Tabela: Evolução do IGC Contínuo da FAMETRO .....	16
Áreas de atuação na Graduação.....	19
Áreas de atuação da PÓS-GRADUAÇÃO (lato sensu) .....	21
SÍNTESE DA IES .....	22

### CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

a) Nome do curso .....	24
b) Nome da Mantida .....	24
c) Endereço de Funcionamento do curso .....	24
d) Justificativa para a criação/existência do curso.....	25
e) Relato de como se desenvolve o processo de construção/ implantação/ consolidação do PPC.....	26
f) Relato sobre a coerência entre o PPC apresentado e os seguintes aspectos: contexto educacional e necessidade locais/regionais, missão da Instituição, DCNs e PDI e perfil do egresso.....	26

g) Descrição das particularidades do PPC que ressaltam a identidade do curso.....	27
h) Atos legais do curso.....	27
i) Número de Vagas.....	27
j) Conceito preliminar de Curso -CPC e Conceito de Curso-CC.....	27
k) Resultado do ENADE no último Triênio.....	28
l) Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão.....	28
m) Turnos de Funcionamento do Curso.....	28
n) Carga Horária Total do Curso.....	28
o) Tempo mínimo e máximo para integralização.....	28
p) Identificação dos coordenadores do curso.....	28
q) Perfil do Coordenador (a) do Curso.....	28
r) Composição, titulação, regime de trabalho e permanência sem interrupção dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	29
s) O Tempo médio de permanência do corpo docente no curso.....	29
t) Disciplinas ofertadas no curso em língua estrangeira.....	29
u) Informações relacionadas ao quantitativo anual do corpo docente desde o último ato autorizativo anterior à avaliação in loco.....	29
v) Relação de convênios vigentes do curso com outras instituições.....	29

## **1. DIMENSÃO: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO – PEDAGÓGICA**

1.1 Contexto Educacional.....	30
1.1.1 Demandas econômicas.....	30
1.1.2 Demandas sociais.....	32

1.1.3 Demandas culturais.....	34
1.1.4 Demandas políticas.....	35
1.1.5 Demandas ambientais.....	36
1.1.5.1 Política Ambiental da FAMETRO.....	37
1.1.5.2 Dos objetivos da política ambiental da FAMETRO.....	38
1.1.5.3 Dos instrumentos da política ambiental da FAMETRO.....	39
1.2 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....	39
1.2.1 Política de Ensino.....	39
1.2.1.1 Projetos Interdisciplinares do Curso no ultimo Triênio.....	42
1.2.1.2 Projetos Transversais do Curso no ultimo Triênio.....	50
1.2.1.3 Projetos de Iniciação Científica e Iniciação tecnológica do curso no último Triênio.....	54
1.2.1.4 Projetos de Extensão e Responsabilidade Social.....	57
1.3 Objetivos do Curso.....	60
1.3.1 Objetivo Geral.....	52
1.3.2 Objetivos Específicos.....	61
1.4. Perfil profissional do Egresso.....	62
1.4.1 Competências e Habilidades.....	63
1.4.2. Competências e Habilidades Específicas.....	64
1.5 Estrutura Curricular.....	64
1.5.1 Matriz Curricular.....	67
1.5.2 Ementário.....	69

1.6 Conteúdos Curriculares.....	111
1.7 Metodologia.....	113
1.7.1 Metodologia de Ensino.....	113
1.7.2 Atividades Pedagógicas.....	118
1.7.3 Metodologia das atividades interdisciplinares e transversais.....	121
1.7.4 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos.....	121
1.7.5 Aulas Práticas.....	123
1.8 Estágio Curricular Supervisionado (Práticas Profissionais) .....	124
1.9 Estágio Curricular Supervisionado.....	134
1.10 Estágio Curricular Supervisionado – Relação com a rede de escolas da educação básica.....	134
1.11 Estágio Curricular Supervisionado – Relação entre os licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da educação básica.....	134
1.12 Estágio Curricular Supervisionado-Relação entre Teoria e Prática.....	134
1.13 Atividades Complementares.....	134
1.14 Trabalho de conclusão de curso.....	135
1.15 Apoio ao Discente.....	137
1.15.1 EIXO 01. Atividades Extraclasse.....	137
1.15.2 EIXO 02. Atendimento Pedagógico; Acompanhamento Psicopedagógico e Acessibilidade.....	138
1.15.3 EIXO 03. Serviços Acadêmicos.....	141
1.16 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso.....	142
1.16.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional.....	143

1.16.2 Objetivos Específicos.....	143
1.16.3 Metodologia da avaliação institucional.....	144
1.16.4 Avaliação Interna – composta por duas avaliações .....	144
1.16.5 Segundo Nível: Avaliação de Curso .....	145
1.16.6 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional.....	146
1.17 Atividades De Tutoria.....	150
1.18 Tecnologia de Informação e Comunicação no Processo Ensino Aprendizagem.....	150
1.19 Material Didático Institucional.....	151
1.20 Mecanismos de Interação entre Docentes; Tutores e Estudantes.....	151
1.21 Procedimentos de Avaliação dos Processos Ensino-Aprendizagem.....	151
1.21.1 Formas de Acesso ao Curso.....	157
1.21.1.1 Do Processo Seletivo.....	158
1.21.1.2 Transferência.....	159
1.21.1.3 Do Portador de Diploma de Curso Superior.....	159
1.21.1.4 Da Re-opção.....	159
1.21.1.5 ENEM.....	160
1.21.1.6 Matrícula.....	160
1.22 Número de vagas.....	161
1.23 Integração com a Rede Pública de Ensino.....	161
1.24 Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde/SUS relação aluno/docente.....	161

1.25 Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde/SUS relação aluno/usuário.....	161
1.26 Atividades Práticas de Ensino.....	162
1.27 Atividades Práticas de Ensino para Áreas da Saúde.....	162
1.28 Atividades Práticas de ensino para Licenciaturas.....	162
<b>2 DIMENSÃO: CORPO DOCENTE</b>	
2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante- NDE.....	163
2.2 Atuação do Coordenador de Curso.....	164
2.3 Experiência Profissional, de Magistério e de Gestão Acadêmica do Coordenador do Curso.....	165
2.4 Regime de Trabalho do Coordenador de Curso.....	166
2.5 Carga Horária de Coordenação de Curso.....	166
2.6 Titulação do Corpo Docente.....	166
2.7 Percentual de Doutores.....	167
2.8 Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica.....	167
2.9 Relação entre o número de docentes e o número de vagas.....	167
2.10 Funcionamento do Colegiado de Curso.....	167
2.11 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância.....	168
2.12 Relação docentes e Tutores – presenciais e a distância – por estudante..	168
2.13 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência da Assistência Médica.....	169
2.14 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência da Assistência Odontológica.....	169
2.15 Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente.....	169

### 3 DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA

3.1 Gabinete de Trabalho para Professores Tempo Integral – TI.....	170
3.2 Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos...	171
3.3 Sala de Professores.....	171
3.4 Salas de Aula.....	171
3.5 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática.....	171
3.6 Livros da bibliografia básica.....	171
3.7. Livros da Bibliografia Complementar.....	172
3.8 Periódicos Especializados.....	172
3.8.1 Periódicos impressos.....	172
3.8.2 Periódicos on line.....	172
3.9 Laboratórios e Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade.....	173
3.9.1 Laboratórios Básicos do Curso: Quantidade.....	173
3.9.1.1 Laboratório de Anatomia Humana.....	173
3.9.1.2 Laboratório de Citologia/ Histologia/ Embriologia.....	174
3.9.1.3 Laboratório de Microbiologia.....	174
3.9.1.4 Laboratório de Química.....	174
3.9.1. 5 Laboratório De Informática.....	175
3.9.2 Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade.....	175
3.9.3 Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços.....	175
3.9.4 Sistema de Controle de produção e distribuição de material didático.....	176

3.9.5 Núcleo de Práticas Jurídicas.....	176
3.9.6 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação.....	176
3.9.7 Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial conveniados.....	176
3.9.8 Sistema de referência e Contra referência.....	176
3.9.9 Biotérios.....	176
3.9.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde.....	177
3.9.11 Laboratórios de Habilidades.....	177
3.9.12 Protocolos de Experimentos.....	177
3.9.13 Comitê de ética.....	177
3.9.14 Comitê de ética para Utilização de Animais (CEUA).....	177
3.9.15 Biblioteca e Política de Acervo.....	177
3.9.16 Infraestrutura de Segurança.....	179
<b>4 DIMENSÃO : REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS</b>	
4.1 Dispositivos Legais.....	181
4.2 programas institucionais.....	185
4.2.1 Programa de Acompanhamento de Egressos.....	185
4.2.2 Programa de Acessibilidade e Inclusão.....	188
4.2.3 Programa de Monitoria.....	191
4.2.4 Programa de Articulação Pesquisa Ensino e Extensão.....	200
4.2.5 Programa de Nivelamento.....	204
4.2.6 PAD – Programa de Acompanhamento Discente.....	206
Eixo 01. Atividades Extraclasse.....	206
Eixo 02. Atendimento Pedagógico; Acompanhamento	207

Psicopedagógico e Acessibilidade.....	
Eixo 03. Serviços Acadêmicos.....	210
4.2.7 Programa de Avaliação Institucional.....	211
4.3 Regulamentos Institucionais.....	218
4.3.1 Regulamento de Monitoria.....	218
4.3.2 Regulamento do Programa de Nivelamento .....	220
4.3.3 Regulamento Do Núcleo De Orientação À Pesquisa E Inovação.....	222
4.3.4 Regulamento dos Laboratórios.....	230
4.3.5 Regulamento de Aulas Práticas em Laboratórios.....	233
4.3.6 Regulamento do Projeto Transversal.....	237
4.3.7 Regulamento do Projeto Interdisciplinar.....	240
4.3.8 Regulamento da Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico da FAMETRO.....	243
4.3.9 Regulamento Da Educação Para Os Direitos Humanos.....	246
4.3.10 Regulamento do Atendimento ao Aluno com Transtorno Do Espectro Autista.....	248
4.3.11 Regulamento do NAPA – Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão.....	251
4.3.12 Regulamento Geral Representante Discente.....	255
4.3.13 Regulamento da Comissão Própria de Avaliação.....	257
4.3.14 Regulamento Laboratório de Informática.....	260
4.3.15 Regulamento do Núcleo Docente Estruturante da FAMETRO.....	263
4.3.16 Regulamento de Aulas Práticas em Laboratórios.....	266

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES**

### **a) Nome da Mantenedora:**

IME- Instituto Metropolitano de Ensino LTDA.

### **b) Base legal da Mantenedora:**

Endereço: Avenida Constantino Nery, 3000- Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Razão Social: Instituto Metropolitano de Ensino – IME

CNPJ: 03.817.341/0001-42

Registro no Cartório: Cartório Pinheiro 3.º Ofício de Notas

Publicação no D.O.U.- Nº 84 – Seção 1, sexta-feira, 3 de maio de 2002

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE:132003884-53 e protocolo: 00/021448-5

Categoria administrativa: Pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos-sociedade civil.

### **c) Nome da Mantida:**

FAMETRO - Faculdade Metropolitana de Manaus - IES Privada

### **d) Base legal da IES:**

Endereço Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1937- Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

Anexo 4: Endereço Rua 2 n.100, Conjunto Bervelly Hills, Bairro Chapada, CEP 69050001

Anexo 5: Endereço Avenida Constantino Nery, 3202, Bairro Chapada, CEP 69050001

Razão Social: Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO

CNPJ 03.817.341/0001-42

Registro no Cartório: Cartório Pinheiro 3.º Ofício de Notas

Publicação no D.O.U.- Nº 84 – Seção 1, sexta-feira, 3 de maio de 2002

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE:132003884-53 e protocolo: 00/021448-5

Categoria administrativa: Pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos-

sociedade civil.

Portaria de Credenciamento nº 1337, de 03/05/2002 Publicação no D.O.U. 03/05/2002

Portaria de Recredenciamento nº 712 de 08/08/2013 Publicação no D.O.U. 08/08/2013

Representante legal: Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

#### **e) Perfil e Missão da IES:**

Fundada em 2002, atualmente a FAMETRO tem 14 anos de existência, possui 39 cursos de graduação, sendo 35 em funcionamento, nas modalidades de bacharelado, licenciatura e tecnológico, nas áreas de exatas, sociais, humanas e da saúde, 50 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas. Conforme censo de 2016 conta com 276 docentes (horistas, parciais e integrais) dentre especialistas, mestres e doutores, corpo técnico-administrativo com 222 profissionais das mais diversas áreas e com formação que vai desde o ensino médio até o doutorado. Todo esse capital humano tem contribuído para que FAMETRO possa atuar nos campos do ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social, nas diversas áreas do conhecimento. Instituição com IGC 4 e IGC Contínuo 2,98 e 1ª no ranking das IES públicas e privadas no Estado e na capital em 2015. Consta de seu PDI que sua missão institucional é a de **Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.**

Inclui-se na missão da Faculdade Metropolitana de Manaus o compromisso com a preservação da memória cultural e histórica do Estado do Amazonas, particularmente, com a cidade de Manaus, e com o meio ambiente. A IES reconhece a necessidade de melhorar qualitativamente o ensino na Região Norte, buscando integrar a Amazônia através de um processo educativo global e articulado, capaz de atender às transformações e desafios dos novos rumos que estão sendo delineados para o mercado de trabalho.

Neste sentido, a FAMETRO imbuída inclusive de uma política de inclusão social participa dos programas: PROUNI, BOLSA UNIVERSIDADE, QUERO BOLSA, EDUCAÇÃO, EDUCAMAIS E FIES. E oferece uma consistente estrutura física que inclui: 5 unidades, 426 salas de aula, 4 auditórios (1100 lugares), 7 áreas de convivências, bibliotecas, mais de 30 laboratórios, estacionamento para mais de 2000 mil carros, wifi, 87 gabinetes de trabalho para professores integrais nos três turnos, espaço de trabalho para as coordenações de curso, serviços acadêmicos com gabinete individual do coordenador e espaço para a funcionaria, salas de professores equipadas,

sala de reunião do NDE, cada unidade conta com 2 carrinhos de laboratórios de informática moveis com laptops e laboratórios fixos com terminais, softwares, acesso a internet para uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento, nos laboratórios há suporte técnico para assessoramento na utilização dos mesmos.

A FAMETRO tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à auto-realização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar e conscientes de seu papel social de envolvimento com as mudanças. Destaque-se que a FAMETRO, na busca destes propósitos, não perde a perspectiva da visão empreendedora no sentido da consolidação de novos negócios, sempre em um contexto de atualização contínua, proporcionando aos alunos formação acadêmica que possibilite atuação no mercado regional, sem, contudo, perder de vista os mercados nacional e internacional. A **Visão institucional** é de Ser referência de Qualidade no Ensino Superior no Estado do Amazonas, e os nossos valores são: Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.

#### **f) Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região:**

Em relação à maior e mais biodiversa floresta tropical que a região abriga, a Amazônia brasileira enfrenta uma série de ameaças. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade associada de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). Essas ameaças somam-se às ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da floresta Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mas estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010) (Figura 02)



Figura 2. Desmatamento na Amazônia PRODES até 2010

(Fonte: <<http://www.imazongeo.org.br/doc/galeriaMapas.php#>>. Acesso: 10 out. 2014).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhado novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastantes presentes em nosso cotidiano, veiculados por diferentes mídias em propagandas de diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013). Em função dessa questão, a sociedade reconhece e preocupa-se com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013). Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos. Nesse contexto, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. É neste contexto que se insere a política ambiental da FAMETRO.

Ademais segundo o último censo do IBGE (2010), o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km<sup>2</sup> com população de 3.480.937 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 1.802.525 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km<sup>2</sup>. Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 8<sup>a</sup> cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2020 seremos no Estado do Amazonas 4.477.266 habitantes.

Dados da SUFRAMA atestam que em 2012 a ZFM, contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 690 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 200 mil empregos diretos que somados aos indiretos, representam 500 mil postos de trabalho, esse crescimento

aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

### **g) Breve Histórico da IES:**

Neste cenário de contexto geográfico e cultural tão distinto e complexo, criar uma Instituição de Ensino Superior na Amazônia, por si só já representa um ação empreendedora de muita complexidade, e, foi assim que em 09 de outubro de 2000, aceitando este desafio, que foi fundando o Instituto Metropolitano de Manaus, Empresa de Pessoa Jurídica de Direito Privado (CNPJ 03.817.341/0001-42), com sede no município de Manaus, situada na Av. Constantino Nery, n.3000, e que tem na pessoa de Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque, sua representante legal, dando a sua mantida a FAMETRO, as condições legais e infraestruturas para o início das atividades da Faculdade Metropolitana de Manaus.

Credenciada pela Portaria MEC nº. 1337, de 03 de maio 2002, a FAMETRO em 14 anos de existência passou de 02 cursos para 39 cursos de graduação em 2015, sendo 35 em funcionamento nas modalidades de licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica e ainda 50 cursos de pós-graduação lato sensu nas mais diversas áreas, se firmando como a instituição que mais cresce no Estado do Amazonas, estando em primeiro lugar entre as instituições de maior procura no Programa Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus. A FAMETRO acredita na sua política sócio educacional inclusiva a qual pretende ofertar condições para que os alunos não só ingressem na IES, mas, acima de tudo, concluam seus estudos em condições excelentes de qualidade, por isso participa dos programas: PROUNI, Bolsa Universidade do Estado do Amazonas, Quero Bolsa, Educações, Educa Mais e FIES.

Tal crescimento tem sido acompanhado igualmente dos investimentos da IES em seus processos didático-pedagógicos demonstrados na evolução do IGC contínuo e faixa da FAMETRO - instituição com IGC 4, e IGC contínuo 2,98, figurando no primeiro lugar do ranking do IGC das IES públicas e privadas, tendo sido o maior IGC do Estado do Amazonas e da Capital Manaus no ano de 2015, cuja evolução do IGC observa-se na tabela a seguir:

**Tabela: Evolução do IGC Contínuo da FAMETRO**

2008	2008	2009	2009	2010	2010	2011	2011	2012	2012	2013	2013	2014	2014	2015	2015
IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa
1,74	2	2,36	3	2,35	3	2,37	3	2,72	3	2,84	3	2,882	3	2,9811	4

Fonte: INEP

Vale ressaltar que no biênio 2009/2010 das 33 IES privadas existentes no Estado do Amazonas, somente 4 instituições, dentre as quais a FAMETRO, alcançaram nota 3 no IGC (Fonte: INEP).

No que compete à estrutura física, a FAMETRO iniciou suas atividades em uma unidade com 39 salas de aula e atualmente conta hoje com uma estrutura que inclui: 5 unidades, 426 salas de aula, 04 auditórios (1100 lugares), 07 áreas de convivência, bibliotecas, mais de 30 laboratórios, estacionamento para mais de 2000 carros, Wi-Fi, 87 gabinetes de trabalho para professores integrais nos 3 turnos, espaço de trabalho para as coordenações de curso, serviços acadêmicos com gabinete individual do coordenador e espaço para a funcionária, sala de professores equipadas, sala de reunião do NDE, cada unidade conta com 02 carrinhos de laboratórios de informática móveis com laptops e laboratórios fixos com terminais, softwares, acesso a internet para uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento, nos laboratórios há suporte técnico para assessoramento na utilização dos mesmos.

Todo esse crescimento encontra-se alicerçado pela credibilidade da FAMETRO junto à sociedade manauara, entregando em média 600 profissionais por ano, nossa proposta educacional segue firme no propósito de ofertar não só profissionais com sólida formação profissional, mas também e, sobretudo pessoas com valores éticos e humanos, fortemente alicerçados, para ao fim contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

O PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) estabelecem ainda as políticas, diretrizes, ações e metas para a Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO) e os cursos projetados para o seu primeiro quinquênio de funcionamento.

A FAMETRO faz um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) em consonância com as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente altamente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

Estes elementos constitutivos (missão, vocação, finalidades e objetivos institucionais), que garantem a articulação do PDI e do PPI, estão evidenciados nas políticas de ensino que fundamentam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação oferecidos pela FAMETRO, bem como as ações de pesquisa e de extensão.

No que se refere às Políticas Acadêmicas, a linha dominante de ação da FAMETRO é o ensino de graduação, eixo em torno do qual a instituição atua, visando a atingir níveis significativos de qualidade, dentro dos seguintes balizamentos pedagógicos:

1. Ação centrada no aluno, sobre o qual se manterá processo integrado de educação e de formação intelectual e profissional;
2. Ação integrada por objetivos de educação e aprendizagem, a partir do projeto pedagógico de cada curso, área de conhecimento e habilitação profissional;
3. Ação sobre o aluno e sobre grupos de alunos, segundo o desempenho de cada um e outros atributos (como ano de ingresso, curso etc.);
4. Motivação crítica, dinâmica e prática, tanto quanto possível sobre atividades extracurriculares de caráter técnico-científico, cultural, desportivo etc.

A FAMETRO entende que o desafio de uma instituição de educação superior consiste não apenas em realizar ensino, pesquisa e extensão, mas de garantir a indissociabilidade destes processos. As atividades de ensino não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista e cidadã.

Neste sentido, identifica os princípios da construção coletiva, da flexibilidade curricular, da interdisciplinaridade, transversalidade e da problematização do saber como essenciais para a aquisição de uma aprendizagem significativa, articulada pela qualidade de ensino, pelas atividades de formação e preparação técnico-científica que contribuirão para a autonomia intelectual e profissional.

A IES tem definidas as políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional, e sensível aos problemas da comunidade, assumindo a co-responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional. Desse modo, busca articular a qualificação técnica com a qualificação social e reafirmar sua missão na produção e na difusão do conhecimento, assim como no compromisso com o avanço e as transformações da realidade local e nacional.

A missão da Faculdade evidencia o investimento no processo de ensino-aprendizagem que capacita os seus egressos a atenderem às necessidades e

expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação.

**Áreas de Atuação na Graduação:** No contexto de criação da FAMETRO, seus objetivos são promover cursos de graduação e Pós-Graduação (lato e stricto sensu). Atualmente a Instituição tem 39 cursos de GRADUAÇÃO, sendo 35 em funcionamento, nas áreas de exatas, sociais e humanas e da saúde conforme a tabela abaixo:

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>PORTARIA</b>	<b>ATO</b>
1.Administração	Bacharelado	Portaria Nº 704 de 18/12/2013	Renovação de Reconhecimento
2. Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Portaria Nº 1093 de 14/12/2015	Renovação de Reconhecimento
3. Biomedicina	Bacharelado	Portaria Nº 206, de 22/06/2016	Reconhecimento
4.Ciências Contábeis	Bacharelado	Portaria Nº 639, de 21/10/2016	Renovação de Reconhecimento
5. Construção de Edifícios	Tecnológico	Portaria Nº 809 de 22/12/2014	Autorização
6.Design Gráfico	Tecnológico	Portaria Nº 1038 de 23/12/2015	Reconhecimento
7.Design de Interiores	Tecnológico	Portaria Nº 600 de 29/10/2014	Autorização
8.Direito	Bacharelado	Portaria Nº 639, de 21/10/2016	Renovação de Reconhecimento
9.Educação Física	Licenciatura	Portaria Nº 362 de 02/07/2014	Autorização
10. Enfermagem	Bacharelado	Portaria Nº 821 de 30/12/2014	Renovação de Reconhecimento
11.Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Bacharelado	Portaria Nº 169, de 13/09/2012	Autorização
12. Engenharia Civil	Bacharelado	Portaria Nº 276 de 25/11/2016	Reconhecimento
13. Engenharia da	Bacharelado	Portaria Nº 694 de	Autorização

Produção		17/12/ 2013	
14. Engenharia Elétrica	Bacharelado	Portaria Nº 567 de 07/11/2013	Autorização
15. Estética e Cosmética	Tecnológico	Portaria Nº 721 de 27/11/2014	Autorização
16.Farmácia	Bacharelado	Portaria Nº 266 de 27/03/2015	Autorização
17. Fisioterapia	Bacharelado	Portaria Nº 821, de 30/12/2014	Renovação de Reconhecimento
18. Fonoaudiologia	Bacharelado	Portaria Nº 198, de 04/10/2012	Autorização
19. Gastronomia	Tecnológico	Portaria Nº 876, de 12/11/ 2015	Reconhecimento
20.Gestão da Produção Industrial	Tecnológico	Portaria Nº 64 de 28/01/2015	Reconhecimento
21. Gestão da Qualidade	Tecnológico	Portaria Nº 932, de 01/12/2015	Reconhecimento
22.Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Portaria Nº 247 de 30/06/2016	Reconhecimento
23.Hotelaria	Bacharelado	Portaria Nº 362 de 02/07/2014	Autorização
24.Jornalismo	Bacharelado	Portaria Nº 267 de 27/03/2015	Autorização
25.Logística	Tecnológico	Portaria Nº 820, de 29/10/2015	Reconhecimento
26.Marketing	Tecnológico	Portaria Nº 249 de 30/06/2016	Reconhecimento
27. Medicina Veterinária	Bacharelado	Portaria Nº 1041 de 23/12/2015	Autorização
28.Negócios Imobiliários	Tecnológico	Portaria Nº 539 de 23/10/2013	Autorização
29.Nutrição	Bacharelado	Portaria Nº 821 de 30/12/2014	Renovação de Reconhecimento

30. Odontologia	Bacharelado	Portaria Nº 806 de 15/12/2016	Autorização
31. Pedagogia	Licenciatura	Portaria Nº 1093 de 13/01/2015	Renovação de Reconhecimento
32. Petróleo e Gás	Tecnológico	Portaria Nº 65 de 28/01/2015	Reconhecimento
33. Psicologia	Bacharelado	Portaria Nº 704 de 19/12/2013	Renovação de Reconhecimento
34. Química	Licenciatura	Portaria Nº 1093 de 24/12/2015	Renovação de Reconhecimento
35. Radiologia	Tecnológico	Portaria Nº 401 de 29/05/2015	Autorização
36. Segurança no Trabalho	Tecnológico	Portaria Nº 66 de 28/01/2015	Reconhecimento
37. Serviço Social	Bacharelado	Portaria Nº 821 de 30/01/2014	Renovação de Reconhecimento
38. Sistemas de Informação	Bacharelado	Portaria Nº 1093 de 13/01/2016	Renovação de Reconhecimento
39. Turismo	Bacharelado	Portaria Nº 640 de 21/10/2016	Renovação de Reconhecimento

#### Áreas de atuação na PÓS-GRADUAÇÃO (Lato Sensu):

- **Ciências Sociais, Negócios e Direito:** Administração Pública; Análise de Risco e Gestão Financeira; Gestão Organizacional e Recursos Humanos; Gestão de Projetos; Arquitetura e Design de Interiores; Auditoria e Perícia Contábil; Direito Tributário; Segurança Pública e Direitos Humanos; Direito Processual Civil; Direito Educacional; Gastronomia Funcional; Gestão da Qualidade; Logística Empresarial; Logística Estratégica e Sistemas de Transporte; Logística e Cadeia de Suprimentos; Gestão de Compras e Suprimentos; Gestão, Supervisão e Orientação Educacional; Assistência Social e Família; Gerontologia e Família; Gestão em Políticas Públicas, Gestão De Eventos; Gestão de Hotelaria; Patrimônio Cultural em Centros Urbanos; Turismo e Negócios.

- **Saúde e Bem Estar Social:** Análises Clínicas; Enfermagem do Trabalho; Enfermagem em Urgência e Emergência; Enfermagem em Urologia; Enfermagem em UTI; Enfermagem Obstétrica; Reabilitação Musculoesquelética e Desportiva; Audiologia Clínica e Ocupacional; Bases Nutricionais na Atividade Física; Nutrição Clínica; Saúde Coletiva.
- **Engenharia, produção e construção:** Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental; Gestão da Construção Civil; Gestão da Produção; Engenharia de Petróleo e Gás Natural; Gestão em Refino de Petróleo; Petroquímica e Biocombustíveis.
- **Educação:** Metodologia do Ensino à Docência Superior, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Docência na Educação Básica.
- **Humanidades e Artes:** Psicologia Jurídica; Neuropsicologia; Psicologia Hospitalar.
- **Ciências, matemática e computação:** Desenvolvimento de Sistemas para Ambiente Web, Segurança e Auditoria em Informática

#### **SÍNTESE DA IES:**

**Mantenedora:** IME- Instituto Metropolitano de Ensino LTDA, cadastrada no CNPJ 03.817.341/0001-42, sede à Avenida Constantino Nery, 3000- Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001, com Registro no Cartório Pinheiro 3º Ofício de Notas. Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5. Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos- sociedade civil. Possui código 1416 junto ao MEC.

**Mantida:** FAMETRO - Faculdade Metropolitana de Manaus, Instituição de Ensino Superior Privada- IES, sede no Endereço da unidade I e II, Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001. E demais instalações nos endereço do anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1.937 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-000. Anexo 4: Endereço: Rua 02, n.100, Conjunto Bervely Hills, Bairro Chapada, CEP 69050001. Anexo 5: Endereço Avenida Constantino Nery, 3202, Bairro Chapada, CEP 69050001 Possui código 2147 junto ao MEC, Credenciada pela Portaria 1337, de 02/05/2002 Publicação no D.O.U. 03/05/2002, Recredenciada pela Portaria nº 712 de 08/08/2013 Publicação no D.O.U. 08/08/2013 e que tem na pessoa de Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque, sua representante legal.

**Histórico, Perfil e Missão da IES:** A FAMETRO tem 14 anos de existência, possui 39 cursos, sendo 35 em funcionamento, nas modalidades de licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de exatas, sociais e humanas e da saúde, possui 50 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas. Em 2016 um corpo docente 276 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Conta com corpo técnico administrativo de 222 profissionais das mais diversas áreas e com formação desde o ensino médio até o doutorado. Todo esse capital humano tem contribuído para que a FAMETRO possa atuar nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diversas áreas do conhecimento, apresentando IGC 4, e IGC contínuo de 2,98 pontos, figurando como 1ª do ranking das IES públicas e privadas no Estado e na capital e única IES com IGC 4 em 2015 e única com IGC4 em 2015 na região.

Sua **missão institucional** é a de “**Formar profissionais no Ensino Superior, com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte**”. A FAMETRO participa dos programas: PROUNI, Bolsa Universidade do Estado do Amazonas, Quero Bolsa, Educações, Educa Mais e FIES. No que compete à estrutura física, a FAMETRO possui um espaço de 426 salas de aula, 04 auditórios somando 1100 lugares, 07 áreas de convivência, biblioteca e mais de 30 laboratórios, estacionamento com vagas para 2000 carros, Wi Fli, 87 gabinetes para professores integrais nos 3 turnos, espaço de trabalho para a coordenação de curso, serviços acadêmicos com gabinete individual do coordenador e os espaço da funcionária, sala de professores equipadas, sala de reunião de NDE, laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso a internet para uso de professores e alunos mediante sistema agendado e suporte de um técnico de informática, e 02 carrinhos móveis com laptops para cada unidade.

**Dados socioeconômicos da Região:** segundo o último censo do IBGE (2010), o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km<sup>2</sup> com população de 3.480.937 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 1.802.525 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km<sup>2</sup>. Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 8ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2020 seremos no Estado do Amazonas 4.477.266 habitantes.

Dados da SUFRAMA atestam que em 2012 a ZFM, contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 690 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 200 mil empregos diretos que somados aos indiretos, representam 500 mil postos de trabalho, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

**Dados socioambientais:** Manaus está inserida no meio da Floresta Amazônica, a maior e mais biodiversa floresta tropical do país, a Amazônia brasileira enfrenta uma série de ameaças. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade e neste contexto a FAMETRO entende que as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são cruciais e que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. E diante deste cenário que se insere a Política Ambiental da FAMETRO, inclusive definindo as políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional, e sensível aos problemas da comunidade, assumindo a corresponsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional do Amazonas.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO:**

**a) Nome do Curso:** Curso de Graduação em Nutrição

**b) Nome da Mantida:** Faculdade Metropolitana de Manaus

**c) Endereço de Funcionamento do Curso:**

Endereço da unidade I e II: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001 (onde funcionam as salas de aula, o administrativo e Laboratórios Especializados do curso).

Endereço da anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1.937 - Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001 (onde funciona o Laboratório de Química).

#### **d) Justificativa para a criação/existência do curso:**

Em Agosto de 2008 a FAMETRO vislumbrou o campo da Nutrição na Cidade de Manaus, que até esta data, na região haviam apenas dois cursos de Nutrição, na cidade de Manaus, sem condições de absorver a demanda do Mercado no campo da nutrição.

Para tanto nesta época em Manaus, a Zona Franca (ZFM) fazia parte da maior economia da Região onde foi criada em 1967 pelo Governo Federal para impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental. O polo Industrial Abriga na Atualidade (2012) cerca de 600 indústrias. Tal fato tornava esta cidade favorável para a atividade profissional do nutricionista, visto a necessidade de benefícios sociais aos seus empregados, incluindo o fornecimento de refeições diárias, ampliando o mercado de trabalho para o profissional nutricionista. Assim a FAMETRO cria o curso de Nutrição.

Desde sua criação muitos fatos aconteceram. Em 1991 foi aprovada a Lei nº. 8234 que regulamenta a profissão do nutricionista, fato que forjou a ampliação e diversificação do mercado de trabalho, bem como o processo de organização, mobilização e luta desta categoria profissional, não só nesta região, mas em todo o país. Somado a isso, nas últimas décadas também assistimos o desenrolar de mudanças estruturais nos mais diversos aspectos, destacando-se a política, a economia, a cultura, a tecnologia e o social. Essas mudanças têm implicado em redirecionamentos nas políticas de educação e saúde, que por sua vez resgatam elementos fundamentais para repensar a educação dos profissionais da saúde.

No contexto da alimentação e nutrição, teve início o processo de Segurança Alimentar e transição alimentar e nutricional, a ênfase na importância da alimentação para Projeto Pedagógico do Curso NUTRIÇÃO considerado pelo SUS como direito humano básico. Esses fatores implicam constantes redefinições das competências necessárias à prática dos profissionais da saúde e, com o surgimento de novas áreas de atuação, exigem novas formas de atuação para o nutricionista. Quanto ao processo de formação dos profissionais da saúde, discutem-se as evoluções relativas à educação e à saúde com a clareza da necessidade de mudanças substanciais no processo de formação, sobretudo no que se refere ao perfil profissional desejado e ao modelo pedagógico adotado. Desta forma, preconiza-se maior integração entre o mundo do ensino e do trabalho, ênfase na formação generalista, trabalho multiprofissional, diversificação dos cenários e a adoção de metodologias ativas de aprendizagem.

Em relação aos recursos físicos e materiais, a FAMETRO possui condições de oferecer um curso de Nutrição conforme exigências legais.

Para a realização dos estágios curriculares, a cidade de Manaus possui um campo bastante amplo e capaz de absorver os estudantes em todas as áreas de sua formação: Hospitais, Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Saúde da Família, Concessionárias e Unidades de Alimentação de empresas que oferecem refeições aos seus funcionários, ou para pré-escolas, escolas e creches.

**e) Relato de como se desenvolve o processo de construção/ implantação/ consolidação do PPC:** O PPC do curso de Nutrição foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso, resolução cne/ces nº 5, de 7 de novembro de 2001. do Conselho Nacional de Educação, as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da Fametro bem como as necessidades locais para formação do Nutricionista. A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado do curso, a consolidação ocorre na medida que buscam-se melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso nas Semanas Pedagógicas.

**f) Relato sobre a coerência entre o PPC apresentado e os seguintes aspectos: contexto educacional e necessidade locais, missão da Instituição, DCNs e PDI e perfil do egresso:**

O PPC de Nutrição busca coerência como o contexto educacional, necessidades locais, missão da IES, DCNs e PDI.

A profissão de Nutricionista abrange amplo campo de atuação nas áreas de nutrição clínica, saúde pública e produção de alimentos, em empresas públicas e privadas, visto que o mercado de trabalho vem se expandindo, inclusive no âmbito do serviço público.

Na região Amazônica e na capital há uma prevalência da busca de nutricionistas para atuarem no setor de produção de alimentos, tendo em vista o polo industrial de Manaus, e na área de saúde pública para que a promoção e manutenção da saúde da população no âmbito escolar, creches, unidades básicas de saúde seja efetiva e na área de nutrição clínica para que a manutenção e promoção da saúde ocorra nos centros hospitalares, spas, clínicas e ambulatórios, considerando que este setor encontra-se em

ampla expansão. Dessa forma, o PPC de Nutrição da FAMETRO tem essa vocação regional, sem perder de vista a formação preconizada nas DCNs do curso.

Quanto à missão da IES e a DCNs o curso visa formar o Nutricionista com a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e à atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautados em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural.

Em relação ao contexto educacional e as necessidades locais o curso busca atendê-las por meio de uma matriz que contemple a formação de competências e habilidades que deem conta de tais desafios, além das diversas atividades oferecidas que trazem subsídios ao futuro profissional para lidar com as relações humanas e as particularidades da região. O curso propicia o aprendizado técnico e científico embasado na teoria e na prática e em consonância com as diretrizes desenvolvendo as habilidades de iniciativa, criatividade, trabalho individual e em equipe e liderança. Assim, o nutricionista formado é preparado para ser dinâmico, adaptável e flexível às mudanças.

#### **g) Descrição das particularidades do PPC que ressaltam a identidade do curso:**

O Curso de Nutrição da FAMETRO investe em uma sólida formação priorizando a qualidade de ensino com uma grupo de docentes qualificados. As atividades previstas no projeto pedagógico trazem embasamento das ciências biológicas, da saúde, sociais, humanas e econômicas além da Alimentação e Nutrição e de toda a ciência dos alimentos, desenvolvendo no graduando a capacidade da integralização das ações do cuidar em nutrição. Além de desenvolver competências, conteúdo e habilidades para aplicar conhecimentos técnicos e científicos no aluno e no nutricionista para a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente que podem trazer benefícios à sociedade com saúde e segurança.

Vale ressaltar que na região Amazônica e na capital há uma prevalência da busca de nutricionistas para atuarem nos setores de produção de alimentos, tendo em vista o polo industrial de Manaus, para a garantia do armazenamento, produção e distribuição de alimentos seguros e que atendam às necessidades dietéticas daquela população, considerando que este setor encontra-se em ampla expansão. Além da relação estabelecida com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da

comunidade, integrando à realidade epidemiológica contemplando as necessidades sociais da saúde, com ênfase no sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, o PPC da Nutrição da FAMETRO tem essa vocação regional, sem perder de vista a formação preconizada nas DCNs do curso.

**h) Atos legais do curso:** Portaria N° 819 de 30/12/2014, Renovação de Reconhecimento, publicado no D.O.U. em 30/12/2014

**i) Número de Vagas:** 200 vagas

**j) Conceito preliminar de Curso-CPC e Conceito de Curso-CC:** CPC- 3; Conceito de Curso – CC 3 - resultante da avaliação in loco, quando houver: Conceito Final 3

**k) Resultado do ENADE no último Triênio:** nota 03

**l) Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver:** Não se aplica.

**m) Turnos de Funcionamento do Curso:** Matutino, Vespertino e Noturno

**n) Carga Horária Total do Curso:** 3680h

**o) Tempo mínimo e máximo para integralização:** Tempo Mínimo = 08 semestres;  
Tempo Máximo = 16 semestres;

**p) Identificação dos coordenadores do curso:**

José Gerardo Barreto Júnior – Coordenador Geral

**q) Perfil do Coordenador (a) do Curso:**

A Coordenador Geral do Curso:

José Gerardo Barreto Júnior possui

Graduação em Nutrição pela Universidade Paulista Unip campus Manaus (2010), especialista em Nutrição Clínica pela UNICEL (2011) e Mestrando em Saúde Coletiva e Gestão Hospitalar pela FACNORTE (2014), coordenador do curso de nutrição da FAMETRO desde janeiro de 2017

Possui experiência profissional de 07 anos e 05 anos no magistério superior.

**r) Composição, titulação, regime de trabalho e permanência sem interrupção dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE**

**s) O Tempo médio de permanência do corpo docente no curso.**

**t) Disciplinas ofertadas no curso em língua estrangeira, quando houver:**

A matriz do curso possui a disciplina Inglês como optativa e a IES, mantêm convênio com Centro de idiomas para descontos aos nossos alunos de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

**u) Informações relacionadas ao quantitativo anual do corpo discente desde o último ato autorizativo anterior à avaliação *in loco*:**

<b>DISCENTES</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Ingressantes	200	200	200	200
Matriculados:	743	754	783	845
Concluintes:	85	82	99	-52
Estrangeiros:	Não possui	Não possui	Não possui	01
Matriculados em Estágio supervisionado	187	195	316	197
Matriculados em Trabalho de conclusão:	82	53	65	52
Participantes de Projetos de Pesquisa	04	06	05	12
Participantes de Projetos de Extensão	343	159	199	186
Participantes de (Fundo de Financiamento Estudantil (FIES):	380	367	308	135
Participantes de PROUNI	58	50	55	22
Participantes de Programa Ciências sem Fronteiras:	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Participantes de Monitoria:	5	3	8	6
Participantes de PIBID	0	0	0	0
Participantes de PIBEX	0	0	0	0
Participantes de PIBIT	0	0	0	0
Participantes de PIBIC	2	0	0	0

**v) Relação de convênios vigentes do curso com outras instituições:**

Atualmente o curso de Nutrição possui convênio com as empresas: *Amazônia Indústria e Comércio de Panificação LTDA; Fundação Amazonas Sustentável; Le Goumert Alimentos; Ministério da Saúde - Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas; Moto*

*Honda da Amazônia LTDA; Panificadora Katiucia LTDA ME; Policlínica Antônio Aleixo; Restaurante Sabor e Requite; Secretaria de Estado de Saúde – SUSAM – (PSC da zona oeste, PSC da zona Sul, Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto, Maternidade Ana Braga); Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA (UBS Colônia Antônio Aleixo, CAIMI da Zona Oeste); Ser Restaurante e Comercio de Bebidas*

## **DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO - PEDAGÓGICA**

### **1.1 Contexto Educacional**

A FAMETRO IES foi fundada em maio de 2002 e atualmente com 15 anos de existência na área educacional, oferta o curso de Nutrição. Atualmente Manaus conta com apenas 06 Instituições de ensino superior que ofertam o curso, sendo que destas 06 instituições, 01 são instituições públicas e as outras cinco são privadas não dando conta de ofertar vagas suficientes para a demanda latente.

O ensino superior privado no município de Manaus iniciou muito tardiamente, pelos idos dos anos 90 e com pouquíssimos cursos, esse início tardio, o crescimento vertiginoso da população e dos setores da nossa economia motivados pelo modelo de Zona Franca, bem como do aumento do quantitativo de egressos do ensino médio, levaram a uma demanda crescente pelo ensino superior em Manaus.

Neste sentido a FAMETRO pretende formar Nutricionistas não só para o município, mas sobretudo para os interiores do Estado do Amazonas que sofrem pela falta de profissionais na qualidade e quantidade necessários para dar conta das necessidades da região.

Dessa forma acreditamos que o curso se justifica para atender as seguintes demandas:

#### **1.1.1 Demandas econômicas**

Segundo o Anuário Estatístico 2010 realizado pela Secretaria Estadual de Planejamento, tendo como fonte primária os dados do último Censo do IBGE, o Amazonas tem uma população de 3.480.937 habitantes, sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 1.882.525 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km<sup>2</sup> correspondente a cidade de Manaus.

O Amazonas é o maior Estado brasileiro, e tem 98% de área preservada, sendo a 6ª capital mais rica do país, sendo considerado um potencial para o ecoturismo. No município de Manaus a política de incentivos do modelo de Zona Franca com 46 anos de existência faz com sejamos o 6º no PIB brasileiro segundo o IBGE. Esses recursos são na maioria advindos da receita do PIM- Pólo Industrial de Manaus que abriga inúmeras empresas nacionais e internacionais, que gerou em 2012 um faturamento de 37,5 bilhões de dólares, e neste mesmo ano gerou empregos, numa média mensal de 120.056, conforme indicam os dados da SUFRAMA ([www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)).

Somente no ano passado, o conselho de Administração da SUFRAMA aprovou 269 projetos, totalizando investimentos de US\$ 2,26 bilhões para o PIM e a geração de 5,3 mil empregos diretos nos próximos três anos. E o governo federal deu início ao processo de prorrogação dos incentivos fiscais por mais 50 anos e à ampliação desses incentivos para a recém-criada Região Metropolitana de Manaus. Outro setor da economia que merece destaque em nosso município é o setor terciário, os setores de comércio e serviços juntos representam 85% do total de empresas cadastradas por segmento, na zona urbana de Manaus (SEBRAE, 2010).

O setor terciário em Manaus gera um imenso contingente de postos de trabalho e renda para o município em 43 anos de atividade comercial (SEPLAN, 2010).

A SUFRAMA realizou inclusive uma ação importante e que traz novas perspectivas no âmbito educacional, o Pacto pela Educação e Desenvolvimento da Liderança Sustentável no Amazonas, com objetivo de desenvolver estratégias educacionais para a qualificação profissional no Amazonas, com objetivo de preencher a lacuna de mão de obra qualificada no Estado, pois dados do Sistema Nacional de Emprego do Amazonas - SINE/AM apontam que, em 2012, das 14,7 mil vagas oferecidas pelo Estado, apenas 7 mil conseguiram ser preenchidas por meio do órgão.

Corroborado por dados da pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas- FIEAM com empresas do PIM que revelam que da mão de obra empregada, 31% dos trabalhadores de nível superior ainda são de outros Estados. Dentre as 11 maiores cidade brasileiras Manaus foi a que teve o maior crescimento na última década, segundo o último Censo do IBGE, 2010, a população da capital Amazonense cresceu 22,24% saltando de 1.405.835, em 2000, para 1.882.525 milhões de habitantes em 2010, e com uma estimativa em 2013 de 3.807.921 milhões.

Na perspectiva econômica, ainda há que se considerar outros segmentos da economia, assim os principais produtos do extrativismo vegetal são: madeira, borracha, castanha-do-pará, cacau, essências, óleos de copaíba e andiroba, piaçava, coco, açaí, e bacuri. A extração mineral continua se expandindo e os produtos mais importantes são: bauxita, ferro, sal-gema, manganês, linhita, ouro e cassiterita, nos municípios de Presidente Figueiredo e Novo Aripuanã,

diamantes, níquel, cobre, calcário, gipsita, chumbo, caulim e estanho. A extração de petróleo e gás ocorre no campo de Urucu, em Coari, com processamento e distribuição a partir da REMAN – Refinaria de Manaus.

Na agricultura os principais produtos são: juta, malva, guaraná, mandioca, banana, cana-de-açúcar, feijão, laranja, cacau, cupuaçu, milho e pimenta-do-reino, enquanto que a pecuária apresenta gado bovino, suíno e bubalino em pequena escala. O sul do Estado é a área mais utilizada para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, nos municípios de Apuí, Humaitá, Novo Aripuanã e Manicoré, mas a pecuária também tem destaque nos municípios de Autazes e Careiro da Várzea.

Há também que se destacar o potencial turístico do Estado. O Amazonas é o mais amazônico de todos os Estados que formam a região mais cobiçada do planeta: a Floresta Amazônica. Riquezas naturais, a majestosa fauna e flora, o Festival Folclórico do Boi-Bumbá em Parintins (ilha nas margens do Rio Amazonas), o encontro dos rios que não se misturam, o pico mais alto do Brasil e o maior arquipélago do mundo formam o conjunto de atrativos do Amazonas.

Tendo como portão de entrada a capital Manaus, o Amazonas possui ainda 14 municípios em seu pólo eco turísticos: Autazes, Barcelos, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. A maior parte desses municípios está concentrada nas margens dos três maiores rios da Amazônia: o Negro, o Solimões e o próprio Amazonas.

O pólo amazonense tem também como marca uma grande concentração de unidades de conservação formando a maior área protegida do planeta (5,7 milhões de hectares), como o Parque Estadual do Rio Negro, a Reserva Ecológica Sauim-Castanheira, a Estação Ecológica das de Anavilhanas e o Parque Nacional do Jaú, transformado no Patrimônio Natural da Humanidade formando uma das maiores áreas protegidas de florestas tropicais do mundo.

O ecoturismo é um dos alvos da campanha. Esse segmento cresce de 4% a 5% ao ano, segundo a Organização Mundial do Turismo. Outras entidades do setor – é o caso da Sociedade Internacional de Ecoturismo – apontam crescimento de 7%. O Equador contabiliza cerca de 60% das entradas turísticas provenientes do ecoturismo.

Além de gerar renda, o setor de turismo é fonte segura de emprego. São 234 milhões de empregos relacionados com o turismo em todo o mundo, o equivalente a 8,7% da força de trabalho, segundo dados da World Travel and Tourism Council. O setor ainda foi responsável por negócios de US\$ 6,5 trilhões, com peso direto de 3,6% e indireto de 10,3% do PIB mundial.

### **1.1.2 Demandas sociais**

Ainda segundo o IBGE, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicaram e implicarão novas e volumosas demandas por serviços educacionais e pelo acesso a políticas públicas que possam contribuir para a qualidade de vida da população.

A Cidade de Manaus é um importante pólo econômico da Região Norte, figurando como uma das principais cidades do cenário econômico nacional, mas tamanha pujança econômica, como já demonstramos, não foi proporcional ao desenvolvimento social e educacional da região, conforme podemos observar nos indicadores sociais e educacionais do Amazonas.

A estatística educacional demonstra que aproximadamente metade da população brasileira (49,25%) com 25 anos ou mais não tem o ensino fundamental completo, segundo dados do Censo 2010 divulgados pelo IBGE, e entre os jovens de 18 a 24 anos, 36,5% não tem ensino médio, o que dá uma dimensão da massa populacional com potencial demanda para o ensino superior.

Já no Estado do Amazonas segundo o Censo de 2010, temos a seguinte realidade com relação ao setor educacional: em 2007, a matrícula do ensino médio no Estado do Amazonas foi de 86.432, esse quantitativo em 2010 saltou para 183.028 um crescimento médio de 6%.

Em 2012 somente a cidade de Manaus, matriculou 97.791 alunos. Em outros níveis de ensino tínhamos em 2010, ainda segundo o Censo do IBGE 441.993 pessoas cursando o Fundamental completo e médio incompleto, 108.753 frequentando o ensino de graduação e por fim 144.851 com ensino Superior Completo.

Partindo do princípio que em 2010 Manaus tinha 1.882.423 milhões de habitantes, apenas 7,5% tinham o ensino superior, e 5,7% frequentavam o ensino da graduação.

Outro dado que aponta para a demanda reprimida por ensino superior em nosso Estado é a estatística da distribuição do nº de IES por região geográfica, o último Censo do MEC de 2011 aponta que no Brasil há 2.365 IES, que praticamente metade das IES (48,9%) está localizada na região Sudeste.

A outra metade apresenta a seguinte distribuição: 18% no Nordeste, 16% no Sul, 9,9% no Centro-Oeste e apenas 6,4% no Norte do país, sendo a maior região brasileira, e com menor índice de IES, o que pode levantar como hipóteses que a desigualdade e desenvolvimento regional, poderá ser na falta de investimento educacional.

Ainda segundo o INEP, tomados os dados nacionais de 2011 à 2012, os cursos de bacharelado tem uma projeção de 66,9% na matrícula. As licenciaturas contribuem com 20,2 % das matrículas e os tecnológicos 12,9%. Somados a este dado admite-se também que as instituições privadas contribuem com 73,7% do total de matrículas neste nível de ensino, revelando a posição estratégica do setor privado para este nível de ensino.

Observando com cautela os dados econômicos e educacionais apresentados e comparando os mesmos com os indicadores sociais locais percebemos que todo esse processo

de crescimento econômico não tem repercutido significativamente na melhoria da qualidade de vida da população.

Segundo dados do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH para analisar a qualidade de vida de uma determinada população, no 73º lugar no ranking mundial e o Amazonas da 13º lugar. Neste sentido, esse contexto social e educacional apresentando, insere o Estado do Amazonas num contexto de profundas desigualdades sociais e o desenvolvimento regional, desigual da Amazônia, como apontam os estudos de inúmeros sociólogos e economistas que se dedicam a pensar a região, faz emergir a necessidade de avançar na oferta de educação como estratégia prioritária de diminuição das diferenças regionais e como ferramenta de desenvolvimento sustentável para a região.

Embora, no Brasil, a política nacional de saúde preconize a “universalidade” do acesso como um princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) o acesso a serviços de saúde Nutricional ainda é restrito. Existem desigualdades regionais marcantes, com as regiões Norte e Nordeste em pior situação se comparadas às demais regiões do país.

Além disto, desigualdades socioeconômicas se refletem na utilização de serviços de nutricionais. No Brasil, a frequência de consultas ao nutricionista é modulada pela renda e idade: jovens esportistas e adultos em situação patológica e com poder aquisitivo, visitam o nutricionista com maior frequência e têm maior chance de obter atendimento.

A formação de profissionais da área de saúde, da própria região, com om formação generalista, humanista e crítica, capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e à atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural. Acrescente-se a isso o impacto no índice de desenvolvimento humano da região, catalisado pelo desenvolvimento científico e tecnológico, a partir da consolidação da atividade de ensino. E, ainda, o repasse imediato à comunidade do conhecimento trabalhado e produzido na Instituição, através de uma política consistente de extensão.

### **1.1.3 Demandas culturais**

O último levantamento epidemiológico nutricional no Brasil evidenciou para a Região Norte uma maior proporção de indivíduos que nunca foram nutricionista A formação em Nutrição no país é relativamente recente, sendo que, A profissão de nutricionista iniciou-se no final da década de 30, com um curso; depois criou-se mais

dois na década de 40, três na de 50 e um na de 60. Permanecendo este total de sete cursos de Nutrição até a metade da década de 70.

Inicialmente sentindo-se a necessidade do profissional junto às unidades hospitalares, para o cálculo de dietas dos pacientes; posteriormente o profissional passa a exercer suas atividades em refeições coletivas, tanto ao nível de hospitais quanto de refeitórios para trabalhadores, em escolas, creches e outros locais de concentração de comensais. Caracterizando-se como esta a prática principal do profissional formado em Nutrição no Brasil, até os nossos dias.

Conta hoje o país com aproximadamente 10.000 (dez mil) nutricionistas, com perspectivas de expansão, haja vista, que os cursos formadores continuam expandindo-se. E a área de atuação diversificou-se um pouco, desde 1939 (data do 1º curso) até hoje. Segue o profissional em sua maioria atuando nas áreas referidas anteriormente, porém tem estendido sua prática à área da Saúde Pública, da fiscalização e vigilância de alimentos; ao nível de planejamento e assessoria a empresas e órgãos públicos; na formulação e divulgação de novos produtos alimentícios na nutrição e alimentação de atletas; e, na área de Clínica tem expandido sua atuação nos hospitais e ao nível das clínicas particulares.

#### **1.1.4 Demandas políticas**

A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), que fortaleceu a municipalização por meio da descentralização administrativa e financeira, a implantação do Programa de Saúde da Família e da Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil Sorridente) causaram um aumento de demanda de empregos nos serviços de saúde. A prática profissional nutricional mudou consideravelmente nos últimos anos, basicamente transitando de uma ação tipicamente liberal para uma mais vinculada ao setor público graças às necessidades sócio-epidemiológicas.

Cerca de 70% da população brasileira utilizam-se somente do Sistema Único de Saúde a fim de resolver os seus problemas. Os números alarmantes das pesquisas associados às ações de controle social do SUS em dada medida aponta para uma expansão das ações de atenção e assistência em atendimento nutricional.

A transição nutricional no Brasil é marcada pela dupla carga de doenças em todas as faixas de renda da população, em particular entre as famílias de menor poder socioeconômico. Isso significa que a população tem sido levada a conviver com doenças

infecciosas e transmissíveis, desnutrição e carências nutricionais específicas e com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) relacionadas à alimentação, tais como obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes e alguns tipos de câncer. Além disso, o envelhecimento da população brasileira revela indicadores positivos de melhora na expectativa de vida da população. Porém, as desigualdades nas formas de viver e morrer impõem, também, novas demandas e desafios às políticas públicas. O governo federal reconhecendo um atraso histórico nas políticas públicas relativas do Sistema Único de Saúde (SUS) que foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentando pelas Leis No 8080/90 e No 8142/90 (Leis Orgânicas da Saúde), com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão inseriu nos Programas de Saúde da Família do Ministério da Saúde o atendimento nutricional abrindo um novo horizonte no serviço público

Face ao exposto, seja do ponto de vista epidemiológico, seja da montagem da rede de serviços é necessária uma formação do Nutricionista que abarque todos os níveis de complexidade da prática e permita a capacidade de trabalhar em equipes multiprofissionais, arrimados em um forte sentido humanístico e ético.

### **1.1.5 Demandas ambientais**

A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), que fortaleceu a municipalização por meio da descentralização administrativa e financeira, a implantação do Programa de Saúde da Família e da Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil Sorridente) causaram um aumento de demanda de empregos nos serviços de saúde. A prática profissional nutricional mudou consideravelmente nos últimos anos, basicamente transitando de uma ação tipicamente liberal para uma mais vinculada ao setor público graças às necessidades sócio-epidemiológicas.

Cerca de 70% da população brasileira utilizam-se somente do Sistema Único de Saúde a fim de resolver os seus problemas. Os números alarmantes das pesquisas associados às ações de controle social do SUS em dada medida aponta para uma expansão das ações de atenção e assistência em atendimento nutricional.

A transição nutricional no Brasil é marcada pela dupla carga de doenças em todas as faixas de renda da população, em particular entre as famílias de menor poder socioeconômico. Isso significa que a população tem sido levada a conviver com doenças

infecciosas e transmissíveis, desnutrição e carências nutricionais específicas e com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) relacionadas à alimentação, tais como obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes e alguns tipos de câncer. Além disso, o envelhecimento da população brasileira revela indicadores positivos de melhora na expectativa de vida da população. Porém, as desigualdades nas formas de viver e morrer impõem, também, novas demandas e desafios às políticas públicas. O governo federal reconhecendo um atraso histórico nas políticas públicas relativas do Sistema Único de Saúde (SUS) que foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentando pelas Leis No 8080/90 e No 8142/90 (Leis Orgânicas da Saúde), com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão inseriu nos Programas de Saúde da Família do Ministério da Saúde o atendimento nutricional abrindo um novo horizonte no serviço público

Face ao exposto, seja do ponto de vista epidemiológico, seja da montagem da rede de serviços é necessária uma formação do Nutricionista que abarque todos os níveis de complexidade da prática e permita a capacidade de trabalhar em equipes multiprofissionais, arrimados em um forte sentido humanístico e ético.

#### **1.1.5.1 Política Ambiental da FAMETRO**

A Política Ambiental da FAMETRO, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da FAMETRO e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- ▶ Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- ▶ Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- ▶ Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- ▶ Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- ▶ Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade manauara como alvo.

#### **1.1.5.2 Dos objetivos da política ambiental da FAMETRO**

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a FAMETRO e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

- a) O Dia Mundial do Meio Ambiente;
- b) A Semana da Responsabilidade Social;
- c) Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- d) Cursos e oficinas de educação ambiental para os atores dos diferentes setores e segmentos institucionais;
- e) Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade manauara;
- f) Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- g) A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- h) Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- i) Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- j) Uso racional da impressão em papel;
- k) Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;
- l) A coleta seletiva dos resíduos;
- m) A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- n) A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- o) A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- p) O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;

- q) O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

### **1.1.5.3 Dos instrumentos da política ambiental da FAMETRO**

- ▶ São Instrumentos da Política Ambiental da FAMETRO:
- ▶ O Dia Mundial do Meio Ambiente;
- ▶ A Semana da Responsabilidade Social;
- ▶ Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- ▶ Cursos e oficinas de educação ambiental para os atores dos diferentes setores e segmentos institucionais;
- ▶ Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade manauara;
- ▶ Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ▶ A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ▶ Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- ▶ Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- ▶ Uso racional da impressão em papel;
- ▶ Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;
- ▶ A coleta seletiva dos resíduos;
- ▶ A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- ▶ A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- ▶ A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- ▶ O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- ▶ O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

## **1.2 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso**

### **1.2.1 Política de Ensino**

A FAMETRO define os seguintes princípios que servirão como base de sua política de ensino:

1. Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais

próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido.

2. Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas.

3. Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem.

4. Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos.

5. Princípio da espontaneidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças.

Nesta perspectiva se faz necessário relacionar um dos princípios que regem esta instituição, compreendendo estes como fundamentos das nossas ações de ensino, pesquisa e extensão tendo no horizonte a nossa missão que é formar profissionais para o mercado de trabalho, com princípios humanísticos e éticos. A FAMETRO estimula a permanência de seus discentes, mantendo vínculos institucionais, mediante a formação continuada, visando à sua atualização e desenvolvimento científico e profissional, e viabilizando a sua participação em diversas atividades acadêmicas, como:

**1. Ensino:** na FAMETRO o ensino representa um processo pedagógico interativo e intencional, no qual professores e alunos devem corresponsabilizar-se com as questões do processo de ensino e da aprendizagem, bem como com os valores humanos essenciais como o respeito, a solidariedade e a ética. Para atingir essa finalidade o ensino na graduação deve buscar a formação de profissionais com competência técnica e habilidades, capazes de preservar o conhecimento acumulado e de construir novos conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. O Ensino na FAMETRO é desenvolvido através de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos a partir de saberes já

produzidos mediante conhecimento científicos elaborados pelos docentes da instituição, como com a participação de discentes dos períodos mais avançados do curso, especificamente por meio de produção de artigos e participação em programas de iniciação científicas. Privilegiam-se também outros instrumentos tais como participação em eventos, congressos, seminários específicos de cada curso, culminando em produções acadêmicas. Nesta perspectiva, a política de ensino da FAMETRO, propõe que o ensino deve pautar-se nos princípios de: Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas; Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem. Nossa política de ensino e graduação pensa que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

1. Flexibilização: sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade do aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IE, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.
2. Extensão: a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.
3. Problematização: processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.
4. Contextualização: processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extra escolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).
5. Competência: capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.

6. Interdisciplinaridade e Transversalidade: processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdo afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque.

7. Educação para os Direitos Humanos: com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa.

Serão realizadas, portanto, atividades interdisciplinares no curso que integram e inter-relacionem os conteúdos das diferentes disciplinas por período, como gincana do conhecimento, leitura casos de ensino, visitas técnicas, elaboração de artigos científicos, entre outros, envolvendo as diferentes disciplinas do período. Além disso, serão realizadas atividades transversais que discutirão os temas Étnicos Raciais e a Educação Ambiental em todo o curso por meio de ciclo de palestras, cine-fóruns entre outros.

### 1.2.1.1 Projetos Interdisciplinares do Curso

Atividades interdisciplinares			
Semestre	Projeto	Disciplinas Envolvidas	Turmas envolvidas
2014/1	1º período - Realizar coleta e contabilizar desperdício	ANATOMIA, CITOLOGIA, BIOESTATÍSTICA, HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO, ASPECTOS SOCIO ANTROPOLOGICOS, QUÍMICA, PSICOLOGIA E METODOLOGIA	NUT141M01 NUT131M01 NUT121M01 NUT122M01 NUT111M01
	2º período - Desenvolver a atividade prática	FISIOLOGIA, PARASITOLOGIA, ÉTICA, NUTRIÇÃO E MARKETING, COMPOSIÇÃO DOS ALIMENTOS, GENÉTICA E EMBRIOLOGIA E BIOQUÍMICA.	NUT112M01 NUT102M01 NUT101M01

	<p><b>3º período</b> - Desenvolver a atividade visita</p> <p><b>4º período</b> - Desenvolver a atividade de mesa redonda</p> <p><b>5º período</b> - Desenvolver a atividade Discussão</p> <p><b>6º período</b> - Atividade pratica em escola</p> <p><b>7º período</b> - Desenvolver a atividade de pesquisa em UAN</p> <p><b>8º período</b> - Desenvolver a atividade de leitura e interpretação de texto científico para construção do TCC</p>	<p>IMUNOLOGIA, NUTRIÇÃO HUMANA I, FARMACOLOGIA, PATOLOGIA, ECONOMIA, SAUDE INDIGENA, EPIDEMIOLOGIA</p> <p>HIGIENE DOS ALIMENTOS, BROMATOLOGIA E TECNICA DIETÉTICA I, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, NUTRIÇÃO HUMANA II</p> <p>DIETOTERAPIA, INTERPRETAÇÃO DE EXAMES, DIETO EM PEDIATRIA, TECNICA DIETETICA II, ASA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS.</p> <p>EDUCAÇÃO NUTRICIONAL, SAUDE PUBLICA, TOPICOS EM NUTRIÇÃO E ESTÁGIO EM CLÍNICA</p> <p>TOPICOS II E ESTAGIO EM UAN</p> <p>TCC, ESTAGIO EM SAUDE PUBLICA E SEMINARIOS EM NUTRIÇÃO.</p>	<p>NUT112V01</p> <p>NUT141N01</p> <p>NUT131N01</p> <p>NUT121N01</p> <p>NUT122N01</p> <p>NUT111N01</p> <p>NUT112N01</p> <p>NUT102N01</p> <p>NUT101N01</p>
<b>2014/2</b>	<p><b>1º período</b> - Realizar coleta e contabilizar</p>	<p>ANATOMIA, CITOLOGIA, BIOESTATISTICA, HISTORIA DA ALIMENTAÇÃO, ASPECTOS SOCIO ANTROPOLOGICOS,</p>	<p>NUT142M01</p> <p>NUT141M01</p> <p>NUT131M01</p>

	desperdício	QUIMICA, PSICOLOGIA E METODOLOGIA	NUT121M01 NUT122M01 NUT111M01
	<b>2º período</b> - Desenvolver a atividade pratica	FISIOLOGIA, PARASITOLOGIA, ETICA, NUTRIÇÃO E MARKETING, COMPOSIÇÃO DOS ALIMENTOS, GENETICA E EMBRIOLOGIA E BIOQUIMICA.	NUT112M01 NUT102M01 NUT142N01 NUT141N01 NUT131N01
	<b>3º período</b> - Desenvolver a atividade visita	IMUNOLOGIA, NUTRIÇÃO HUMANA I, FARMACOLOGIA, PATOLOGIA, ECONOMIA, SAUDE INDIGENA, EPIDEMIOLOGIA	NUT121N01 NUT122N01 NUT111N01 NUT112N01 NUT102N01
	<b>4º período</b> - Desenvolver a atividade de mesa redonda	HIGIENE DOS ALIMENTOS, BROMATOLOGIA E TECNICA DIETÉTICA I, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, NUTRIÇÃO HUMANA II	
	<b>5º período</b> - Desenvolver a atividade Discussão	DIETOTERAPIA, INTERPRETAÇÃO DE EXAMES, DIETO EM PEDIATRIA, TECNICA DIETETICA II, ASA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS.	
	<b>6º período</b> - Atividade pratica em escola	EDUCAÇÃO NUTRICIONAL, SAUDE PUBLICA, TOPICOS EM NUTRIÇÃO E ESTÁGIO EM CLÍNICA	
	<b>7º período</b> - Desenvolver atividade de pesquisa em UAN	TOPICOS II E ESTAGIO EM UAN	
	<b>8º período</b> - Desenvolver a atividade de leitura e	TCC, ESTAGIO EM SAUDE PUBLICA E SEMINARIOS EM NUTRIÇÃO	

	interpretação de texto científico para construção do TCC		
2015/1	<b>1º período</b> - Realizar coleta e contabilizar desperdício	ANATOMIA, CITOLOGIA, BIOESTATISTICA, HISTORIA DA ALIMENTAÇÃO, ASPECTOS SOCIO ANTROPOLOGICOS, QUIMICA, PSICOLOGIA E METODOLOGIA	
	<b>2º período</b> - Desenvolver a atividade pratica	FISIOLOGIA, PARASITOLOGIA, ETICA, NUTRIÇÃO E MARKETING, COMPOSIÇÃO DOS ALIMENTOS, GENETICA E EMBRIOLOGIA E BIOQUIMICA.	NUT151M01 NUT142M01 NUT141M01 NUT131M01 NUT121M01 NUT122M01 NUT111M01
	<b>3º período</b> - Desenvolver a atividade visita	IMUNOLOGIA, NUTRIÇÃO HUMANA I, FARMACOLOGIA, PATOLOGIA, ECONOMIA, SAUDE INDIGENA, EPIDEMIOLOGIA	NUT112M01 NUT151V01 NUT151N01 NUT142N01 NUT141N01 NUT131N01 NUT121N01 NUT122N01 NUT111N01 NUT112N01
	<b>4º período</b> - Desenvolver a atividade de mesa redonda	HIGIENE DOS ALIMENTOS, BROMATOLOGIA E TECNICA DIETÉTICA I, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, NUTRIÇÃO HUMANA II	
	<b>5º período</b> - Desenvolver a atividade Discussão	DIETOTERAPIA, INTERPRETAÇÃO DE EXAMES, DIETO EM PEDIATRIA, TÉCNICA DIETÉTICA II, ASA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS.	
	<b>6º período</b> - Atividade pratica em escola	EDUCAÇÃO NUTRICIONAL, SAUDE PUBLICA, TOPICOS EM NUTRIÇÃO E ESTÁGIO EM CLÍNICA	
	<b>7º período</b> - Desenvolver a atividade de pesquisa em UAN	TOPICOS II E ESTAGIO EM UAN  TCC, ESTAGIO EM SAUDE PUBLICA E SEMINÁRIOS EM NUTRIÇÃO	

	<b>8º período</b> - Desenvolver a atividade de leitura e interpretação para construção do TCC		
<b>2015/2</b>	<b>1º período</b> - Livro Alimentação Nutrição e dietoterapia - Krauser	ANATOMIA, CITOLOGIA, BIOESTATISTICA, HISTORIA DA ALIMENTAÇÃO, ASPECTOS SOCIO ANTROPOLOGICOS, QUIMICA, PSICOLOGIA E METODOLOGIA	
	<b>2º período</b> - Alimentação Nutrição e dietoterapia - Krauser	FISIOLOGIA, PARASITOLOGIA, ETICA, NUTRIÇÃO E MARKETING, COMPOSIÇÃO DOS ALIMENTOS, GENETICA E EMBRIOLOGIA E BIOQUIMICA.	NUT152M01 NUT151M01 NUT142M01 NUT141M01
	<b>3º período</b> - Imunologia e a Alimentação Nutrição e dietoterapia - Krauser	IMUNOLOGIA, NUTRIÇÃO HUMANA I, FARMACOLOGIA, PATOLOGIA, ECONOMIA, SAUDE INDIGENA, EPIDEMIOLOGIA	NUT131M01 NUT121M01 NUT122M01 NUT151V01
	<b>4º período</b> - Alimentação Nutrição e dietoterapia - Krauser	HIGIENE DOS ALIMENTOS, BROMATOLOGIA E TECNICA DIETÉTICA I, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, NUTRIÇÃO HUMANA II	NUT152N01 NUT151N01 NUT142N01 NUT141N01
	<b>5º período</b> - Alimentação Nutrição e dietoterapia - Krauser	DIETOTERAPIA, INTERPRETAÇÃO DE EXAMES, DIETO EM PEDIATRIA, TÉCNICA DIETÉTICA II, ASA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS.	NUT131N01 NUT121N01 NUT122N01
	<b>6º período</b> - Políticas Publicas da Alimentação	EDUCAÇÃO NUTRICIONAL, SAUDE PUBLICA, TOPICOS EM NUTRIÇÃO E ESTÁGIO EM CLÍNICA	
	<b>7º período</b> - Administração	TOPICOS II E ESTAGIO EM UAN  TCC, ESTAGIO EM SAUDE	

	em UAN.  <b>8º período</b> - Desenvolver a atividade de leitura e interpretação de texto científico para construção do TCC	PUBLICA E SEMINÁRIOS EM NUTRIÇÃO	
<b>2016/1</b>	<b>1º período</b> - Biossegurança  <b>2º período</b> - Cardápio de Macro e micronutriente  <b>3º período</b> - Efeito da radiação na imunidade  <b>4º período</b> - Relação Nutrição x Doença  <b>5º período</b> - Cultura chinesa e a nutrição  <b>6º período</b> - Educação Nutricional: Doença x Diretos	ANATOMIA, CITOLOGIA, BIOESTATÍSTICA, HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO, ASPECTOS SOCIO ANTROPOLÓGICOS, QUÍMICA, PSICOLOGIA E METODOLOGIA  FISIOLOGIA, PARASITOLOGIA, ÉTICA, NUTRIÇÃO E MARKETING, COMPOSIÇÃO DOS ALIMENTOS, GENÉTICA E EMBRIOLOGIA E BIOQUÍMICA.  IMUNOLOGIA, NUTRIÇÃO HUMANA I, FARMACOLOGIA, PATOLOGIA, ECONOMIA, SAÚDE INDÍGENA, EPIDEMIOLOGIA  HIGIENE DOS ALIMENTOS, BROMATOLOGIA E TÉCNICA DIETÉTICA I, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, NUTRIÇÃO HUMANA II  DIETOTERAPIA, INTERPRETAÇÃO DE EXAMES, DIETA EM PEDIATRIA, TÉCNICA DIETÉTICA II, ASA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS.  EDUCAÇÃO NUTRICIONAL, SAÚDE PÚBLICA, TÓPICOS EM NUTRIÇÃO E ESTÁGIO EM CLÍNICA	NUT161M01 NUT152M01 NUT151M01 NUT142M01 NUT141M01 NUT131M01 NUT121M01 NUT122M01 NUT151V01 NUT161N01 NUT152N01 NUT151N01 NUT142N01 NUT141N01 NUT131N01 NUT121N01 NUT122N01

	Humanos  <b>7º período</b> - Administração de RH em UAN  <b>8º período</b> - Desenvolver a atividade de leitura e interpretação de texto científico para construção do TCC	TOPICOS II E ESTAGIO EM UAN  TCC, ESTAGIO EM SAUDE PUBLICA E SEMINÁRIOS EM NUTRIÇÃO	
<b>2016/2</b>	<b>1º período</b> - Recursos Etino botânicos da região Amazônica  <b>2º período</b> - Macro e Micronutrientes.  <b>3º período</b> - Nutrição Esportiva.  <b>4º período</b> - Doença Celíaca.  <b>5º período</b> - Hipovitaminose D  <b>6º período</b> -	ANATOMIA, CITOLOGIA, BIOESTATISTICA, HISTORIA DA ALIMENTAÇÃO, ASPECTOS SOCIO ANTROPOLOGICOS, QUIMICA, PSICOLOGIA E METODOLOGIA  FISIOLOGIA, PARASITOLOGIA, ETICA, NUTRIÇÃO E MARKETING, COMPOSIÇÃO DOS ALIMENTOS, GENETICA E EMBRIOLOGIA E BIOQUIMICA.  IMUNOLOGIA, NUTRIÇÃO HUMANA I, FARMACOLOGIA, PATOLOGIA, ECONOMIA, SAUDE INDIGENA, EPIDEMIOLOGIA  HIGIENE DOS ALIMENTOS, BROMATOLOGIA E TECNICA DIETÉTICA I, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, NUTRIÇÃO HUMANA II  DIETOTERAPIA, INTERPRETAÇÃO DE EXAMES, DIETO EM PEDIATRIA, TÉCNICA DIETÉTICA II, ASA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS.  EDUCAÇÃO NUTRICIONAL, SAUDE PUBLICA, TOPICOS EM NUTRIÇÃO E ESTÁGIO EM CLÍNICA	NUT162M01 NUT161M01 NUT152M01 NUT151M01 NUT142M01 NUT141M01 NUT131M01 NUT121M01 NUT122M01 NUT151V01 NUT162N01 NUT161N01 NUT152N01 NUT151N01 NUT142N01 NUT141N01 NUT131N01

	<p>Novo Guia Alimentar Brasileiro</p> <p><b>7º período –</b> Novo Guia Alimentar Brasileiro</p> <p><b>8º período –</b> Desenvolver a atividade de leitura e interpretação de texto científico para construção do TCC</p>	<p>TOPICOS II E ESTAGIO EM UAN</p> <p>TCC, ESTAGIO EM SAUDE PUBLICA E SEMINÁRIOS EM NUTRIÇÃO</p>	
2017/1	<p><b>1º período –</b> História da Alimentação e no Brasil</p> <p><b>2º período –</b> Fisiologia Médica</p> <p><b>3º período –</b> Bases bioquímicas e fisiológicas da Nutrição</p> <p><b>4º período –</b> PANC – Plantas alimentícias não comestíveis</p> <p><b>5º período –</b> Nutrição relacionado ao diagnóstico e tratamento.</p> <p><b>6º período –</b> Nutrição em saúde pública.</p> <p><b>7º período –</b> Alimento Seguro</p> <p><b>8º período –</b></p>	<p>ANATOMIA, CITOLOGIA, BIOESTATISTICA, HISTORIA DA ALIMENTAÇÃO, ASPECTOS SOCIO ANTROPOLOGICOS, QUIMICA, PSICOLOGIA E METODOLOGIA</p> <p>FISIOLOGIA, PARASITOLOGIA, ETICA, NUTRIÇÃO E MARKETING, COMPOSIÇÃO DOS ALIMENTOS, GENETICA E EMBRIOLOGIA E BIOQUIMICA.</p> <p>IMUNOLOGIA, NUTRIÇÃO HUMANA I, FARMACOLOGIA, PATOLOGIA, ECONOMIA, SAUDE INDIGENA, EPIDEMIOLOGIA</p> <p>HIGIENE DOS ALIMENTOS, BROMATOLOGIA E TECNICA DIETÉTICA I, AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, NUTRIÇÃO HUMANA II</p> <p>DIETOTERAPIA, INTERPRETAÇÃO DE EXAMES, DIETO EM PEDIATRIA, TÉCNICA DIETÉTICA II, ASA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS.</p> <p>EDUCAÇÃO NUTRICIONAL,</p>	<p>NUT171M01</p> <p>NUT162M01</p> <p>NUT161M01</p> <p>NUT152M01</p> <p>NUT151M01</p> <p>NUT142M01</p> <p>NUT141M01</p> <p>NUT131M01</p> <p>NUT121M01</p> <p>NUT171V01</p> <p>NUT151V01</p> <p>NUT171N01</p> <p>NUT162N01</p> <p>NUT161N01</p> <p>NUT152N01</p> <p>NUT151N01</p> <p>NUT142N01</p> <p>NUT141N01</p> <p>NUT132N01</p>

	Desenvolver a atividade de leitura e interpretação de texto científico para construção do TCC	SAUDE PUBLICA, TOPICOS EM NUTRIÇÃO E ESTÁGIO EM CLÍNICA  TOPICOS II E ESTAGIO EM UAN  TCC, ESTAGIO EM SAUDE PUBLICA E SEMINÁRIOS EM NUTRIÇÃO	
--	---	--	--

### 1.2.1.2 Projetos Transversais do Curso

Sob o Eixo Educação Ambiental

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2015/1	Projeto de Educação Ambiental	As apresentações acontecem usando o recurso data show onde é apresentado uma sequência de slides com conteúdo sobre um artigo de determinada temática ambiental. Temas:  1º Período: Produção Sustentável de Energia 2º Período: Poluição 3º Período: Lixo	Todas
2015/2	Projeto de Educação Ambiental	As apresentações acontecem usando o recurso data show onde é apresentado uma sequência de slides com conteúdo sobre um artigo de determinada temática ambiental. Temas:  1º Período: Uso da água 2º Período: Poluição 3º Período: Lixo 4º Período: Resíduos	Todas
2016/1	Projeto de Educação Ambiental	As apresentações acontecem usando o recurso data show onde é apresentado uma sequência de slides com conteúdo sobre um artigo de determinada temática ambiental. Temas:  1º Período: Uso da água 2º Período: Poluição 3º Período: Lixo	Todas

		4º Período: Resíduos 5º Período: Impacto Ambiental	
2016/2	Projeto de Educação Ambiental	As apresentações acontecem usando o recurso data show onde é apresentado uma sequência de slides com conteúdo sobre um artigo de determinada temática ambiental. Temas:  1º Período: Uso da água 2º Período: Poluição 3º Período: Lixo 4º Período: Resíduos 5º Período: Impacto Ambiental 6º Período: Construções Sustentáveis	Todas
2017/1	Projeto de Educação Ambiental	As apresentações acontecem usando o recurso data show onde é apresentado uma sequência de slides com conteúdo sobre um artigo de determinada temática ambiental. Temas:  1º Período: Uso da água 2º Período: Poluição 3º Período: Lixo 4º Período: Resíduos 5º Período: Aproveitamento de Resíduos 6º Período: Impacto Ambiental 7º Período: Tratamento de Efluentes	Todas

Sob o Eixo Étnico Racial

<b>Atividades transversais étnico raciais</b>			
<b>Semestre</b>	<b>Projeto</b>	<b>Ações desenvolvidas</b>	<b>Turmas envolvidas</b>
2015/1	Projeto de Debate sobre temáticas Étnico Raciais	O professor orientador definiu um artigo que tratou do tema proposto. Este artigo foi entregue à turma para que os alunos estudassem e depois discutissem sobre o assunto.  A proposta de execução da atividade é que a turma fosse dividida em dois grandes grupos, onde um grupo defendia o tema e o outro grupo era oposição.	Todas

		<p>Foi elaborada ficha avaliativa com critérios que foram cumpridos pelo docente executor da atividade para composição da nota. Temas:</p> <p>1º Período: Sistemas de cotas nas universidades</p> <p>2º Período: A mulher na Engenharia</p> <p>3º Período: Diferenças Culturais baseada nas origens.</p>	
2015/2	<p>Projeto de Debate sobre temáticas Étnico Raciais</p>	<p>Apresentação oral de grupos com seis alunos sobre um artigo científico que trata da temática de valorização dos direitos humanos. Temas:</p> <p>1º Período: Sistemas de cotas nas universidades</p> <p>2º Período: A mulher na Engenharia</p> <p>3º Período: Diferenças Culturais baseada nas origens.</p> <p>4º Período: Relações Raciais</p>	Todas
2016/1	<p>Projeto de Debate sobre temáticas Étnico Raciais</p>	<p>Apresentação oral de grupos com seis alunos sobre um artigo científico que trata da temática de valorização dos direitos humanos. Temas:</p> <p>1º Período: Sistemas de cotas nas universidades</p> <p>2º Período: A mulher na Engenharia</p> <p>3º Período: Diferenças Culturais baseada nas origens.</p> <p>4º Período: Relações Raciais</p> <p>5º Período: Inclusão do Negro e do Indígena no Mercado de Trabalho</p>	Todas
2016/2	<p>Projeto de Debate sobre temáticas Étnico Raciais</p>	<p>O professor orientador definiu um artigo que tratou do tema proposto. Este artigo foi entregue à turma para que os alunos estudassem e depois discutissem sobre o assunto.</p> <p>A proposta de execução da atividade é que a turma fosse dividida em dois grandes grupos, onde um grupo defendia o tema e o outro grupo era oposição.</p> <p>Foi elaborada ficha avaliativa com critérios que foram cumpridos pelo docente executor da atividade para composição da nota. Temas:</p> <p>1º Período: Sistemas de cotas nas universidades</p>	Todas

		<p>2º Período: A mulher na Engenharia</p> <p>3º Período: Diferenças Culturais baseada nas origens.</p> <p>4º Período: Relações Raciais</p> <p>5º Período: Inclusão do Negro e do Indígena no Mercado de Trabalho</p> <p>6º Período: Discriminação Hierárquica</p>	
2017/1	<p>Projeto de Debate sobre temáticas Étnico Raciais</p>	<p>O professor orientador definiu um artigo que tratou do tema proposto. Este artigo foi entregue à turma para que os alunos estudassem e depois discutissem sobre o assunto.</p> <p>A proposta de execução da atividade é que a turma fosse dividida em dois grandes grupos, onde um grupo defendia o tema e o outro grupo era oposição.</p> <p>Foi elaborada ficha avaliativa com critérios que foram cumpridos pelo docente executor da atividade para composição da nota. Temas:</p> <p>1º Período: Sistemas de cotas nas universidades</p> <p>2º Período: A mulher na Engenharia</p> <p>3º Período: Diferenças Culturais baseada nas origens.</p> <p>4º Período: Relações Raciais</p> <p>5º Período: Inclusão do Negro e do Indígena no Mercado de Trabalho</p> <p>6º Período: Discriminação Hierárquica</p> <p>7º Período: Gestão da Diversidade e da Pessoa com Deficiência</p>	Todas

**2. Iniciação científica:** Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o regulamento de pesquisa). O curso estimulará a iniciação científica ao:

1. Incentivar o desenvolvimento de projetos científicos voltados à realidade local - ser humano atuante- conforme o edital da coordenação de pesquisa da FAMETRO e relacionado às linhas de pesquisa e extensão do PAPEERI- Programa de articulação ensino, pesquisa e extensão e responsabilidade social-

sobre prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças prevalentes na comunidade;

2. Despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais;
3. Motivar os alunos a publicar na revista científica da FAMETRO a Nambiquara e em outros periódicos;
4. Motivar os alunos a participação em eventos científicos e discussão de trabalhos;
5. Participação no CONCIFA- Congresso Científico da FAMETRO;
6. Promover atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

b1) NOPI: O Núcleo de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da FAMETRO tendo com objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa. Desta maneira, busca-se promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

## **2.1 Projetos de Iniciação Científica e Iniciação tecnológica do curso no último Triênio**

O aluno será constantemente incentivado a realizar trabalhos científicos a medida que o aluno for ampliando o seu conhecimento teórico. Cada professor será corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

### **1.2.1.3 PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO**

<b>Ano</b>	<b>Projeto</b>	<b>Ações desenvolvidas</b>	<b>Turmas envolvidas ou Aluno envolvido</b>
------------	----------------	----------------------------	---

2014	<p>Elaboração de papinha a base de pupunha como opção complementar da alimentação infantil</p> <p>Avaliação físico-químico de leite humano disponibilizado em bancos de leite da cidade de Manaus –AM.</p> <p>Análise de cafés da manhã na cidade de Manaus.</p>	Papinha de pupunha (INPA/FAMETRO)	Erika Vasconcelos Barbosa
		<p>Análise físico-química de leite humano</p> <p>Análise microbiológica</p>	Tina Charles
2015	<p>Caracterização físico química e determinação de Betacaroteno das Pitayas comercializadas nas feiras publicas da cidade de Manaus</p> <p>Potencial nutricional dos Feijões comercializados nas feiras de Manaus</p>	Análise química	Bianca Farias dos Santos
		Composição centesimal	Samara Vidal de Lima Medeiros
2016 / 17	Cartilha de protocolos em nutrição clinica	Avaliação nutricional	

### **PROJETOS DE INICIAÇÃO TECNOLÓGICA DO CURSO**

<b>Atividades de Iniciação Tecnológica</b>			
<b>Ano</b>	<b>Projeto</b>	<b>Ações desenvolvidas</b>	<b>Turmas envolvidas ou aluno envolvido</b>
2014	<p>Elaboração de papinha a base de pupunha como opção complementar da alimentação infantil</p> <p>Avaliação físico-química de leite humano disponibilizado em bancos de leite da cidade de Manaus – AM.</p>	Papinha de pupunha (INPA/FAMETRO)	Erika Vasconcelos Barbosa
		Análise físico-química de leite humano	

	Análise de cafés da manhã na cidade de Manaus.	Análise microbiológica	Tina Charles
2015	Caracterização físico-química e determinação de Betacaroteno das Pitayas comercializadas nas feiras públicas da cidade de Manaus  Potencial nutricional dos Feijões comercializados nas feiras de Manaus	Análise química  Composição centesimal	Bianca Farias dos Santos  Samara Vidal de Lima Medeiros
2014	Elaboração de papinha a base de pupunha como opção complementar da alimentação infantil  Avaliação físico-química de leite humano disponibilizado em bancos de leite da cidade de Manaus – AM.  Análise de cafés da manhã na cidade de Manaus.	Papinha de pupunha (INPA/FAMETRO)  Análise físico-química de leite humano  Análise microbiológica	Erika Vasconcelos Barbosa  Tina Charles
2016	Análise físico-química da carne moída comercializada na zona sul de Manaus-AM  Avaliação de Parasitoses em sushis e sashimis comercializados em temakerias de Manaus	Análise físico-química  Análise Parasitária	Jessika Silvestre da Silva  Rayane Ferreira da Fonseca
2017			

**Extensão:** Por meio de atividades de extensão serão incentivados os trabalhos articulando, ensino, pesquisa, investigação científica, capacitação e aperfeiçoamento e a interação entre a Instituição e a comunidade, com a participação do corpo discente. São atividades de Extensão propostas pela Faculdade: Oferta de serviço à comunidade

através da Semana de Responsabilidade Social, Palestras Educativas com temas específicos em cada área entre outros (Cf. o regulamento de Extensão).

#### 1.2.1.4 Projetos de Extensão e Responsabilidade Social do Curso

##### PROJETOS DE EXTENSÃO DO CURSO

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2014/1	Mini Cursos de Aprimoramento sobre a Nutrição Esportiva, Nutrição enteral e parenteral	Atividade pratica de aleitamento materno e inovações tecnológicas  Nutrição Esportiva – <b>“A importância do exercício físico e a adequada alimentação para a saúde”</b> .  Nutrição Enteral e parenteral – <b>“Indicação para nutrição enteral e parenteral”</b>	Todas
2014/2	Contaminação dos alimentos  Preparo de nutrição enteral	Atividade pratica desenvolvida no laboratório.	Todas
2015/1	Nutrição e alimentação e esportiva	Especialidade em fisiologia do exercício  Investigação dos Hábitos alimentares de ribeirinhos	Todas
2016/1	Nutrição Enteral	Atividade prática de diluição de nutrição enteral. Cálculos de fracionamento, diluição e gotejamento para	Todas

		nutrição enteral	
2016/2	A Pesquisa Científica Aplicada Ao Tcc De Nutrição	Atividade ocorrida no auditório da instituição para despertar o pensamento científico.	Todas
2017/1	PANC	Atividade prática desenvolvida no laboratório da instituição com a utilização de plantas comestíveis	Todas

PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CURSO

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2014	Projeto Igarapés Vila Amazonas	Atendimento à comunidade Vila Amazônica por meio de Avaliação Nutricional da comunidade	NUT121M01 NUT121N01 NUT122M01 NUT122N01
2015	Projeto Igarapés Vila Amazonas e a higienização dos alimentos	Atendimento à comunidade Vila Amazônica por meio de palestras de higienização dos alimentos e Avaliação Nutricional da comunidade	NUT132M01 NUT132N01 NUT131M01 NUT131N01
2016	Projeto Igarapés Vila Amazonas	Atendimento à comunidade Vila Amazônica por meio de Orientação Nutricional da comunidade	NUT141M01 NUT141N01
2017	Projeto Igarapés Vila Amazonas	Atendimento à comunidade Vila Amazônica por meio de Orientação Nutricional da comunidade	Todas

CURSOS LIVRES MINISTRADOS POR DOCENTES DO CURSO POR MEIO DA EXTENSÃO

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2014/1	Mini Cursos de Aprimoramento sobre a Nutrição	Atividade prática de aleitamento materno e inovações tecnológicas	Todas

	Esportiva, Nutrição enteral e parenteral	Nutrição Esportiva – <b>“A importância do exercício físico e a adequada alimentação para a saúde”</b> .  Nutrição Enteral e parenteral – <b>“Indicação para nutrição enteral e parenteral”</b>	
2014/2	Contaminação dos alimentos  Preparo de nutrição enteral	Atividade pratica desenvolvida no laboratório.	Todas
2015/1	Nutrição e alimentação e esportiva	Especialidade em fisiologia do exercício  Investigação dos Hábitos alimentares de ribeirinhos	Todas
2015/2	Nutrição Enteral	Oficina de diluição de Nutrição Enteral	Todas
2016/1	Educação Nutricional na primeira infância.	Oficina pedagógica com técnicas para promover a educação nutricional na primeira infância.	Todas
2016/2	Segurança Alimentar nos serviços de Alimentação	Palestra no auditório da instituição.	Todas
2017/1	Planejando o TCC	Oficina em sala de aula para aprendizagem e aplicação de técnicas para o planejamento do TCC.	Todas

### 1.3 Objetivos do Curso

Em consonância com a RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 5, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001. Instituidora das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição estabelece os objetivos ao curso:

#### 1.3.1 Objetivo Geral:

Tal qual preconiza as Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição, o objetivo de curso expressa-se pela intenção de formação do nutricionista que estejam preparados para o mercado de trabalho e que possuam uma postura crítica reflexiva frente aos desafios da sociedade tendo sempre no horizonte as especificidades regionais dos saberes e da cultura local (RDC; 2001).

Formar profissionais bacharéis em Nutrição que estejam aptos a:

**2 Atenção à saúde** : os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo Interpretar e aplicação da nutrição clínica;

**3 Tomada de decisões**: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

**4 Comunicação**: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de,

pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

**5 Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz; Utilizar o raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

**6 Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;

**7 Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

### **1.3.2 Objetivos Específicos:**

I - aplicar conhecimentos sobre a composição, propriedades e transformações dos alimentos e seu aproveitamento pelo organismo humano, na atenção dietética;

II - contribuir para promover, manter e ou recuperar o estado nutricional de indivíduos e grupos populacionais;

III - desenvolver e aplicar métodos e técnicas de ensino em sua área de atuação;

IV - atuar em políticas e programas de educação, segurança e vigilância nutricional, alimentar e sanitária, visando a promoção da saúde em âmbito local, regional e nacional;

V - atuar na formulação e execução de programas de educação nutricional; de vigilância nutricional, alimentar e sanitária;

VI - atuar em equipes multiprofissionais de saúde e de terapia nutricional;

VII - avaliar, diagnosticar e acompanhar o estado nutricional; planejar, prescrever, analisar, supervisionar e avaliar dietas e suplementos dietéticos para indivíduos sadios e enfermos;

VIII - planejar, gerenciar e avaliar unidades de alimentação e nutrição, visando a manutenção e/ou melhoria das condições de saúde de coletividades sadias e enfermas;

IX - realizar diagnósticos e intervenções na área de alimentação e nutrição, considerando a influência sociocultural e econômica que determina a disponibilidade, consumo e utilização biológica dos alimentos pelo indivíduo e pela população;

X - atuar em equipes multiprofissionais destinadas a planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar atividades na área de alimentação e nutrição e de saúde;

XI - reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; XII - desenvolver atividades de auditoria, assessoria, consultoria na área de alimentação e nutrição;

XIII - atuar em marketing de alimentação e nutrição;

XIV - exercer controle de qualidade dos alimentos em sua área de competência;

XV - desenvolver e avaliar novas fórmulas ou produtos alimentares, visando sua utilização na alimentação humana;

XVI - integrar grupos de pesquisa na área de alimentação e nutrição; e

XVII - investigar e aplicar conhecimentos com visão holística do ser humano, integrando equipes multiprofissionais.

#### **1.4.Perfil profissional do Egresso:**

O curso de graduação em Nutrição deverá assegurar, no perfil do graduando, com formação generalista, humanista e crítica, capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e à atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural.

<b>Perfil do egresso (Núcleos de formação da diretriz e os conteúdos curriculares da diretriz)</b>	<b>Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)</b>
I - Ciências Biológicas e da Saúde	Anatomia humana; Citologia e histologia; Genética e embriologia humana; Fisiologia; Patologia geral; Bioquímica; química orgânica e inorgânica; Parasitologia e microbiologia dos alimentos; farmacologia; Epidemiologia; Saúde ambiental; imunologia; Tecnologia de alimentos;.
II - Ciências Sociais, Humanas e Econômicas	Aspectos Sócio Antropológicos; Ética e Bioética; Psicologia aplicada a Saúde; economia aplicada nutrição; Legislação Profissional; Bioestatística; Nutrição estética e fitoterapia; Nutrição geriátrica; Metodologia do trabalho científico.
III - Ciências da Alimentação e Nutrição	História e Fundamentos em Nutrição, Nutrição e marketing; Nutrição Humana I, Nutrição Humana II, Dietoterapia I; Dietoterapia II; Avaliação Nutricional; Nutrição das populações indígenas e ribeirinhas; Administração em serviço de alimentação I; Administração em serviço de alimentação II; Nutrição Materno infantil e adolescente; Interpretação de exames; Dietoterapia em pediatria; Educação Nutricional; Nutrição e saúde pública; Nutrição e atividade física.
IV - Ciências dos Alimentos	Composição de Alimentos; Técnica e Dietética e Gastronomia Regional I; Técnica e Dietética e Gastronomia Regional II; Higiene de Alimentos e Vigilância Sanitária; Bromatologia.

#### **1.4.1 Competências e Habilidades:**

Capacidade de conectar competências acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e necessidades prevalentes e prioritárias da população conforme o quadro epidemiológico do país/região.

- a) Desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, em nível individual e coletivo, assegurando que a sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, analisando os problemas da sociedade e procurando suas soluções;
- b) Avaliar, sistematizar e elaborar as condutas nutricionais mais adequadas, pautadas em evidências científicas;
- c) Ser capaz de se comunicar de forma adequada com o indivíduo, com a família, comunidade e equipe multiprofissional;
- d) Assumir funções de liderança, gestão e desenvolver ações empreendedoras;

#### **1.4.2. Competências e Habilidades Específicas:**

Assim, tal qual preconiza as Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição, o objetivo de curso expressa-se pela intenção de formar bacharéis em nutrição que estejam preparados para o mercado de trabalho e que possuam uma postura crítica reflexiva frente aos desafios da sociedade tendo sempre no horizonte as especificidades regionais dos saberes e da cultura local.

Será ainda necessário que o acadêmico saiba:

- a) Aplicar, na atenção dietética, conhecimentos sobre a composição, propriedades, transformações e aproveitamento dos alimentos pelo organismo humano e a ação dos compostos bioativos;
- b) Planejar, executar e avaliar políticas e programas de educação alimentar e nutricional e vigilância alimentar, nutricional e sanitária, em âmbito institucional, local, regional e nacional;
- c) Avaliar, diagnosticar e monitorar o estado nutricional de indivíduos e coletividades;
- d) Prescrever e avaliar dietas e suplementos dietéticos para indivíduos sadios e enfermos;
- e) Planejar, gerenciar e avaliar unidades de alimentação e nutrição, visando à promoção, manutenção e recuperação da saúde de indivíduos e coletividades sadias e enfermas;
- f) Realizar diagnósticos e intervenções na área de alimentação e nutrição, considerando o contexto sócio cultural e econômico que determina a disponibilidade e o consumo dos alimentos pelo indivíduo e pela população;
- g) Reconhecer a saúde e a alimentação como um direito em todos os níveis de complexidade do sistema de saúde, na perspectiva da intersetorialidade;
- h) Atuar no controle de qualidade de alimentos e no desenvolvimento de fórmulas e produtos alimentares.

#### **1.5 Estrutura Curricular:**

Fundamentada em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos à distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade..

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético.

- ▶ **Flexibilidade:** Todas as matrizes dos cursos superiores da Fametro possuem disciplinas optativas ofertadas periodicamente, tendo em vista, flexibilizar o perfil de formação proporcionando ao aluno a construção de um processo formativo diferenciado. Bem como ele pode cursar as disciplinas optativas de outros cursos.
- ▶ **Interdisciplinaridade:** Todos os cursos da Fametro desenvolvem projetos interdisciplinares promovendo a integração das disciplinas de um mesmo período por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Interdisciplinaridade anexo a este documento.
- ▶ **Transversalidade:** Todos os cursos da Fametro desenvolvem projetos transversais promovendo a integração das disciplinas discutindo as temáticas de Educação Étnicas racial e Educação Ambiental em um mesmo período em todo o curso por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Transversalidade anexo a este documento.
- ▶ **Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal:** A Fametro promove a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento de competências objetivando que todos possam aprender e se desenvolver, para tanto são planejadas e utilizadas metodologias de ensino com o uso de recursos tecnológicos que favoreçam a remoção de qualquer barreira ao ato de aprender. Estes processos metodológicos encontram-se normatizados em regulamentação própria e no manual de metodologia de ensino e avaliação da Fametro.
- ▶ **Compatibilidade da Carga Horária Total:** A carga horária dos cursos obedece ao descrito nas diretrizes curriculares nacionais no caso dos bacharelados e licenciaturas, e no caso dos tecnológicos o Catalogo Nacional de Cursos e a Resolução dos cursos tecnológicos. E a carga horária dos cursos está calculada em hora relógio.
- ▶ **Articulação da Teoria com a Prática:** Os cursos de graduação da Fametro prevêem em suas disciplinas carga horária teórica e prática. A depender da natureza do curso e da especificidade do componente curricular a carga horária prática poderá chegar até o percentual de vinte por cento da carga horária total da disciplina.

Consideramos ainda que a Estrutura Curricular deverá compreender as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado. Portanto, a estrutura curricular do curso é:

- a) **1º. Período:** ANATOMIA HUMANA 80h; CITOLOGIA E HISTOLOGIA 80h; METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO 40h; PSICOLOGIA APLICADA A SAÚDE 40h; QUIMICA ORGANICA E INORGANICA 40h; BIOESTATISTICA 40h; ASPECTOS

SOCIO ANTROPOLOGICOS 40h; HISTORIA E FUNDAMENTOS DA ALIMENTAÇÃO 40h.

- b) **2º. Período:** COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS 40h; BIOQUIMICA 80h; PARASITOLÓGAI E MICROBIOLOGIA DOS ALIMENTOS 80h; FISILOGIA HUMANA 80h; GENETICA E EMBRIOLOGIA 40h; NUTRIÇÃO E MARKETING 40h; ÉTICA E BIOETICA 40h.
- c) **3º. Período:** FARMACOLOGIA 40h; EPIDEMIOLOGIA 40h; IMUNOLOGIA 40h; SAUDE AMBIENTAL 40h; NUTRIÇÃO HUMANA I 80h; BROMATOLOGIA 40h; ECONOMIA APLICADA A NUTRIÇÃO 40h; HIGIENE DE ALIMENTOS E VIGILANCIA SANITARIA 80h.
- d) **4º. Período:** NUTRIÇÃO HUMANA II 80h; DIETOTERAPIA I 80h; AVALIAÇÃO NUTRICIONAL 80h; TECNICA DIETETICA E GASTRONOMIA REGIONAL I 80h; PATOLOGIA GERAL 40h; NUTRIÇÃO DAS POPULAÇÕES INDIGENAS E RIBEIRINHAS 40h;
- e) **5º. Período:** DIETOTERAIA II 80h; TECNICA DIETETICA E GASTRONOMIA REGIONAL II 80h; ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇO DE NUTRIÇÃO I 80h; NUTRIÇÃO MATERNO INFANTIL E ADOLESCENTE 80h; INTERPRETAÇÃO DE EXAMES BIOQUIMICOS 40h; TECNOLOGIA DOS ALIMENTOS 40h;
- f) **6º. Período:** ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇO DE NUTRIÇÃO II 80h; DIETOTERAPIA EM PEDIATRIA 40h; EDUCAÇÃO NUTRICIONAL 80h; NUTRIÇÃO E SAUDE PUBLICA 80h; NUTRIÇÃO E ATIVIDADE FISICA 40h; LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL 40h;
- g) **7º. Período:** TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I 80h; NUTRIÇÃO EM ESTETICA E FITOTERAPIA 40h; NUTRIÇÃO E GERIATRIA 40h; ESTAGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO 240h;
- h) **8º. Período:** TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II 80h; ESTAGIO SUPERVISIONADO EM NUTRIÇÃO E SAUDE PUBLICA 240h; ESTAGIO SUPERVISIONADO EM NUTRIÇÃO CLINICA 240h.
- i) **Estágio Supervisionado 720h;**
- j) **Atividades Complementares 240 h.**
- k) **Disciplinas Optativas \*:** Educação em Direitos humanos e identidade cultural 40H; Libras 40H; Inglês 40H;

1º. PERÍODO				
Disciplinas	C/H TOTAL	CH TEÓRICO	CH PRÁTICA	LABORATÓRICO
Anatomia humana	80	60	20	x
Citologia e histologia	80	60	20	x
Metodologia do trabalho científico	40	30	10	
Psicologia aplicada a saúde	40	30	10	
Química orgânica e inorgânica	40	30	10	x
Bioestatística	40	30	10	
Aspectos sócio antropológicos	40	30	10	
História e fundamentos em nutrição	40	30	10	
<b>Sub-total</b>	<b>400 horas</b>			
2º PERÍODO				
Disciplinas	C/H TOTAL	CH TEÓRICO	CH PRÁTICA	LABORATÓRICO
Composição dos alimentos	40	30	10	x
Ética e Bioética	40	30	10	
Nutrição e marketing	40	30	10	x
Genética e embriologia	40	30	10	
Bioquímica	80	60	20	x
Parasitologia e microbiologia dos alimentos	80	60	20	x
Fisiologia Humana	80	60	20	
<b>Sub-total</b>	<b>400 horas</b>			
3º PERÍODO				
Disciplinas	C/H TOTAL	CH TEÓRICO	CH PRÁTICA	LABORATÓRICO
Nutrição humana I	80	60	20	
Higiene e vigilância sanitária	80	60	20	x
Farmacologia	40	30	10	x
Saúde ambiental	40	30	10	
Epidemiologia	40	30	10	
Imunologia	40	30	10	x
Bromatologia	40	30	10	x
Economia aplicada nutrição	40	30	10	
<b>Sub-total</b>	<b>400 horas</b>			
4º PERÍODO				
Disciplinas	C/H TOTAL	CH TEÓRICO	CH PRÁTICA	LABORATÓRICO
Nutrição humana II	80	60	20	
Dietoterapia	80	60	20	x
Patologia	40	30	10	
Nutrição das populações indígenas e ribeirinhas	40	30	10	

<b>RESUMO</b>	
<b>DESMONSTRATIVO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS	2.640
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	720
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	240
<b>TOTAL GERAL DO CURSO</b>	<b>3600</b>

<b>DISCIPLINAS OPTATIVAS</b>	
<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Libras	40
Educação em Direitos humanos e identidade cultural	40
Inglês	40
Tópicos em Nutrição	40

### 1.5.1 Matriz do Curso

As unidades curriculares da matriz apresentam, em sua maioria, conteúdos que implicam em abordagens metodológicas teóricas e práticas. Visando alcançar os objetivos propostos no Plano de Ensino de cada disciplina, serão utilizados instrumentos pedagógicos diversificados, com o intuito de estreitar a relação entre a teoria e a prática, estimulando o aprendizado. A aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias ao profissional acontecerá de maneira gradativa e com grau de complexidade progressiva, permitindo o desenvolvimento do perfil profissional.

O Estágio obrigatório realizado em Nutrição clínica e realizado em hospitais credenciados pela IES; O estágio de Nutrição em Unidade de Alimentação e nutrição é realizado em cozinhas industriais credenciadas; e o estágio de Nutrição em saúde pública e realizado na Clínica multidisciplinar da FAMETRO e em unidades credenciadas.

## 1.5.2 Ementário

### EMENTÁRIO DO CURSO DE NUTRIÇÃO

#### 1º SEMESTRE

Disciplina	ANATOMIA HUMANA
Ementa	Estudo teórico-prático da Anatomia humana: definições, generalidades, nomenclatura, localização, variações e particularidades anatômicas dos sistemas esquelético, articular, muscular, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital masculino e feminino, tegumentar, endócrino, sentidos, nervoso, neuroanatomia. Inter-relações entre os sistemas orgânicos. Aspectos éticos e legais abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etnico-raciais.
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	20h  Sistema circulatório  Sistema digestório  Sistema respiratório  Sistema nervoso  Sistema cardiovascular
Bibliografia básica	DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia humana básica. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2007.  ROHEN, J. W.; Lütjen-Drecoll, E. Anatomia Humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional 3ª ed. São Paulo, Atheneu 2007.  SOBOTTA, J. Atlas de Anatomia Humana. 2 vol. 22. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006
Bibliografia complementar	DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia humana: sistêmica e tegumentar 3ª. Ed. São Paulo: Artemed, 2006.  KAPIT, W.; ELSON, L. M. Anatomia- Um livro para colorir. 3. Ed. Rio de Janeiro: Roca, 2004  MOORE, K. L.; Dalley, A. F. Anatomia orientada para clínica. 5. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.  ROHEN, J. W.; Lütjen-Drecoll, E. Anatomia Humana: atlas fotográfico de anatomia

	<p>sistêmica e regional 3ª ed. São Paulo, Atheneu 2007.</p> <p>SOBOTTA, J. Atlas de Anatomia Humana.2 vol. 22. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2006</p>
--	--

Disciplina	CITOLOGIA E HISTOLOGIA
Ementa	Métodos de estudo em microscopia óptica e eletrônica das organelas celulares e suas funções. Morfologia celular. Estrutura e composição química das organelas celulares. Eucariontes e procariontes. Divisão e diferenciação celular. Estudo dos tecidos e componentes histológicos. Ênfase morfofuncional. Histologia dos Sistemas abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etnico-raciais.
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	<p>20h</p> <p>Morfologia celular</p> <p>Análise histológica de tecido epitelial</p> <p>Análise histológica de tecido cardíaco</p> <p>Análise histológica de tecido digestório.</p> <p>Classificação sanguínea</p>
Bibliografia básica	<p>ALBERTS. Bruce. Biologia Molecular da Célula – 4ª ed. Porto Alegre, Artmed,2004.</p> <p>GARTNER, I. P. &amp; HIATT, J. L. Tratado de Histologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p> <p>JUNQUEIRA, I. C.U. &amp; CARNEIRO, J.- Biologia celular e molecular 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,2005</p>
Bibliografia complementar	<p>CARVALHO, Jernandes F. Células: uma abordagem multidisciplinar, Barueri Manole, 2007.</p> <p>JUNQUEIRA, I. C.U. &amp; CARNEIRO, J. Histologia Básica – Texto e Atlas. 11ª Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>LAGO,S. Ramos- Biologia:citologia.São Paulo:IBEP,2009</p> <p>LESLIE. P. Atlas colorido de histologia – 4ªed. Rio de Janeiro. Guanabara</p>

	<p>Koogan,2005.</p> <p>ROBERTIS,Eduardo – Bases da Biologia Celular e Molecular. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p>
--	---

Disciplina	<b>METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO</b>
Ementa	<p>Conceitos básicos em pesquisa científica. Métodos e tipos de pesquisa. Projeto de pesquisa. Planejamento da pesquisa: revisão bibliográfica, formulação e delimitação do problema, hipóteses e objetivos. Definição de metodologia, instrumentos e técnicas de investigação. Análise e interpretação de dados: uso do computador. Conclusão e relatório de pesquisa. Elaboração de monografias. Redação técnico-científica abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etno-raciais..</p>
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>GIL, A.C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MARCOPITO, L.F.; SANTOS, F.R.G. Um Guia para o Leitor de Artigos Científicos na Área de Saúde. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2006</p> <p>SEVERINO, A.J., Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p>
Bibliografia complementar	<p>ANDRADE, Maria M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 9ª ed. São Paulo: Atlas,2009.</p> <p>ESTRELA, C. Metodologia Científica: Ciência, Ensino, Pesquisa. 2ª ed. São Paulo: Artes Médicas, 2005.</p> <p>MARCONI, M.A., Fundamentos da Metodologia Científica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>PRESTES.M. L. de M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico do planejamento,3ª ed. São Paulo. Respel, 2009.</p> <p>VIEIRA, Sonia- Metodologia Científica para a área da saúde Rio de Janeiro: Elsevier,2006</p>

Disciplina	<b>PSICOLOGIA APLICADA A SAUDE</b>
Ementa	<p>Conceitos básicos de Psicologia do desenvolvimento humano; os fatores emocionais, sociais, cognitivos e afetivos. A formação e o desenvolvimento da humanização do ambiente hospitalar. A Psicologia aplicada à nutrição. A relação cliente/nutricionista no atendimento clínico e a relação interpessoal no ambiente de</p>

	trabalho. Distúrbios alimentares: anorexia, bulimia e obesidade abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões étnico-raciais.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>ALENCAR, E. Psicologia: introdução aos princípios básicos do comportamento. 16ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009</p> <p>BARBOSA, V. I. P. Prevenção da obesidade na infância e na adolescência – Exercício, Nutrição e psicologia. São Paulo: Manole, 2006..</p> <p>TRUCHARTE, F. Psicologia Hospitalar: teoria e prática. 2ª ed. São Paulo:Gengace, 2010.</p>
Bibliografia complementar	<p>COLS, A. V. C, Psicoterapia – Abordagens Atuais. Rio de Janeiro: Bookman, 2007.</p> <p>DALGALARRONDO, P. Psicologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>DAVID, G. Myers. Psicologia. Rio de Janeiro: LTC, 2006</p> <p>HERMANN, S. K. FRIEDERICH, HARTMUT. Dicionário de Psicologia Dorsh. Porto Alegre: Vozes, 2008.</p> <p>STRAUB, Richard O.. Psicologia da Saúde. Porto Alegre: Artmed, 2007</p>

Disciplina	QUIMICA ORGÂNICA E INORGÂNICA
Ementa	Fundamentos da Química: estudo da estrutura, composição, propriedades e transformações da matéria. Estrutura atômica e classificação periódica dos elementos químicos. Funções orgânicas e inorgânicas Acidez e basicidade dos compostos. Oxidação e redução. Principais tipos de reações e compostos com função metabólica abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões étnico-raciais.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>BRADY, James E. Química geral 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.</p> <p>PETER, K, VOLLHARD, N. SCHORE, E. Química Orgânica: Estrutura e Função. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2004.</p> <p>RUSSEL, Jhon B. . Química Geral. Volume 1. 2ª Ed. São Paulo: Pearson Makr, 2008</p>

Bibliografia complementar	<p>CHRISPINO, Álvaro - O que é química. São Paulo: Brasiliense, 2006.</p> <p>FELTRE, Ricardo. Química 3: química orgânica. 6ª Ed, São Paulo: Moderna, 2005.</p> <p>MCMURRY, John. Química Orgânica 6ª ed. São Paulo: Thompson, 2005.</p> <p>RISSATO, S. R. Química orgânica: compreendendo a ciência da vida. São Paulo: Atomo, 2005.</p> <p>SOLOMONS, T. W. G. Química Inorgânica, 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.</p>
---------------------------	---

Disciplina	BIOESTATÍSTICA
Ementa	Introdução ao estudo da estatística direcionado para a área da saúde. Conceitos básicos: cálculos, medidas, gráficos, moda, mediana. Conhecimentos objetivos para condução e a avaliação de dados de pesquisas. Fases do trabalho de bioestatística e interpretações e tabulações de dados abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões étnico-raciais.
C. H. Teórica	36h
C. H. Prática	4h Coleta de dados de para análise estatística
Bibliografia básica	<p>DAWSON, B. Bioestatística básica e clínica, 3ª Ed. Petrópolis, Artemed, 2003.</p> <p>MILONE, Giuseppe. Estatística Geral e Aplicada. São Paulo: Thomson, 2006</p> <p>VIEIRA, Sonia. Introdução a bioestatística. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p>
Bibliografia complementar	<p>ARANGO, H. G. Bioestatística: teoria e computacional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>CALLEGARI-JACCQUES, S. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>CRESPO, A. A. Estatística Fácil. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>SPIEGEL, MURRAY R. Probabilidade e estatística. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p> <p>TOLEDO, G. Estatística básica 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008</p>

Disciplina	ASPECTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS
Ementa	Sociologia e a Antropologia Cultural. Principais teóricos e teorias. Conceitos fundamentais. A construção da identidade social: raça, gênero, classe, idade. A Sociologia e a Antropologia da Saúde. Os conceitos de corpo, saúde, doença, incapacitação física e deficiência, segundo várias culturas. As doenças crônicas e a Antropologia cultural e visão sociologia do processo saúde doença abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etno-raciais.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-
Referências básicas	DOMINGUES, José N. Sociologia e Modernidade: para entender a sociedade contemporânea, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.  LAKATOS, E.M., Sociologia Geral, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.  VILA NOVA. S. Introdução à Sociologia. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
Referências complementares	ARON, R. As etapas do pensamento sociológico, 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.  GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.  LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo  MELO, Luiz Gonzaga de. Antropologia cultural, Petrópolis: Vozes, 2005  OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. "Os Atalhos da Magia" in Reflexões sobre o relato dos Naturalistas Viajantes na Etnografia Indígena. Bol. Mus. Par. Emilio Goeldi, Série: Antropologia, 3 (2), 1987, p.155-188.

Disciplina	HISTÓRIA E FUNDAMENTOS EM NUTRIÇÃO
Ementa	Introdução à Ciência da Nutrição e história da Alimentação e da trajetória da profissão no Brasil. Conceitos básicos da Nutrição e Alimentação. Leis da Alimentação e hábitos alimentares em diversos povos, regiões brasileiras e municípios estaduais abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etno-raciais.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-

Bibliografia básica	<p>CASCUDO, L. Historia da Alimentação no Brasil, São Paulo: Global, 2004.</p> <p>SILVA . S. M. Tratado de Alimentação, Nutrição e Dietoterapia. São Paulo: Roca, 2007.</p> <p>TIRAPEGUI, J. Nutrição: fundamentos e aspectos atuais. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006.</p>
Bibliografia complementar	<p>CARNEIRO, H. Comida e Sociedade: uma historia da alimentação, 2ª Ed. Rio de Janeiro, Campus, 2003.</p> <p>COSTA, N. M. Nutrição Básica e Metabolismo. Minas Gerais: UFV, 2008</p> <p>GALISA, M. S. &amp; ESPERANÇA, M. B e SÁ, N.G. Nutrição: conceitos e aplicações. São Paulo: M.Book, 2007.</p> <p>MERGULHO, Eliane. Brincando de Nutrição. 2ª Ed. São Paulo. Metha, 2008</p> <p>VITOLLO, M. R. Nutrição: Da gestação ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Reichmann &amp; Affonso, 2008.</p>

## 2º SEMESTRE

Disciplina	COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS
Ementa	A disciplina aborda a classificação, estrutura e propriedades dos principais constituintes dos alimentos: água, glicídios, proteínas, lipídeos, vitaminas, pigmentos, minerais e outros constituintes abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etnico-raciais.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>DUTRA DE OLIVEIRA, J. Ciências Nutricionais, 2ª ed. São Paulo Sarvier, 2008.</p> <p>PINHEIRO, A. B. Tabela para avaliação de consumo alimentar em medidas caseiras. 9ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.</p> <p>RIBEIRO, E. P. Química de Alimentos. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2007.</p>
Bibliografia complementar	<p>BOBBIO, F. O. BOBIO, P. A Química do processamento de alimentos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.</p> <p>COUTATE, T.P. Alimentos: a química de seus componentes. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>FRANCO. G. Tabela de composição química dos alimentos. 2ª ed. Rio de Janeiro:</p>

	<p>Coronário, 2008.</p> <p>PHILIPPI, S.T. Tabela de composição de alimentos. 9ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004</p> <p>WENZEL. Guido Bioquímica, Experimental de Alimentos. Rio Grande do Sul. 2010.</p>
--	--

Disciplina	BIOQUIMICA
Ementa	Estudo das macromoléculas e Metabolismo dos macronutrientes: conceitos, princípios e funções. Vias metabólicas para a obtenção de energia. Doenças que causam alterações bioquímicas. Hormônios. Metabolismo no jejum. Aplicação do estudo do metabolismo na área da Nutrição abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etnico-raciais.
C. H. Teórica	80h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>BERG. Jeremy Mark. Bioquímica. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>LEHNINGER, A. L. COX, M.M..Princípios da Bioquímica. 4ª ed. São Paulo: Sarvier, 2006.</p> <p>VOET, D. e VOET, J. Bioquímica. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p>
Bibliografia complementar	<p>CAMPBELL. Mary. Bioquímica. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>CHAMPE, P. C., HARVEY, R.A., FERRIER, D. A. Bioquímica Ilustrada. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>KAMOUN, P. LAVOINNE, A.; VERNEUIL, H. Bioquímica e biologia molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>MARZZOCO, Anita. Bioquímica básica. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2007.</p> <p>PALERMO, J. R. Bioquímica da Nutrição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009.</p>

Disciplina	PARASITOLOGIA E MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS
Ementa	Introdução a Parasitologia. Morfologia e ciclo biológico dos parasitos. Diagnóstico, epidemiologia, profilaxia e tratamento de organismos parasitas e fundamentos da Microbiologia, fatores que afetam o desenvolvimento microbiano nos alimentos. Alterações químicas causadas por microrganismos. Microrganismos indicadores em alimentos. Microrganismos patogênicos causadores de toxinfecções em alimentos. Fatores de controle e análise microbiológica de alimentos contaminados

	abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões Étnico-raciais.
C. H. Teórica	64h
C. H. Prática	16h Normas de Biossegurança Demonstração de equipamentos e materiais Análise microbiológica de Alimentos Análise microbiológica de material fecal
Bibliografia básica	BARBOSA & TORRES. Microbiologia Básica. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010. NEVES, D. P. Parasitologia Humana. 11ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005. REY, L. Bases da Parasitologia médica. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
Bibliografia complementar	HARVEY, CHAMPE & FISHER . Microbiologia Ilustrada. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007 JAY, JAMES M. Microbiologia de alimentos. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed , 2006 NEVES, D. P. Parasitologia Dinâmica. 10ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005. PELCZAR JR. Microbiologia: conceitos e aplicações, 2ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2005. REY, L. Parasitologia: Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nos Trópicos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

Disciplina	FISIOLOGIA HUMANA
Ementa	Bases teóricas sobre a organização do ser vivo, meio interno, estabilidade celular, estudo dos vários sistemas e aparelhos do ser humano. Estudo funcional dos órgãos e sistemas do corpo humano. Sistema neuromuscular, circulatório, respiratório, digestório, renal, endócrino, metabolismo e reprodução. Estudo dos eventos biológicos, biofísicos e fisiológicos mantenedores da homeostase nos diferentes sistemas do organismo humano abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões étnico-raciais.
C. H. Teórica	72h
C. H. Prática	8h 1.Verificação de pressão arterial

	2. Ação dos Macronutrientes no organismo.
Bibliografia básica	AIRES. Margarida de Mello. Fisiologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. GUYTON e HALL, Tratado da fisiologia médica, 11ª ed, 2008. GUYTON, A.C., Fisiologia Humana, 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
Bibliografia complementar	BERNE e LEVI, Fisiologia, 6ª ed. Elsevier, 2005. COSTANZO, L. Fisiologia, 3ª ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. DOUGLAS, Carlos Roberto. Tratado de Fisiologia: aplicada às ciências médicas. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. GANONG, W.F., Fisiologia Medica, 22ª ed. Rio de Janeiro: MCGraw, 2006. HANSEN, John. T. Atlas de Fisiologia Humana. São Paulo: Artmed, 2006.

Disciplina	GENÉTICA E EMBRIOLOGIA HUMANA
Ementa	Introdução à Genética. Bases cromossômicas da herança. Leis de Mendel. Nomenclatura. Genética e população. Polimorfismo. Genética e Câncer. Introdução a Embriologia. Termos embriológicos. Fundamentos da Reprodução. Fases do desenvolvimento humano pré-natal. Defeitos Congênitos Humanos abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	32h
C. H. Prática	8h Construção da Molécula de DNA Extração do DNA dos alimentos
Bibliografia básica	GRIFFTIHS, A.J.F. Introdução à genética. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. MOORE, K.L. & PERSAUD, T.V.N. Embriologia Básica.. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. SNUSTAD. D. Peter. Fundamentos da Genética. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

Bibliografia complementar	<p>GARCIA. S. M. Embriologia. Porto Alegre: Artmed,2006.</p> <p>JORDE. Lynn B. Genética Médica. 4ª. Ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2010.</p> <p>MELLO. Romário de Araujo. Embriologia Humana. São Paulo: Atheneu,2008.</p> <p>MOORE, K.L. &amp; PERSAUD, T.V.N. Embriologia Clínica. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p> <p>RINGO. John. Genética Básica. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan . 2005.</p>
---------------------------	--

Disciplina	NUTRIÇÃO E MARKETING
Ementa	Abordar fundamentos, processos e desenvolvimento da comunicação. Comunicação de massa. Planejamento e técnicas de comunicação aplicada à nutrição em suas diversas áreas de atuação. Desenvolvimento e elaboração de produtos alimentares com campanha de marketing abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>KEEGAN, Warren J.. Princípios de Marketing Global. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>KOTLER, Philip. Marketing Essencial: conceitos, estratégias e casos. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2007.</p> <p>NEVES, F. M . Organização, Marketing e Estratégias em Agronegócios e Alimentos. São Paulo: Atlas, 2007</p>
Bibliografia complementar	<p>COLIN, Emerson Carlos. Pesquisa Operacional: 170 aplicações em estratégias, finanças, logística, produção, marketing e venda. Rio de Janeiro: LTC, 2007.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Marketing Ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. São Paulo: Atlas, 2009</p> <p>IAS, Sergio Roberto (Coord.); MACHLINE, Claudia; BRETZKE, Mirian. Gestão de marketing: professores do departamento de mercadologia da FGV - EAESP e convidados. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>KOTLER, Philip. Marketing para o Século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 2000</p> <p>LAS CASAS, A.L. Marketing de Serviços. São Paulo: Atlas, 2007.</p>

Disciplina	ÉTICA E BIOÉTICA
------------	------------------

Ementa	Conceito de Ética e a Bioética. As inter-relações existentes entre a Ética, a Moral e o Direito. A Bioética e a reflexão sobre temas persistentes e atuais (eutanásia, célula-tronco, aborto). Aspectos éticos envolvidos nas questões relativas a privacidade e confidencialidade. Comitê de Ética em Pesquisa e o Código de Ética do Nutricionista abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	36h
C. H. Prática	4h Visita técnica a instituições de doações de órgãos
Bibliografia básica	CONSELHO FERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução nº 334 de 10 de Maio de 2004 – Código de Ética dos Nutricionistas, 2004.  OLIVEIRA. FÁTIMA. Bioética: uma face da cidadania. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.  VALLS. Álvaro L. M. O que é ética? 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
Bibliografia complementar	CARVALHO, F. P. A. Ética e Saúde – questões éticas e deontológicas legais. São Paulo: EPU, 2006.  CHALLITA. Gabriel. Os dez mandamentos da ética. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.  RAMPAZZO. G. A. N. L. Biodireito, ética e cidadania. São Paulo: Cabral, 2008.  SÁ. Antonio Lopes. Ética profissional. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.  VASQUEZ, A. Ética, 30ª ed. Brasília, CFSS, 2007.

### 3º SEMESTRE

Disciplina	FARMACOLOGIA
Ementa	Conceitos farmacológicos sobre drogas e substâncias medicamentosas. Farmacocinética e farmacodinâmica de medicamentos mais usados em paciente com distúrbios nutricionais. Aspecto farmacológico da Nutrição Parenteral. Uso de medicamento na obesidade, amamentação e geriatria. Noções de fitoterapia de uso regional. Interação droga-nutriente abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	40h

C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>GOODMAN &amp; GILMAN . As Bases Farmacológicas da Terapeutica. 10ª ed. Porto Alegre. Artmed,2010.</p> <p>KATZUNG, B. Farmacologia Básica e Clínica, 10ª Ed. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2007.</p> <p>RANG &amp; DALE. Farmacologia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier,2007</p>
Bibliografia complementar	<p>DIRCE, A. &amp; FILHO, M. K. . Terapia Nutricional Parenteral. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006</p> <p>FONSECA, Interações medicamentosas. São Paulo:EPUB, 2008</p> <p>MARTINS, Cristina. Interações Droga Nutriente. 2ª ed. Paraná: Nutro clinica, 2008.</p> <p>PENILDON, Silva. Farmacologia. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006</p> <p>SUCAR, D. D. Fundamentos de interações medicamentosas. São Paulo:Lemos Editorial, 2007.</p>

Disciplina	EPIDEMIOLOGIA
Ementa	<p>Evolução histórica dos conceitos, usos e perspectivas da epidemiologia. Causalidade e determinação do processo saúde-doença. Demografia. Indicadores de saúde. Método epidemiológico. Epidemiologia descritiva. Epidemiologia analítica. Prevenção e controle dos agravos nutricionais. abrangendo ações interdisciplinares e transversais no ambito da saúde ambiental e questões etico-raciais.</p>
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	<p>10h</p> <p>Elaboração e coleta de dados de DCNT</p> <p>Análise dos dados do POF</p>
Bibliografia básica	<p>JEKEL, J. F.KATZ, D. L.; ELMORE J.G. Epidemiologia, Bioestatística e Medicina Preventiva. 2ª ed.Porto Alegre: Artmed, 2005</p> <p>MEDRONHO, R.A. BLOCH, K.V. et all. Epidemiologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009</p> <p>PEREIRA . M. G. Epidemiologia: teoria e pratica.12ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008</p>
	ALMEIDA FILHO, N. ROUQUAYROL M.Z. Introdução à Epidemiologia. 4ª ed. Rio e

Bibliografia complementar	<p>Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>CAMELO.T&amp; ALMEIDA.C. Gestão e Vigilância em Saúde Ambiental, Rio de Janeiro: Almeida Cabral, 2009.</p> <p>FLETCHER, R.H. FLETCHER, S.W. Epidemiologia Clínica: Elementos Essenciais 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006</p> <p>LESER, W. Elementos de epidemiologia geral. São Paulo: Atheneu, 2000.</p> <p>PANINI. Solange.Vigilância em Saúde Ambiental: uma nova área da ecologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012.</p> <p>PINOTO, Rafael. Educação Ambiental para o século XXI. Rio de Janeiro:Blucher, 2009.</p> <p>ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde. 6ª ed. Rio Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p>
---------------------------	---

Disciplina	SAÚDE AMBIENTAL
Ementa	Estudo das influências do ecossistema no processo saúde/doença do homem. O papel do nutricionista nas ações de vigilância à saúde. Estudo de noções básicas de saneamento da água, detritos e resíduos. Doenças transmissíveis por deficiência de saneamento básico. Tratamento da água e efluentes. Tendências na prestação de serviço de saúde ambiental abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	10h  Elaboração e coleta de dados de DCNT  Análise dos dados do POF
Bibliografia básica	<p>JEKEL, J. F.KATZ, D. L.; ELMORE J.G. Epidemiologia, Bioestatística e Medicina Preventiva. 2ª ed.Porto Alegre: Artmed, 2005</p> <p>MEDRONHO, R.A. BLOCH, K.V. et all. Epidemiologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009</p> <p>PEREIRA . M. G. Epidemiologia: teoria e pratica.12ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008</p>
Bibliografia	ALMEIDA FILHO, N. ROUQUAYROL M.Z. Introdução à Epidemiologia. 4ª ed. Rio e Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

complementar	<p>CAMELO.T&amp; ALMEIDA.C. Gestão e Vigilância em Saúde Ambiental, Rio de Janeiro: Almeida Cabral, 2009.</p> <p>FLETCHER, R.H. FLETCHER, S.W. Epidemiologia Clínica: Elementos Essenciais 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006</p> <p>LESER, W. Elementos de epidemiologia geral. São Paulo: Atheneu, 2000.</p> <p>PANINI. Solange.Vigilância em Saúde Ambiental: uma nova área da ecologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012.</p> <p>PINOTO, Rafael. Educação Ambiental para o século XXI. Rio de Janeiro:Blucher, 2009.</p> <p>ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde. 6ª ed. Rio Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p>
--------------	---

Disciplina	IMUNOLOGIA
Ementa	Introdução ao estudo da Imunologia, histórico, conceitos básicos. Estudo das células, tecidos e órgãos que compõem o sistema imune. Aspectos da hipersensibilidade (alergia), imunodeficiência (AIDS), imunoprofilaxia (vacinas) e transplantes. Imunologia das hepatites virais. A função de nutrientes sobre os componentes da resposta imune humana abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>ABBAS &amp; LICHTMAN. Imunologia Básica: funções e Distúrbios do Sistema Imunológico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>FORTE, H. Imunologia: do básico ao aplicado. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008</p> <p>SCHEINBERG &amp; GELLER Diagnostico e tratamento das Doenças Imunológicas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p>
Bibliografia complementar	<p>ABBAS &amp; LICHTMAN &amp; PILLAI. Imunologia Celular e Molecular. 6ª ed. Rio de Janeiro Elsevier, 2005.</p> <p>BALESTIERI Imunologia. São Paulo: Manole, 2006.</p> <p>DOAN, MELVOLD. VISELLI &amp; cols. Imunologia Ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>KINDT. T. Imunologia. 6ª ed. Porto Alegre – Artmed, 2008.</p>

	MURPHY. K. Imunologia. 7ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.
--	---

Disciplina	NUTRIÇÃO HUMANA I
Ementa	Leis da alimentação Aspectos fisiológicos e metabólicos de macro e micronutrientes: conceito, composição, classificação, funções, fontes alimentares recomendações nutricionais e biodisponibilidade. Alimentos funcionais e transgênicos. Dietas não convencionais e cálculos de cardápios. Fisiologia do exercício físico e avaliação nutricional corporal. O sistema energético de macronutrientes dentro das atividades físicas cíclicas e acíclicas com a avaliação da performance nas etapas do exercício físico, treinamento desportivo a prescrição de suplementos alimentares abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	80h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	DUTRA DE OLIVEIRA J. G. & MARCHINI, J. S. Ciências Nutricionais. 2ª ed São Paulo: Sarvier, 2008 GALISA, M.S. & SÀ, N. G. Nutrição – Conceitos e Aplicações Rio de Janeiro M. Books, 2008 POWERS, Scott K.. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. São Paulo: Manole, 2009. TIRAPÉGUI, Julio. Nutrição, metabolismo e suplementação na atividade física. São Paulo: Atheneu, 2009.
Bibliografia complementar	CARVALHO, J. R. Alimentação esportiva: uma visão prática 2ª ed. São Paulo: Manole, 2008. COSTA N. M. & PELUZIO M. C. Nutrição Básica e Metabolismo. Viçosa: UFV, 2008 COZZOLINO, S. M.F. Biodisponibilidade de Nutrientes. 2ª ed São Paulo: Manole, 2007 GUIMARÃES, Andréa Fraga. Cálculos nutricionais: conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Bookman, 2008. KRAUSE & MAHAN .Alimentos, nutrição e Dietoterapia. 12ª ed. São Paulo: Roca, 2010. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia Alimentar da População Brasileira, 2ª ed. Brasília, 2006. PHILLIPS, S.T. Tabela de Composição de alimentos; suporte para decisão nutricional.

	2ª ed. São Paulo:Coronário, 2004.
--	-----------------------------------

Disciplina	ECONOMIA APLICADA A NUTRIÇÃO
Ementa	Noções básicas da ciência econômica; Mecanismos e estruturas de mercado; O sistema monetário; Crescimento e desenvolvimento econômico; Distribuição de alimentos no Brasil e sua implicação com o sistema econômico; Cesta básica e critérios para avaliação do custo; Leis de mercado, sazonalidade e preços abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	CONDE, A e CONDE, S.R. Nutricionista – o seu empreendedor. São Paulo: Metha, 2008 MANKIW, N. Gregory. Introdução a Economia. 5ª ed. São Paulo: Cenage, 2009 WONNACOTT, Paul. Economia. São Paulo: Makron books, 2004
Bibliografia complementar	FOLLAND. Sherman. A Economia da Saude. 5ª ed. Porto Alegre. Bokman. 2008. MUROLO, A e BONETTO, G. Matemática aplicada a administração, economia e contabilidade. São Paulo: Thomson, 2004 SANTOS, Milton. Economia especial : críticas e alternativas. 2.ed./2.reimEpD. USP 2011 WESSELS, Walter . Economia. 3 ed. Saraiva 2010

Disciplina	BROMATOLOGIA
Ementa	Introdução a Bromatologia, Controle de qualidade dos alimentos. Fraude em alimentos. Métodos e técnicas de análises. Determinação química e física dos constituintes alimentares. Contaminantes. Qualidade e avanços tecnológicos em análises de alimentos. Legislação sobre alimentos abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	32h
C. H. Prática	8h Determinar teor de umidade

	Determinar Ph
Bibliografia básica	FENNEMA, OWEN R. A química dos alimentos. 4ª ed. Rio de Janeiro, Artmed, 2010. RIBEIRO, E. P. Química de Alimentos. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2007. SALINAS, R. D. Alimentos e Nutrição – Introdução a Bromatologia. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004
Bibliografia complementar	COUTATE. T.P. Alimentos: a química de seus componentes. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004 GALISA, M. S. & ESPERANÇA, M. B e SÁ, N.G. Nutrição: conceitos e aplicações. São Paulo: M.Book,2007. OETTERER, Marília. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. São Paulo: Manole, 2006 PACIORNIK, CELSO MAURO. Produção de Alimentos no Século XXI, Rio de Janeiro. Estação Liberdade, 2006 BOFF, E. T. Alimentos – Produção e Consumo. Rio de Janeiro, Uniju, 2007.

Disciplina	HIGIENE DE ALIMENTOS E VIGILÂNCIA SANITARIA
Ementa	Importância da higiene dos alimentos. Métodos de higiene de alimentos. Padrões microbiológicos. Qualidade higiênico sanitária dos alimentos e as condutas para prevenção de Toxinfecções alimentares. Higiene geral. Metodologia do APPCC. Legislação vigente para produção, distribuição de alimentos e água potável e mineral abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	68h
C. H. Prática	12h Higienização das mãos Coleta de amostras Visita técnica a UAN Vista ao supermercado para verificar rótulos e aditivos químicos
	GERMANO, P. M.L. e GERMANO, M.I.S. Higiene e Vigilância sanitária dos Alimentos. 3ª ed. São Paulo: Manole, 2007

Bibliografia básica	JUCENE, C. Manual de segurança Alimentar – Boas Praticas para os serviços de Alimentação. Rio de Janeiro: Rubio, 2007.  MALUF, S. R. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis: Vozes, 2004.
Bibliografia complementar	ANVISA Cartilha sobre boas praticas para os serviços de alimentação RDC nº 216/04, 2006.  ANVISA RDC Nº 12 - Regulamento técnico sobre padrões microbiológico para alimentos, 2001  JAY, JAMES M. Microbiologia de alimentos. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006  JUNIOR, ENEO, A.S. Manual de Controle higiênico sanitário em serviços de alimentação. 6ª ed. Rio de Janeiro: Varela, 2008.  SANTOS JUNIOR, Clever Jucene Manual de Segurança Alimentar: boas práticas para os serviços de alimentos, 2008.  SANTOS JUNIOR, Clever Jucene Manual de Segurança Alimentar: boas práticas para os serviços de alimentos 2.reimp. RUBIO 2010

#### 4º SEMESTRE

Disciplina	NUTRIÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E RIBEIRINHAS
Ementa	Política Nacional de Saúde Indígena. Sub-sistema de Saúde Indígena. Etnias amazônicas: suas organizações, hábitos, crenças e costumes. Hábitos alimentares das populações indígenas e ribeirinhas e suas carências nutricionais abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	32h
C. H. Prática	8h  Visita técnica a comunidade indígena.
Bibliografia básica	AZEVEDO, M.M. Demografia dos povos indígenas do alto Rio Negro do Amazonas: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução. Tese de doutorado em Demografia. Campinas. Universidade Estadual de Campinas.  CARNEIRO, Henrique. Comida e sociedade: uma história da alimentação. Rio de

	<p>Janeiro: Campus, 2003.</p> <p>GARNELO, L.; MACEDO, G.L.C. Os povos indígenas e a construção das políticas de saúde do Brasil. Brasília: OPAS.</p> <p>NUNES, Maria Angélica. Transtornos alimentares e obesidade. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>
Bibliografia complementar	<p>SÁNCHEZ-OCAÑA, Ramón Nutrição de A a Z: tudo o que você precisa saber para entender a alimentos, SENAC 2009</p> <p>SANTOS, Eurico Itatiaia Pesca e piscicultura Vol. 2, 1985.</p> <p>SANTOS, R. V.; ESCOBAR, A. L.; COIMBRA, C.E.A.J. Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil. 20ª ed. 2003.</p> <p>TADDEI, José Augusto de Aguiar Carrazedo Nutrição em saúde pública, Editora RUBIO 2011.</p> <p>VILLARES. L.F. Direito e povos indígenas. Juruá, 2009.</p> <p>WACHTER, E.. Manual de educação nutricional para as mães indígenas. São Paulo: Paulinas, 2000.</p>

Disciplina	NUTRIÇÃO HUMANA II
Ementa	<p>Uso da tabela de composição e equivalência de alimentos. Individualização e cálculo de cardápios. Nutrição nas diferentes fases da vida: gestação, lactação, pré-escolar, escolar e adolescente, terceira idade e trabalhador. Biodisponibilidade de nutrientes. GET, TMB, NDPCAL% e distribuição de nutrientes.</p> <p>Fundamentos de geriatria e gerontologia. Avaliação nutricional no idoso e modificações fisiológicas. Necessidades e recomendações nutricionais na terceira idade. Características organolépticas da alimentação para o idoso. Alimentação do idoso autônomo. Alimentação do idoso dependente de cuidados. As doenças do característica do idoso abrangendo ações interdisciplinares e transversais no ambito da saúde ambiental e questões etico-raciais.</p>
C. H. Teórica	80h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>CUKIER, C. &amp; MAGNONI, D. Nutrição na Terceira Idade, São Paulo: Sarvier, 2010.</p> <p>DUTRA DE OLIVEIRA J. G. &amp; MARCHINI, J. S. Ciências Nutricionais. 2ª ed. São Paulo: Sarvier, 2008</p> <p>TIRAPEGUI, Julio Nutrição: fundamentos e aspectos atuais, 2.ed. Atheneu, 2006.</p> <p>TIRAPEGUI. J. e RIBEIRO. S.M.L.. Avaliação Nutricional; teoria e pratica. Rio de</p>

	Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
Bibliografia complementar	<p>CHEMIN, S.M.S e MARTINEZ, S. S. M. Cardápio – guia prático para elaboração. São Paulo: Roca, 2008</p> <p>COSTA N. M. &amp; PELUZIO M. C. Nutrição Básica e Metabolismo. Viçosa: UFV, 2008</p> <p>CUPARRI, LILIAN Nutrição nas doenças crônicas não – transmissíveis. São Paulo: Manole, 2009.</p> <p>DOLINDKY, M., MARTINS, C. Manual Dietético para profissionais de nutrição 2ª ed.. Rio de Janeiro: Rio, 2008</p> <p>GUIMARÃES. A. Cálculos Nutricionais. São Paulo: Bookman.2008</p> <p>MACHADO, J.D.C., SILVESTRE, S.C.M. E MARCHINI, J.S. Nutrição e Metabolismo – manual de procedimentos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009..</p>

Disciplina	AVALIAÇÃO NUTRICIONAL
Ementa	Determinantes do estado nutricional da população. Indicadores diretos e indiretos. Avaliação do estado nutricional com o uso de vários métodos, Conhecimentos dos métodos de avaliação e sua aplicação na prática diária com o paciente e/ou cliente abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	<p>20h</p> <p>Peso</p> <p>Estatura</p> <p>Dobras cutâneas</p> <p>Estimativas</p> <p>Circunferências</p>
Bibliografia básica	<p>DUARTE, A.C.G. Avaliação Nutricional; aspectos clínicos e laboratoriais. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007.</p> <p>GLORIMAR, Rosa. Avaliação nutricional do paciente hospitalar: uma abordagem teórica e pratica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008</p> <p>TIRAPÉGUI. J. e RIBEIRO. S.M.L.. Avaliação Nutricional; teoria e pratica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009</p>

Bibliografia complementar	<p>DUARTE, Antonio Cláudio Goulart Avaliação Nutricional: Aspectos Clínicos e Laboratoriais 1. ed. Atheneu 2007.</p> <p>ESCOTT – STUMP, S. Nutrição relacionada ao Diagnostico e tratamento.5ª ed.São Paulo: Manole, 2007.</p> <p>PEREIRA, Avany Fernandes Avaliação nutricional do paciente hospitalizado: uma abordagem teórico-pratico, Guanabara kooga, 2008.</p> <p>ROSSI, L., CARUSO, L., GALANTE, A.P. Avaliação Nutricional: novas perspectivas São Paulo: Roca, 2010.</p> <p>VASCONCELOS, F.A.G Avaliação Nutricional de Coletividade. 4ª ed. Santa Catarina: UFSC, 2008</p>
---------------------------	---

Disciplina	TÉCNICA E DIETÉTICA E GASTRONOMIA REGIONAL I
Ementa	Introdução a Técnica dietética e sua importância para a nutrição, Estrutura de funcionamento do laboratório dietético, Padronização de pesos e medidas para cálculo de cardápios, fator de correção e cocção Características dos alimentos de origem vegetal e animal. Técnicas dietéticas para a preparação de alimentos abrangendo ações interdisciplinares e transversais no ambito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	20h Pesos e medidas Formulação de receitas Consistência de alimentos Cozimentos de vegetais e frutas Amaciamento de carnes.
Bibliografia básica	<p>CAMARGO, B. E. &amp; Botelho, R. A. Técnica Dietética Seleção e Preparo de Alimentos - Manual de laboratório. São Paulo: Atheneu, 2010.</p> <p>PHILLIPI, T. S. Nutrição e técnica dietética. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2010.</p> <p>PINHEIRO, A. B.Tabela para avaliação de consumo alimentar em medidas caseiras. 9ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.</p>
	DOLINSKY, Manuela Manual Dietético para Profissionais 2.ed. Roca 2008

Bibliografia complementar	<p>FREIXAS, Dolores. Gastronomia no Brasil e no Mundo. Rio de Janeiro: SENAC, 2009.</p> <p>PHILIPPI, Sonia Tucunduva Nutrição e Técnica Dietética 2.ed./2.reimpressão. Manole 2008.</p> <p>RIBEIRO, Caroline Geoffroy Tabela centesimal de alimentos diet e light, Atheneu 2008.</p> <p>SLOAN D. Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor. São Paulo: Manole, 2005</p>
---------------------------	---

Disciplina	PATOLOGIA
Ementa	Introdução ao estudo da patologia geral. Etiologia geral das doenças. Inflamação aguda e crônica e reparo. Degeneração e necrose. Calcificações patológicas, cálculos e concreções. Pigmentos e pigmentações patológicas. Distúrbios hemodinâmicos. Distúrbios do crescimento e da diferenciação celular. Neoplasia e carcinogênese. Patologia dos órgãos e sistemas abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>BOGLIOLO, L., Patologia geral, 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p> <p>BOGLIOLO, L., Patologia, 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>MONTENEGRO, M.R., Patologia processos gerais, 5ª ed. São Paulo : Atheneu, 2010.</p>
Bibliografia complementar	<p>BUJA. L. M. Atlas de Patologia Humana. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>CAILLET, R. Doenças dos tecidos moles. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008</p> <p>KING, T.C., Patologia, 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.</p> <p>ROBBINS, C. Patologia geral . 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p> <p>SHILS, Maurice E. [et al] Nutrição Moderna na Saúde e na Doença, 10.ed. Manole 2009.</p>

Disciplina	DIETOTERAPIA I
Ementa	Fundamentos da dietoterapia, a disciplina identifica as implicações nutricionais e fisiologia de diversas doenças do trato gastrointestinal. Aborda as rotinas de um serviço de Nutrição terapêutica. Estuda dietas hospitalares e a atenção dietética à enfermos. Discussão de estudo de casos abrangendo ações interdisciplinares e

	transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	20h Demonstração de Nutrição Enteral dos diversos laboratórios Acessos da Nutrição Enteral Diluição da Nutrição Enteral Estrutura e gotejamento de Nutrição Enteral
Bibliografia básica	CHEMIN, S. M. S. Tratado de Alimentação, Nutrição e Dietoterapia. São Paulo: Roca, 2007 CUPARRI, LILIAN Nutrição nas doenças crônicas não – transmissíveis. São Paulo: Manole, 2009. ISOSAKI, M. e CARDOSO, E. 2ª ed. Manual de Dietoterapia e Avaliação Nutricional Rio de Janeiro: CFMUSP 2.ed. Atheneu 2009. PEREIRA, A, F, e BENTO, C. T. Dietoterapia – uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
Bibliografia complementar	ALMEIDA, C.A.N. Dicionário Brasileiro de Nutrologia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009 CAMARGO. H, Manual de nutrição parenteral. Rio de Janeiro: RUBIO, 2010. CUKIER, C & MAGNONI, Nutrição baseada na Fisiologia dos órgãos e sistema, São Paulo: Sarvier, 2005. DOLINDKY, M., MARTINS, C. Manual Dietético para profissionais de nutrição 2ª ed.. Rio de Janeiro: Rio, 2008. ROMBEAU. J. Manual de dietoterapia e avaliação nutricional: serviço de nutrição e dietética do Instituto do Coração - HCFMUSP. São Paulo: Atheneu, 2009. WAITZBERG, Dan. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. São Paulo: Atheneu, 2009.

## 5º SEMESTRE

Disciplina	DIETOTERAPIA II
Ementa	Enfatiza a individualidade como critério básico da dietoterapia, destacando a importância da dieta como componente terapêutico nas doenças do aparelho digestório, Suporte nutricional. Dietoterapia para distúrbios carências e alergias alimentares. Dietoterapia nas terapias de doenças metabólicas, nas cardiopatias, endócrinas, doenças renais, para politraumatizados, queimados e na Sepse, doenças do sistema imunológico, neurológicas, doenças pulmonares; e outras patologias. Interação com equipe multidisciplinar. Discussão de estudo de casos abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	20h Demonstração de Nutrição Enteral dos diversos laboratórios Acessos da Nutrição Enteral Diluição da Nutrição Enteral Estrutura e gotejamento de Nutrição Enteral
Bibliografia básica	CHEMIN, S. M. S. Tratado de Alimentação, Nutrição e Dietoterapia. São Paulo: Roca, 2007 CUPARRI, LILIAN Nutrição nas doenças crônicas não – transmissíveis. São Paulo: Manole, 2009. ISOSAKI, M. e CARDOSO, E. 2ª ed. Manual de Dietoterapia e Avaliação Nutricional Rio de Janeiro: CFMUSP 2.ed. Atheneu 2009. PEREIRA, A, F, e BENTO, C. T. Dietoterapia – uma abordagem pratica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
Bibliografia complementar	ALMEIDA, C.A.N. Dicionário Brasileiro de Nutrologia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009 CAMARGO. H, Manual de nutrição parenteral. Rio de Janeiro: RUBIO, 2010. CUKIER, C & MAGNONI, Nutrição baseada na Fisiologia dos órgãos e sistema, São Paulo: Sarvier, 2005. DOLINDKY, M., MARTINS, C. Manual Dietético para profissionais de nutrição 2ª ed.. Rio de Janeiro: Rio, 2008. ROMBEAU. J. Manual de dietoterapia e avaliação nutricional: serviço de nutrição e

	<p>dietética do Instituto do Coração - HCFMUSP. São Paulo: Atheneu, 2009.</p> <p>WAITZBERG, Dan. Nutrição oral, enteral e parenteral na pratica clinica. São Paulo: Atheneu, 2009.</p>
--	--

Disciplina	NUTRIÇÃO MATERNO INFANTIL E ADOLESCENTE
Ementa	A disciplina visa o estudo nutricional do grupo materno-infantil processos de crescimento e desenvolvimento, aspectos relacionados ao aleitamento materno exclusivo e artificial, a alimentação e as diversas fases da criança e as alterações metabólicas e necessidades nutricionais dos adolescentes abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	36h
C. H. Prática	4h Prática de avaliação nutricional do recém nascido.
Bibliografia básica	<p>ACCIOLY, Elizabeth e LACERDA. C. Nutrição na obstetrícia e pediatria. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p> <p>SALGADO, J. M. Alimentação que previne doenças do Pré-escolar e adolescente. São Paulo: Varela, 2005.</p> <p>VITOLLO. R. M. Nutrição da Gestaçao ao envelhecimento. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso, 2004.</p>
Bibliografia complementar	<p>ACCIOLY, Elizabeth e SAUDERS, C. Nutrição em Pediatria. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009</p> <p>TADDEI, A.C.A. e CARDOSO, A. L. SPSP – Tópicos atuais em Nutrição Pediátrica, Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.</p> <p>WEFFORT, V.R.S. e LAMOUNIER, J.A. Nutrição da neonatologia a adolescência. São Paulo: Manole, 2009.</p> <p>WEFFORT, V.R.S. e LAMOUNIER, J.A. Nutrição em Pediatria. São Paulo: Manole, 2009.</p>

Disciplina	TÉCNICA E DIETÉTICA E GASTRONOMIA REGIONAL II
Ementa	Abordar uso correto dos alimentos em preparações culinárias, Uso adequados de agentes modificadores em alimentos. Execução de cardápios para as diversas fases fisiológicas e estados patológicos, com elaboração de fichas técnicas, baseados nos

	princípios das técnicas dietéticas. Aulas práticas na cozinha experimental conjuntamente com a abordagem da Gastronomia Regionale Internacional, Hospitalar e hotelaria abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	20h Dieta branda Dieta líquida pastosa Dieta líquida restrita  Obs: Elaboração das dietas com inserção de produtos regionais
Bibliografia básica	CAMARGO, B. E. & Botelho, R. A. Técnica Dietética Seleção e Preparo de Alimentos - Manual de laboratório. São Paulo: Atheneu, 2005 PHILLIPI, T. S. Técnica Dietética. São Paulo; Coronário, 2005. PINHEIRO, A. B. Tabela para avaliação de consumo alimentar em medidas caseiras. 9ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.
Bibliografia complementar	HERZOG, Alex Bom; Bistrôs Paris, 2009 PHILLIPI, T. S. Nutrição e técnica dietética. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2010. PHILLIPI, T. S. Nutrição e técnica dietética. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2006 SILVA, Dirceu Jorge Análise de alimentos : métodos químicos e biológicos, 3.ed. UFV 2002 SILVA, Sandra M. Chemin S. Cardápio: Guia prático para a elaboração. São Paulo: Roca, 2008. SILVA, Sandra M. Chemin S. Da Cardápio: guia prático para elaboração, 2.ed. ROCA 2008

Disciplina	ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇO DE NUTRIÇÃO (ASA) I
Ementa	Fundamentada nos princípios da Administração Geral e abordagem de conceitos, metodologia e processos no gerenciamento de Unidade de Alimentação e Nutrição, para coletividade sadia e enferma compreendendo o planejamento funcional dos mesmos. Serviços terceirizados.

	abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	20h Visita técnica a UAN industrial Visita técnica a UAN hospitalar
Bibliografia básica	ABREU, E. Simioni. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer. 2ª ed. São Paulo: Metha, 2007. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. MAGNEE, H. Administração Simplificada para pequenos e médios restaurantes. São Paulo: Varela, 2005.
Bibliografia complementar	ABREU, E. Simioni. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer. 2ª ed. São Paulo: Metha, 2007. MALUF, Renato S. Segurança Alimentar e Nutricional 2.ed. Vozes 2009 MARIN, A.V. SILVA. Y. & TANCREDI. P. R., Regulamentos técnicos sobre condições higiênico - sanitário, Manual de Boas Práticas e POP para indústria - Serviço de Alimentação, São Paulo: Varela, 2006. PINHEIRO-Sant'Ana, Helena Maria Planejamento físico-funcional de unidades de alimentação e nutrição, RUBIO 2012 SANTOS JUNIOR, Clever Jucene Manual de Segurança Alimentar: boas práticas para os serviços de alimentos, 2.reimp. RUBIO 2010 WANDELLI. M.M. A. Banco de dados para elaboração de cardápios. 3ª ed. São Paulo: Metha, 2009.

Disciplina	INTERPRETAÇÃO DE EXAMES BIOQUÍMICOS
Ementa	A disciplina aborda a interpretação dos exames laboratoriais e suas interações com as condições fisiopatológicas de pacientes adultos e infantis, com base em parâmetros de normalidades e a prescrição de exames abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	30h
C. H. Prática	10h

	1. Análise de exames bioquímicos.
Bibliografia básica	<p>COSTA, M.J.C. Interpretação de exames bioquímicos para o nutricionista. Rio de Janeiro: Atheneu, 2008.</p> <p>ESCOTT – STUMP, S. Nutrição relacionada ao Diagnóstico e tratamento. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2007.</p> <p>GLORIMAR, Rosa. Avaliação nutricional do paciente hospitalar: uma abordagem teórica e prática. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008</p>
Bibliografia complementar	<p>DUARTE, A.C., DAMIÃO, G.D. et al Síndrome metabólica: Semiologia, Bioquímica e Prescrição Nutricional Axcel Books, 2005</p> <p>DUARTE, A.C.G. Avaliação Nutricional; aspectos clínicos e laboratoriais. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007</p> <p>ROSSI, L., CARUSO, L., GALANTE, A.P. Avaliação Nutricional. São Paulo: Roca, 2009</p> <p>SANAMES, Luis. Alimentação Fisiológica. São Paulo: LMP Medica Paulista, 2009</p> <p>TIRAPÉGUI. J. e RIBEIRO. S.M.L.. Avaliação Nutricional; teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009</p>

Disciplina	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
Ementa	A disciplina aborda a tecnologia do processamento de alimentos e os métodos de conservação Princípios, conservação e industrialização de produtos regionais. Embalagens e aditivos alimentares usados pela indústria em produtos alimentícios abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	30h
C. H. Prática	10h Análise da qualidade das carnes Alimentos minimamente processados
Bibliografia básica	<p>BENER, Arnold E.. Dicionário de nutrição e tecnologia de alimentos. São Paulo: ROCA, 2008.</p> <p>EVANGELISTA, José. Tecnologia de Alimentos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2008.</p> <p>GAVA, J. A. e FRIAS, G. J. R. Tecnologia de Alimentos – princípios e aplicações. São</p>

	Paulo: Nobel, 2009.
Bibliografia complementar	<p>GOLLUCKE, B. A. P. et all. Educorantes em alimentos: aspectos químicos, tecnológicos e toxicológicos. São Paulo: Porte, 2009.</p> <p>OETTERER, Marília. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. São Paulo: Manole, 2006.</p> <p>ORDONEZ, A. J. Tecnologia de alimentos – Alimentos de Origem animal – Vol II , 2005. Porto Alegre: Artmed, 2005</p> <p>SILVESTRE, M. M. e LINDON, F. Conservação de Alimentos – Princípios e Metodologias São Paulo: Metha, 2008.</p>

## 6º SEMESTRE

Disciplina	DIETOTERAPIA EM PEDIATRIA
Ementa	Dietoterapia e os mecanismos fisiopatológicos que acometem crianças e adolescentes abordando a intervenção nutricional na prevenção, manutenção e recuperação do estado nutricional abrangendo ações interdisciplinares e transversais no ambito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	30h
C. H. Prática	10h Avaliação Nutricional da criança e adolescente.
Bibliografia básica	<p>ACCIOLY, Elizabeth e SAUDERS, C. Nutrição em Pediatria. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p> <p>CARDOSO, L. A. Tópicos Atuais em Nutrição Pediátrica, São Paulo; Varela, 2006.</p> <p>WEFFORT, V.R.S. e LAMOUNIER, J.A. Nutrição da neonatologia a adolescência. São Paulo: Manole, 2009</p>
Bibliografia complementar	<p>ACCIOLY, Elizabeth e LACERDA, C. Nutrição na obstetrícia e pediatria. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p> <p>FALCÃO, M. C. e FEFERBAUN, R. Nutrição do Recém nascido. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005</p> <p>NOBREGA, J. F. Distúrbio da Nutrição – na infância e na adolescência. 2ª ed. São Paulo: Revinter, 2008.</p>

	<p>SALGADO, J. M. Alimentação que previne doenças do Pré-escolar e adolescente. São Paulo: Varela, 2005.</p> <p>SIQUEIRA, P.D. e LUZ, B. A. Nutrição em Pediatria – aspectos básicos, Alagoas: Edufal, 2008.</p>
--	--

Disciplina	ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇO DE NUTRIÇÃO (ASA) I
Ementa	<p>Programas relacionados a gestão funcional da Unidade de Alimentação e Nutrição: PAT, PCMSO, PPRA. Recursos humanos.</p> <p>Qualidade em serviços e produtos. Perfil da clientela. Aspectos físicos da UAN, controle de custo e política de abastecimento. Avaliação das diferentes etapas da produção e Índices usados. Manuais e Procedimentos Operacionais Padrões – POP. Manual de Boas Práticas – MBP abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.</p>
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	<p>20h</p> <p>Visita técnica a UAN industrial</p> <p>Visita técnica a UAN hospitalar</p>
Bibliografia básica	<p>ABREU, E. Simioni. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer. 2ª ed. São Paulo: Metha, 2007.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.</p> <p>MAGNEE, H. Administração Simplificada para pequenos e médios restaurantes. São Paulo: Varela, 2005.</p>
Bibliografia complementar	<p>ABREU, E. Simioni. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer. 2ª ed. São Paulo: Metha, 2007.</p> <p>MALUF, Renato S. Segurança Alimentar e Nutricional 2.ed. Vozes 2009</p> <p>MARIN, A.V. SILVA. Y. &amp; TANCREDI. P. R., Regulamentos técnicos sobre condições higiênico - sanitário, Manual de Boas Práticas e POP para indústria - Serviço de Alimentação, São Paulo: Varela, 2006.</p> <p>PINHEIRO-Sant'Ana, Helena Maria Planejamento físico-funcional de unidades de alimentação e nutrição, RUBIO 2012</p> <p>SANTOS JUNIOR, Clever Jucene Manual de Segurança Alimentar: boas práticas para</p>

	os serviços de alimentos, 2.reimp. RUBIO 2010  WANDELLI. M.M. A. Banco de dados para elaboração de cardápios. 3ª ed. São Paulo: Metha, 2009.
--	--

Disciplina	EDUCAÇÃO NUTRICIONAL
Ementa	Concepções da Educação nutricional para a prática profissional. Planejamento, desenvolvimento, técnicas e recursos usados na educação nutricional nos diferentes níveis sócio, econômicos e culturais da coletividade e/ou individual. Práticas educativas para os variados públicos e na comunidade com utilização dos diversos tipos de recursos audiovisuais abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	20h  Palestra de Lanche Saudável com crianças.  Visita técnica a uma Escola Municipal (merenda escolar)  Visita ao CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar)
Bibliografia básica	CUPARRI, LILIAN Nutrição nas doenças crônicas não – transmissíveis. São Paulo: Manole, 2009  NASSER, A. L. e FAGIOLO, D. Educação Nutricional na infância e na adolescência; planejamento, intervenção, avaliação e diagnóstico. 2ª ed. São Paulo: Metha 2008  PINHEIRO, S. e Mergulhão E. Brincando de Nutrição. 2ª ed. São Paulo: Metha, 2008
Bibliografia complementar	BRASIL. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de 2 anos BRASIL. Dez Passos para uma Alimentação Saudável : guia alimentar para crianças menores de 2 anos.  CAMPOS, M. T. COELHO, A. I. Alimentação Saudável na 3ª idade. 2ª ed. Curitiba: Nutroclinica, 2005.  DOLINSKY. Manuela. Manual Dietético para profissionais. 2ª ES. São Paulo: Roca , 2008.  LINDEN, S. Educação nutricional: algumas ferramentas de ensino, São Paulo: Varela,

	2005.
--	-------

Disciplina	NUTRIÇÃO E SAÚDE PÚBLICA
Ementa	História da Saúde Pública no Brasil. Indicadores de Saúde. Sistema Único de Saúde e a atuação da Nutrição em Saúde Pública. Perfil alimentar e nutricional da população e principais distúrbios nutricionais. Políticas públicas e os Programas do Ministério da saúde direcionados para a Alimentação e Nutrição abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	20h  Visita técnica a unidade básica da saúde  Visita técnica ao CONSEA para participar de reunião
Bibliografia básica	CESAR. C. L. G. Saúde Pública – bases conceituais. São Paulo: Atheneu, 2008.  FIGUEREDO. N. M. A - Ensinando a cuidar em saúde pública. São Paulo: Yendis, 2009.  PORTARIA MS. Nº 710 DE 10.06.1999 – Política Nacional de Alimentação e Nutrição.  TADEI. J. A – Nutrição e Saúde Pública – Rio de Janeiro, Rubio, 2011.
Bibliografia complementar	MALUF. R. S. Segurança alimentar e nutricional, 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009  LEI FEDERAL Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 Sistema Único de Saúde.  _____. PNSN. Módulos do programa de atenção à saúde da criança. Brasília: INAN.  _____. Perfil de crescimento da população brasileira de 0 a 25 anos. Brasília:  PORTARIA MS. Nº 154 DE 24.01.2004 – Núcleos de Apoio a Saúde da Família - NASF  OMS – Organização Mundial de saúde – Estratégia Global de Alimentação saudável, Atividade Física e Saúde. 57ª ed. 2004.

Disciplina	LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL
Ementa	Conceito de Ética profissional As inter-relações existentes entre a Ética, e o Código de Ética do Nutricionista abrangendo ações interdisciplinares e transversais no

	ambito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	30h
C. H. Prática	10h Visita técnica a instituições de doações de órgãos
Bibliografia básica	CONSELHO FERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução nº 334 de 10 de Maio de 2004 – Código de Ética dos Nutricionistas, 2004. OLIVEIRA. FÁTIMA. Bioética: uma face da cidadania. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. VALLS. Álvaro L. M. O que é ética? 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
Bibliografia complementar	CARVALHO, F. P. A. Ética e Saúde – questões éticas e deontológicas legais. São Paulo: EPU, 2006. CHALLITA. Gabriel. Os dez mandamentos da ética. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. RAMPAZZO.G. A. N. L. Biodireito, ética e cidadania. São Paulo: Cabral, 2008. SÁ. Antonio Lopes. Ética profissional. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. VASQUEZ, A. Ética, 30ª ed. Brasília, CFSS, 2007.

Disciplina	NUTRIÇÃO E ATIVIDADE FISICA
Ementa	Importância da nutrição e sua essencialidade na atividade física. Demanda alimentar durante as fases do desenvolvimento humano e na atividade física. Cálculos metabólicos - relação gasto e ingestão alimentar. A orientação dietética do indivíduo sadio e do atleta profissional. Conhecimento de nutrientes e de agentes otimizadores na atividade física. Atividade física e nutrição no adulto e no idoso. Atividade física e nutrição em algumas situações especiais. abrangendo ações interdisciplinares e transversais no ambito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	10h Visita em academias
	CHEMIN S.M.S.S. MURA J.D.P. Tratado de Alimentação, Nutrição e Dietoterapia. 1º

Bibliografia básica	<p>Edição. Ed. Roca, 2008.</p> <p>NABHOLZ T.V. Nutrição Esportiva – Aspectos Relacionados à Suplementação Nutricional. 1º Edição. Ec. Sarvier, 2007.</p> <p>SHILS M. E., OLSON J. A., SHIKE M., A. ROSS C. Tratado de Nutrição Moderna na Saúde e na Doença (2 volumes) – 10ª edição. Editora Manole, 2009.</p>
Bibliografia complementar	<p>BACURAU R.F. Nutrição Suplementação Esportiva. 1º Edição. E. Phorte, 2006.</p> <p>DELAVIER F., GUNDILL M. Guia de Suplementos Alimentares para Atletas. 1º Edição. Ed. Manole, 2009.</p> <p>KLEINER S.M. Nutrição para o Treinamento da Força. 3º Edição. Ed. Manole, 2009.</p> <p>MAUGHAN, Ronald J; BURKE, Louise M. Nutrição Esportiva. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>TIRAPEGUI, Julio. Nutrição. Fundamentos e Aspectos Atuais. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006.</p>

## 7º SEMESTRE

Disciplina	TRABALHO DE CONCLUSÃO I
Ementa	<p>Revisão dos princípios e conteúdos orientadores na elaboração da pesquisa científica. As normas para elaboração do projeto de pesquisa, delimitação do tema para pesquisa, elementos pré-textuais, textuais e complementares do estudo científico. A apresentação do trabalho científico. A ABNT e suas recomendações/definição de normas para pesquisa.</p> <p>A construção da parte textual do Trabalho de Conclusão de Curso: aperfeiçoamento da fundamentação teórica, implementação da coleta de dados, análise e discussão dos resultados, comprovação ou negação de hipóteses, elaboração de considerações finais, finalização, preparação de material de apresentação/defesa.</p>
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	20h Coleta de dados
Bibliografia básica	<p>ESTRELA, C. Metodologia Científica: Ciência, Ensino e Pesquisa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Artes Médicas, 2005.</p> <p>GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>

	<p>MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>MOTTA, V.T. Redação de artigos científicos biomédicos. 1ª ed. Caxias do Sul: Educus, 2006.</p>
Bibliografia complementar	<p>GONÇALVES, E. P. Conversa sobre iniciação científica. 5ª ed São Paulo: Alínea e Átomo, 2007.</p> <p>HADDAD, N. Metodologia de estudos. 1ª ed. São paulo: Roca, 2005.</p> <p>MARCOPILO, L.F.; SANTOS, F.R.G. Um guia para o leitor de artigos científicos na área de saúde. 1ª ed. São Paulo: Atheneu, 2006.</p> <p>NETTO, A.A.O.; MELO, C. Metodologia da pesquisa científica. 2ª ed. Florianópolis: VisualBooks, 2006.</p> <p>PRESTES, M. L de M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3. ed. Rev. atual. e ampl. São Paulo: Rêspel, 2004.</p> <p>SANTOS, I.E. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 6ª ed. Niterói: Impetus, 2009.</p>

Disciplina	NUTRIÇÃO ESTÉTICA E FITOTERAPIA
Ementa	Legislação. Conceitos básicos de fitoterapia. Fitoterapia aplicada ao tratamento nutricional.
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.</p> <p>SCHULZ, Volker; HÄNSEL, Rudolf; TYLER, Varro E. Fitoterapia racional: um guia de fitoterapia para as ciências da saúde. 4. ed. Barueri: Manole, 2002.</p> <p>SIMÕES, Cláudia Maria Oliveira; SIMÕES, Cláudia Maria Oliveira (Org.) et al. Farmacognosia: da planta ao medicamento. 8. ed. Florianópolis: UFSC, 2004</p> <p>UFRGS. 1102 p., il., 23cm. ISBN 8570256825. - Introdução à Fitoterapia: utilizando adequadamente as plantas medicinais, 2ª. Ed. Colombo: Herbarium Lab. Bot. Ltda, 2011</p>
Bibliografia	BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Instruções operacionais: informações necessárias para a condução de ensaios clínicos com

complementar	<p>fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.</p> <p>CARVALHO, José Carlos Tavares. Formulário: medico-farmacêutico de fitoterapia. Colaboração de Fábio Ferreira Perazzo et al. 2. ed. São Paulo: Pharmabooks, 2005. 402p., 23 cm. ISBN 8599026054.</p>
--------------	---

Disciplina	NUTRIÇÃO EM GERIATRIA
Ementa	<p>Conceitos. Teoria do envelhecimento, idade cronologica versus idade biologica. Panorama e perspectivas da nutriçãogeriatrica no Brasil e no Mundo. Caracteristicas basicas da personalidade do idoso e sua influencia no comportamento alimentar. Abordagem do cliente idoso no atendimento nutricional. Alterações fisiologicas, endócrinas, metabolicas e imunologicas decorrentes do processo de envelhecimento. Nutrição e envelhecimento.</p>
C. H. Teórica	40h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	<p>CHEMIN, S. M. S. Tratado de Alimentação, Nutrição e Dietoterapia. São Paulo: Roca, 2007</p> <p>CUPARRI, LILIAN Nutrição nas doenças crônicas não – transmissíveis. São Paulo: Manole, 2009.</p> <p>ISOSAKI, M. e CARDOSO, E. 2ª ed. Manual de Dietoterapia e Avaliação Nutricional Rio de Janeiro: CFMUSP 2.ed. Atheneu 2009.</p> <p>PEREIRA, A, F, e BENTO, C. T. Dietoterapia – uma abordagem pratica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p>
Bibliografia complementar	<p>ALMEIDA, C.A.N. Dicionário Brasileiro de Nutrologia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009</p> <p>CAMARGO. H,Manual de nutrição parenteral. Rio de Janeiro: RUBIO, 2010.</p> <p>CUKIER, C &amp; MAGNONI, Nutrição baseada na Fisiologia dos órgãos e sistema, São Paulo: Sarvier, 2005.</p> <p>DOLINDKY, M., MARTINS, C. Manual Dietético para profissionais de nutrição 2ª ed.. Rio de Janeiro: Rio, 2008.</p> <p>ROMBEAU. J. Manual de detoterapia e avaliação nutricional: serviço de nutrição e dietética do Instituto do Coração - HCFMUSP. São Paulo: Atheneu, 2009.</p> <p>WAITZBERG, Dan. Nutrição oral, enteral e parenteral na pratica clinica. São Paulo: Atheneu, 2009.</p>

Disciplina	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
Ementa	O estágio de Administração em Serviços de Alimentação permite atuar no planejamento, controle, avaliação de áreas administrativas e técnicas das funções do nutricionista em cozinhas industriais de empresas públicas e privadas. Levantamento de aspectos físicos, humanos, técnicos e legais da Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). Integralização com a realidade rotineira do campo profissional e equipe de trabalho. Educação Nutricional para comensais atendidos e treinamento para colaboradores. Relatório das atividades desenvolvidas na UAN abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	-
C. H. Prática	220h
Bibliografia básica	JUCENE, C. Manual de segurança Alimentar – Boas Práticas para os serviços de Alimentação. Rio de Janeiro: Rubio, 2007. MAGNEE, H. Administração Simplificada para pequenos e médios restaurantes. São Paulo: Varela, 2005 TEIXEIRA, S.M.F. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.
Bibliografia complementar	ABREU, E. Simioni. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer. 2ª ed. São Paulo: Metha, 2007. FENELON. N.N., Roteiro para Elaboração de Boas Práticas de Fabricação (BPF) em Restaurantes, São Paulo: Atheneu, 2005. VIEIRA, I.S. MICHELS, Guia de Alimentação para a qualidade de vida do trabalhador, São Paulo: LTR, 2004. WANDELLI. M.M. A. Banco de dados para elaboração de cardápios. 3ª ed. São Paulo: Metha, 2009.

## 8º SEMESTRE

Disciplina	TRABALHO DE CONCLUSÃO II
Ementa	Revisão dos princípios e conteúdos orientadores na elaboração da pesquisa científica. As normas para elaboração do projeto de pesquisa, delimitação do tema para pesquisa, elementos pré-textuais, textuais e complementares do estudo científico. A apresentação do trabalho científico. A ABNT e suas recomendações/definição de normas para pesquisa.

	A construção da parte textual do Trabalho de Conclusão de Curso: aperfeiçoamento da fundamentação teórica, implementação da coleta de dados, análise e discussão dos resultados, comprovação ou negação de hipóteses, elaboração de considerações finais, finalização, preparação de material de apresentação/defesa.
C. H. Teórica	60h
C. H. Prática	20h Coleta de dados
Bibliografia básica	ESTRELA, C. Metodologia Científica: Ciência, Ensino e Pesquisa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Artes Médicas, 2005.  GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.  MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.  MOTTA, V.T. Redação de artigos científicos biomédicos. 1ª ed. Caxias do Sul: Educus, 2006.
Bibliografia complementar	GONÇALVES, E. P. Conversa sobre iniciação científica. 5ª ed São Paulo: Alínea e Átomo, 2007.  HADDAD, N. Metodologia de estudos. 1ª ed. São paulo: Roca, 2005.  MARCOPITO, L.F.; SANTOS, F.R.G. Um guia para o leitor de artigos científicos na área de saúde. 1ª ed. São Paulo: Atheneu, 2006.  NETTO, A.A.O.; MELO, C. Metodologia da pesquisa científica. 2ª ed. Florianópolis: VisualBooks, 2006.  PRESTES, M. L de M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3. ed. Rev. atual. e ampl. São Paulo: Rêspel, 2004.  SANTOS, I.E. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 6ª ed. Niterói: Impetus, 2009.

Disciplina	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM NUTRIÇÃO CLÍNICA
Ementa	O Estágio em Nutrição Clínica permite o treinamento em serviços de atividades de Assistência dietética individual no âmbito hospitalar, nas mais diferentes especialidades clínicas (Pediatria, Cirurgia, Clínica Médica e Unidades de tratamento Intensivo). Desenvolvimento de tarefas da rotina do nutricionista com ênfase na dietoterapia à luz do conhecimento científico com princípios éticos. Praticar a integração com equipe multiprofissional e aprimorar conhecimentos sobre a

	legislação da Nutrição Enteral e Parental. Desenvolver relatório e estudo de casos de atividades desenvolvidas abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	-
C. H. Prática	220h
Bibliografia básica	CHEMIN, S. M. S. Tratado de Alimentação, Nutrição e Dietoterapia. São Paulo: Roca, 2007 DOLINDKY, M., MARTINS, C. Manual Dietético para profissionais de nutrição 2ª ed.. Rio de Janeiro: Rio, 2008 ESCOTT – STUMP, S. Nutrição relacionada ao Diagnóstico e tratamento. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2007.
Bibliografia complementar	ACCIOLY, Elizabeth e LACERDA. C. Nutrição na obstetrícia e pediatria. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. ALMEIDA, C.A.N. Dicionário Brasileiro de Nutrologia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009 ISOSAKI, M. e CARDOSO, E. Manual de Dietoterapia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004 NOBREGA, J. F. Distúrbio da Nutrição – na infância e na adolescência. 2ª ed. São Paulo: Revinter 2007. ROMBEAU, J.L. e ROLANDELLI, R. H. Nutrição Parenteral. São Paulo: Roca, 2004

Disciplina	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE PÚBLICA
Ementa	O Estágio de Nutrição em Saúde Pública permite o treinamento nas atividades de saúde a nível primário. Atuar em diagnóstico nutricional individual e de coletividades e sua relação com os hábitos alimentares da população regional. Implementar e/ou avaliar programas governamentais direcionados para Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Analisar condições higiênicas sanitária e nutricionais da merenda escolar distribuída pela rede municipal ou estadual da região. Educação nutricional para o público atendido e relatório das atividades desenvolvidas abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões etico-raciais.
C. H. Teórica	-
C. H. Prática	220h
Bibliografia básica	MINISTERIO DA SAÚDE, Guia Alimentar para crianças menores de dois anos, Normas e manuais técnicos nº 107. Brasília, 2003. MINISTERIO DA SAÚDE, Guia Alimentar para população brasileira: Promovendo a

	Alimentação Saudável, Brasília, 2005. PORTARIA MS. Nº 710 DE 10.06.1999 – Política Nacional de Alimentação e Nutrição.
Bibliografia complementar	LEI FEDERAL Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Sistema Único de Saúde. _____. PNSN. Módulos do programa de atenção à saúde da criança. Brasília: INAN. _____. Perfil de crescimento da população brasileira de 0 a 25 anos. Brasília: HARTZ,.; M. Z., Avaliação em saúde dos modelos teóricos à prática na avaliação de Programas e Sistemas de Saúde. Rio de Janeiro: Sarvier, 2005. FNDE – Fundo Nacional de desenvolvimento Escolar/CD nº 32 de 10 de agosto de 2006 – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

#### OPTATIVAS

Disciplina	TÓPICOS DE NUTRIÇÃO I
Ementa	Ciências da Alimentação e Nutrição - neste tópico de estudo, incluem-se os conteúdos de nutrição humana e dietética; gestão de unidades da alimentação e nutrição; técnica dietética; patologia de interesse da nutrição; dietoterapia; avaliação nutricional; vigilância nutricional, nutrição experimental; educação alimentar e nutrição em saúde coletiva. bromatologia; tecnologia dos alimentos; microbiologia dos alimentos; higiene, vigilância sanitária e controle de qualidade dos alimentos abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
C. H. Teórica	80h
C. H. Prática	-
Bibliografia básica	CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. MARRAS, Jean Pierre, Administração de Recursos Humanos – do operacional ao estratégico. 13ª ed. São Paulo: Saraiva 2009. TEIXEIRA, S.M.F. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.
Bibliografia complementar	CAMARGO, B. E. & Botelho, R. A. Técnica Dietética Seleção e Preparo de Alimentos - Manual de laboratório. São Paulo: Atheneu, 2005 FEOLI A.M.P.; ENADE comentado 2007: Nutrição, Porto Alegre: EdIPUCRS- 2010 PHILLIPI, T. S. Técnica Dietética. São Paulo; Coronário, 2005.

	PINHEIRO, A. B. Tabela para avaliação de consumo alimentar em medidas caseiras. 9ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.
--	---

Disciplina	LIBRAS
Ementa	História da Educação de Surdos. Legislação e Surdez: as políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. A comunidade surdas: organização política, linguística e social. Modelos educacionais na educação de surdos: modelo clínico, antropológico e, da diferença. Abordagem do currículo na escolarização de surdos. Alfabetização, linguagem e surdez. Língua Brasileira de Sinais: gramática da LIBRAS abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbito da saúde ambiental e questões ético-raciais.
Bibliografia básica	REILY, Lucia. Linguagem e Mediação. Campinas, SP: Papyrus, 2004. (Série Educação Especial)  BAGNO, M. Preconceito linguístico. O que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.  FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
Bibliografia complementar	FELIPE, T. A. Introdução à gramática de LIBRAS. Rio de Janeiro, 2007.  FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre, Arned, 2001.  SOARES, M. B. Letramento – um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. _____ . Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social. São Paulo: Ática, 2005.  VIGOTSKY, L. S. (1935). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

Disciplina	EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS
Ementa	
Bibliografia básica	REILY, Lucia. Linguagem e Mediação. Campinas, SP: Papyrus, 2004. (Série Educação Especial)  BAGNO, M. Preconceito linguístico. O que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.  FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
Bibliografia complementar	FELIPE, T. A. Introdução à gramática de LIBRAS. Rio de Janeiro, 2007.  FERREIRO, E; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre, Arned,

	<p>2001.</p> <p>SOARES, M. B. Letramento – um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. _____ . Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social. São Paulo: Ática, 2005.</p> <p>VIGOTSKY, L. S. (1935). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo, Martins Fontes, 2004.</p>
--	---

Disciplina	INGLES
Ementa	Estruturas básicas da língua – revisão geral. Desenvolvimentos de estratégias de leitura para a compreensão, interpretação, tradução e versão de textos. Estudo de textos específicos da área de turismo e de textos variados.
Bibliografia básica	<p>DAVIES, Ben Parry. ABC do inglês: o passo-a-passo para iniciantes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.</p> <p>GHOUCHE, Jihad M. Abou. Meus primeiros passos no inglês: aprenda a falar, entender e escrever. Rio de Janeiro: Disal, 2011.</p> <p>LACHANCE, Julie. A prática leva à perfeição: inglês básico. São Paulo: Alta Books, 2012.</p>
Bibliografia complementar	<p>BRUSCHINI, Ricardo. Aumente seu vocabulário em inglês: prefixos e sufixos. Disal, 2012.</p> <p>GRAY, Loretta. A prática leva à perfeição: verbos em inglês. São Paulo: Alta Books, 2012.</p> <p>LIMA, Denilso de. Combinando palavras em inglês. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>LIEFF, Camilla Dixo; POW, Elizabeth M.; NUNES, Zaina Abdalla. Descobrindo a pronúncia do inglês: São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2010.</p> <p>YATES, Jean. A prática leva à perfeição: vocabulário da língua inglesa para estudantes de inglês. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.</p>

## 1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES

Seguindo o que preconiza a Portaria No 819 de 30/12/2014, Renovação de Reconhecimento, publicado no D.O.U. em 30/12/2014 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de Bacharelado o Curso Superior de Nutrição se organiza estruturado em eixos de formação, sendo que:

I - Ciências Biológicas e da Saúde	Anatomia humana; Citologia e histologia; Genética e embriologia humana; Fisiologia; Patologia geral; Bioquímica; química orgânica e inorgânica; Parasitologia e microbiologia dos alimentos; farmacologia; Epidemiologia; Saúde ambiental; imunologia; Tecnologia de alimentos;
II - Ciências Sociais, Humanas e Econômicas	Aspectos Sócio Antropológicos; Ética e Bioética; Psicologia aplicada a Saúde; economia aplicada nutrição; Legislação Profissional; Bioestatística; Nutrição estética e fitoterapia; Nutrição geriátrica; Metodologia do trabalho científico.
III - Ciências da Alimentação e Nutrição	História e Fundamentos em Nutrição, Nutrição e marketing; Nutrição Humana I, Nutrição Humana II, Dietoterapia I; Dietoterapia II; Avaliação Nutricional; Nutrição das populações indígenas e ribeirinhas; Administração em serviço de alimentação I; Administração em serviço de alimentação II; Nutrição Materno infantil e adolescente; Interpretação de exames; Dietoterapia em pediatria; Educação Nutricional; Nutrição e saúde pública; Nutrição e atividade física.
IV - Ciências dos Alimentos	Composição de Alimentos; Técnica e Dietética e Gastronomia Regional I; Técnica e Dietética e Gastronomia Regional II; Higiene de Alimentos e Vigilância Sanitária; Bromatologia.

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares.

Ressaltamos que os conteúdos curriculares de educação ambiental, educação étnico-racial e de direitos humanos serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia. Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição

em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares. Ressaltamos que os conteúdos curriculares de educação ambiental e educação étnico-racial serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

## **1.7 METODOLOGIA**

### **1.7.1 Metodologia de Ensino**

Quando pensamos nos aspectos metodológicos no Ensino Superior, destacamos três importantes aspectos. O primeiro diz respeito a relação entre a qualidade de ensino no ensino superior e o trabalho docente que se realiza na sala de aula, uma vez que a essência do que acontece nas instituições superiores, deriva do sucesso e da qualidade da aprendizagem dos alunos. O objetivo final da ação docente é sempre que os alunos aprendam mais e melhor.

Este aspecto nos remete a um segundo que diz respeito a essência da atividade docente. O foco nuclear da prática pedagógica é a aprendizagem do aluno, resultado de uma atividade intelectual e prática, realizada pelo aluno, a partir da mediação do professor, dos livros, do material didático dos colegas de classe. Enfim aprender não é nunca um ato solitário é sempre uma ação coletiva e multifacetada.

O terceiro aspecto se refere aos aspectos específicos da aprendizagem universitária. O ensino universitário por seu caráter distinto não pode reduzir seu propósito a apropriação de técnicas e de conceitos para um exercício profissional futuro, a própria dinâmica de um mundo em constante mudança, não nos permite pensar assim. Para além disso o ensino universitário deve acima de tudo ensinar a pensar, ensinar o aprender a aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois pólos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Diante disto, a metodologia não é tão somente o conjunto de técnicas de ensino, mas sim, possíveis caminhos, possíveis maneiras de conceber e construir o conhecimento, possíveis visões de aluno, de aprendizagem, de educação e de mundo.

Nesta perspectiva tal qual preconiza o PDI (Projeto de Desenvolvimento Institucional) e o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) a metodologia adotada pela FAMETRO, apoia nos seguintes princípios:

Alunos e professores formam uma comunidade educativa de aprendentes.

A sala de aula é um espaço privilegiado de vivências e experiências de aprendizagem entre sujeitos do processo de construção de conhecimento.

O conhecimento é sempre multi determinado, portanto o ato de ensinar deve apoiar-se na interdisciplinaridade, na transversalidade e na educação para os direitos humanos.

A prática pedagógica docente deve ser sempre uma ação endereçada e interessada.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento, a metodologia de ensino assim delineada deve buscar:

Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;

Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;

Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber. Neste sentido a orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem perpassa fundamentalmente pela superação dos modelos centrados essencialmente nas aulas expositivas, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar.

Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento e a organização de situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

A FAMETRO adota como referência a Norma Brasil 9050, Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Atende, ainda, à Portaria MEC nº 3.284 de 07 de novembro de 2003 e o Decreto 5296/2004.

Neste sentido, no que se refere aos alunos com deficiência física, a FAMETRO apresenta as seguintes condições de acessibilidade:

Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas);

Vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;

Rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;

Portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;

Barras de apoio nas paredes dos banheiros;

Sinalização de atendimento prioritário.

Em relação aos alunos com deficiência auditiva, a FAMETRO está igualmente comprometida, ao proporcionar intérpretes de Língua de Sinais- LIBRAS, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado de língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

Neste contexto, a FAMETRO tem atendido as condições de acesso para as pessoas com necessidades especiais, conforme preconiza o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

Outro aspecto relevante no campo metodológico referente à acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da ACESSIBILIDADE. O aumento crescente de Estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Tendo como base um vasto conjunto de leis, orientações e recomendações expressas em documentos publicados pelo Governo Federal e mais especificamente pelo Ministério da Educação, o conceito de acessibilidade vem sendo ampliado fazendo com que as ações desenvolvidas pelas IES, se tornem cada vez mais variadas e por certo, também mais complexas. Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão.

Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior. Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

(...) a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a FAMETRO, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade

atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos,
- Adequação nos mobiliários e equipamentos,
- Adequação de objetivos,
- Adequação de conteúdos,
- Adequação de métodos e didática,
- Adequação nas avaliações,
- Adequação de tempo,

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004. Para a FAMETRO, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade universitária deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas Habilidades e superdotação;
- Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;
- Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- Transtornos Globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências;

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando, especificamente no campo da acessibilidade pedagógica, as seguintes ações:

- 1) Mapeamento das necessidades dos estudantes; preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados.
- 2) Orientação aos coordenadores de cursos e professores.
- 3) Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas.
- 5) Encaminhamento de adequações de materiais didáticos.
- 6) Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação.
- 7) Trabalho colaborativo com outros profissionais.
- 8) Os estudantes e servidores surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS.
- 9) Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala.

### **1.7.2 Atividades Pedagógicas**

Para fazer valer os princípios metodológicos aqui explicitados, indicamos como técnicas de ensino, o uso de:

- Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido
- Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na

dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.

- Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.
- Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertinentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.
- Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas.
- Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.
- Elaboração de Projetos de Ação ou de Investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.
- Visitas Técnicas: visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se

sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.

- Atividades de Extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação favorecem a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática.
- Atividade de Pesquisa: atividades de pesquisa em torno de situações que mereçam aprofundamento de estudos e que possam contribuir para o desenvolvimento do espírito científico, para a consolidação da aprendizagem e desenvolvimento das competências explicitadas no Projeto Pedagógico do curso.
- Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.
- Workshops ou Oficinas Pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas é o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.
- Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.
- Minipalestras: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As minipalestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.
- Círculo de debates ou discussões: atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores têm a excelente

oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

- Elaboração de paper/artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos: atividades que devem considerar a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

### **1.7.3 Metodologia das atividades interdisciplinares e transversais**

Neste cenário há ainda que se considerar o trabalho transversal necessário com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, neste sentido é previsto que a abordagem destes temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos. Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

### **1.7.4 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos**

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são, modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de

ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direitos humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001, p. 151)

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a

dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigir-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a FAMETRO, atendendo o chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” com carga horária de 40h em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a FAMETRO já vem desde 2013, trabalhando com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

### **1.7.5 Aulas Práticas**

O aluno dos Cursos de Graduação da FAMETRO, tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área, até aqueles referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando a rede pública e privada de ensino.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que

realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto assim definidas:

As Aulas Práticas: nos primeiros períodos do curso realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da FAMETRO e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas básicas do curso. Nos laboratórios os alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas deste as bases de teóricas e experimentais referentes aos conhecimentos específicos da área.

As Visitas Técnicas: consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritárias. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termo de cooperação com a IES.

## **1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (PRÁTICAS PROFISSIONAIS)**

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”.

A prática profissional é estabelecida para qualificar os estudantes no seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na FAMETRO pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano”. Denominada como Prática Profissional é estabelecida para permitirão estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na FAMETRO pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

No Curso de Nutrição o Estágio Curricular Supervisionado deverá ser cumprido a partir do 7º. Período letivo do curso e corresponderá à carga horária total de 720 horas onde a apresentação sera realizada através de relatório escrito e/ou defesa de caso. Estágios em Clínica e saúde publica os alunos serão acompanhados por preceptores porem o estagio de unidade de alimentação e nutrição será supervisionado. A coordenação devera solicitar dos estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso. Além dessas atividades práticas.

## **LOCAIS DE ESTÁGIO E SUPERVISÃO**

Para a realização de estágios está prevista CONVÊNIOS com empresas privadas e órgãos públicos. Os estágios supervisionados são realizados em diversos locais, atendendo as áreas de atuação profissional, como Clínicas, Hospitais, Policlínicas, Prontos-Socorros, Postos de Saúde, Centros de Reabilitação, Clubes, Escolas Públicas e Particulares, Empresas Produtoras de Alimentos e Comunidades próximas a cidade de Manaus para atender a população ribeirinha e silvícolas.

A realização destes estágios fora da Faculdade Metropolitana de Manaus somente será aceito se houver profissional atuante na instituição pretendida e acompanhamento do professor/supervisor do estágio.

Os Estágios serão organizados sob a supervisão geral da FAMETRO e Coordenação de Curso garantindo que cada professor/supervisor oriente no máximo alunos.

O estágio curricular supervisionado não estabelece vínculo de qualquer natureza devendo o estagiário estar segurado contra acidentes pessoais.

Somente serão válidos os estágios curriculares programados pela Coordenação de cada Curso da FAMETRO.

### **SÃO DIREITOS DOS ALUNOS:**

- a) Receber orientações específicas do professor supervisor de determinada área quanto aos procedimentos realizados;
- b) Receber orientações específicas do professor supervisor para confecção de seu Plano de Estudos, Relatórios Técnicos e conhecimento prévio do sistema de avaliação e aproveitamento e da bibliografia básica;
- c) Ser informado de seu aproveitamento durante o semestre letivo através dos supervisores, professores e coordenadores, respeitando-se os prazos pré-estabelecidos para tais.

### **SÃO DEVERES DOS ALUNOS:**

- a) Revelar ajustamento à situação de estágio, zelando pelo relacionamento harmonioso com os professores supervisores, colegas, clientes, pacientes e com a equipe de trabalho da instituição conveniada e da clínica integrada;
- b) Observar e cumprir com rigor o cronograma de atividades, as normas gerais e a carga horária pré-estabelecida para a frequência;
- c) Zelar pelos equipamentos e/ou materiais disponíveis na clínica integrada e/ou instituições conveniadas;
- d) Observar os princípios da ética profissional durante o desenvolvimento das atividades diárias;
- e) Atuar com iniciativa, conhecimento e habilidade na resolução das atividades teórico-práticas que se apresentarem;
- f) Realizar relatório das atividades desenvolvidas regularmente, conforme solicitados pelo professor supervisor de estágio;

- i) Participar efetivamente das reuniões de orientação e das entrevistas individuais ou coletivas;
- j) Comunicar imediatamente, por escrito, ao professor supervisor qualquer intercorrência durante o desenvolvimento das atividades do estágio.

## **DOCUMENTAÇÃO NECESSARIA PARA A REALIZAÇÃO DO ESTAGIO**

- a) ALUNO: Termo de Compromisso para ESTAGIO assinado junto à Coordenação do Curso, aluno e Instituição Concedente – Anexo I
- b) PRECEPTOR: Contrato de prestação de serviço junto a Instituição.
- c) INSTITUIÇÃO: Autorização para o acontecimento do estágio.

Para realização dos estágios o aluno deverá estar devidamente matriculado no curso com todas as disciplinas cursadas.

## **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

Considerando-se a avaliação como um processo que envolve todas as atividades realizadas pelo aluno/estagiário, bem como a sua postura nos encontros teórico-práticos, os acadêmicos do curso de Nutrição são avaliados através dos seguintes requisitos:

### **Requisitos Gerais**

Mediante análise conjunta dos seguintes aspectos - comportamento ético, relacionamento interpessoal, interesse pelas atividades, responsabilidade, comprometimento, capacidade crítica, iniciativa, assiduidade e pontualidade.

**Avaliação das atividades diárias** – organização, abrangência, clareza, capacidade de síntese, argumentação, posicionamento crítico, resultados esperados, resultados obtidos e conclusão.

### **Requisitos Específicos**

**Relatório Avaliativo Individual** - produzido pelo professor/supervisor que avalia o desempenho das atividades práticas e conhecimento específico, capacidade de análise, reflexão da realidade em que se encontra, criatividade e iniciativa, postura e ética profissional – Anexo II.

## Frequência

- Serão considerados feriados (dias sem atividades) somente os que constam do calendário oficial da IES.
- A frequência deve ser registrada por ocasião de sua entrada e saída na folha de frequência que ficará sob a responsabilidade do Professor Supervisor;
- Será dada uma tolerância de 10 (dez) minutos de atraso no registro da frequência diária. Após esse prazo, o aluno será considerado ausente para fins de registro de presença, acarretando em falta no 1º tempo de aula e perda de pontos no critério pontualidade;
- Todo horário não cumprido (atraso, saída antes do término das atividades, falta justificada) deverá ser comunicado com antecedência, por escrito, ao Professor Supervisor;
- A pontualidade, a assiduidade e a participação serão consideradas como fatores de avaliação;
- Cada aluno terá 25% de ausências permitidas na disciplina. Acima desse percentual de carga horária em cada área de concentração da disciplina, será automaticamente reprovado por faltas;
- Todas as faltas deverão ser comunicadas por escrito, com antecedência, ao Professor Supervisor, para não atrapalhar a rotina de atendimento dos pacientes;
- Será atribuída uma nota pela frequência conforme o critério dos 25% de ausências permitidas.

## Avaliações

As avaliações deverão ser realizadas pelo Professor Preceptor conforme especificações a seguir, somando –se as notas e calculando se a média aritmética para obtenção da Média Final.

1ª Nota = Avaliação Individual (Anexo II) + Estudo de Caso ou Apresentação do relatório + Relatório escrito

2ª Nota = Avaliação Individual (Anexo II) + Estudo de Caso ou Apresentação do relatório + Relatório escrito

3ª Nota = Avaliação Individual (Anexo II) + Estudo de Caso ou Apresentação do relatório + Relatório escrito

## CONSIDERAÇÕES GERAIS:

- O aluno será considerado aprovado na disciplina quando alcançar a média final igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos e frequência igual ou superior a 75% da carga horária.
- Os Professores Supervisores deverão utilizar os recursos didáticos/pedagógicos que forem previstos no plano de aula para a avaliação de cada estagiário.
- Todo e qualquer trabalho copiado parcialmente ou na íntegra de outro estagiário ou plagiado da Internet será atribuído a nota zero.
- O estágio deverá ser devidamente comprovado através dos relatórios das atividades desenvolvidas, ficha de frequência e avaliação individual do supervisor/nutricionista.
- O acadêmico terá prazo definido para entrega do Relatório de Estágio, conforme data estabelecida, seu descumprimento acarretará em reprovação, o que o impedirá a conclusão do curso prevista no currículo;
- Para aprovação o acadêmico deverá cumprir a carga horária prevista bem como atender a todos os critérios de avaliação determinados.

## REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO

- O Estágio Supervisionado será integralizado após o aluno/estagiário cumprir a carga horária em todas as áreas de concentração.
- Não haverá prorrogação nem antecipação do Estágio Supervisionado, devendo o aluno/estagiário concluir a programação dentro do prazo estabelecido;
- Não será permitido ao aluno/estagiário a interrupção ou abreviamento do Estágio.
- Para prevenção de diversas patologias, todos os alunos deverão atualizar suas carteiras de vacinação (tríplice do adulto, tétano, hepatite, febre amarela e varicela) e apresentá-las ao Professor Supervisor para conferência.

## COMPETÊNCIA DO ACADÊMICO

Os acadêmicos devem observar aspectos referentes a postura e disciplina no ambiente de estágio, tais como:

- a) Seguir as normas internas da Instituição para a qual for designado e respeitar os funcionários da Instituição Concedente;
- b) Não deve ausentar-se do estágio durante os horários das atividades, a não ser quando autorizado pelo Supervisor;
- c) Não tratar de assuntos particulares com os colegas durante o horário de atividades;
- d) As saídas antes do horário previsto para o término do estágio serão consideradas faltas.
- e) Evitar a informalidade no relacionamento com os colegas, supervisores e pacientes;
- f) Evitar manifestações barulhentas em qualquer recinto da Instituição – falar ou rir alto,
- g) Evitar atividades tais como: fumar e sentar sobre mesas, leitos ou macas;
- h) É vedado ao aluno/estagiário prestar informações confidenciais de pacientes a pessoas que não estão ligadas ao tratamento destes;
- i) O aluno/estagiário deve somente solicitar informações particulares de seus pacientes quando estas forem necessárias para o tratamento dos mesmos;
- j) Qualquer reclamação, solicitação ou reivindicação deverá ser dirigida diretamente ao Professor Supervisor da área de atuação que a encaminhará a quem compete;
- k) O aluno/estagiário deverá seguir as determinações previstas no Regimento Interno da FAMETRO, bem como as do Código de Ética Profissional e Resoluções do Conselho Regional e Federal da sua profissão.

## UNIFORME

O uso do uniforme é obrigatório para o desenvolvimento de todas as atividades do estágio curricular e constitui-se de:

- a) Calça branca ou saia branca abaixo do joelho.
- b) Blusa branca sem decote e sem desenhos;
- c) Jaleco com Identificação PADRÃO da Faculdade Metropolitana de Manaus- FAMETRO;
- d) Sapato branco, baixo e fechado.

e) Para compor o uniforme o acadêmico deverá usar: cabelos presos, não será permitido o uso de jóias e adornos, manter unhas curtas e sem esmalte. No caso de homens, barba feita e bigode aparado.

É proibido adentrar ao recinto de estágio com mini-saias, calça comprida justa, de coton, helanca ou lycra, shorts, bermudas, blusas decotadas e sem mangas, camisetas regatas, sandálias, chinelos e vestimenta imprópria ao ambiente de estagio.

### **UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS**

- O aluno/estagiário não deve apropriar-se, usar para si ou outrem objetos, artigos, materiais ou quaisquer equipamentos da Instituição Concedentes.
- O aluno/estagiário deve responsabilizar-se por todo material e equipamento de propriedade da instituição conveniada desta IES, necessário ao atendimento do paciente;
- Em caso de detecção de falhas ou defeitos dos instrumentos utilizados, informar imediatamente ao Professor Supervisor e este deverá encaminhar por escrito à Direção Clínica;
- Não é permitido o uso de telefones celulares;
- Os prontuários dos pacientes deverão ser devolvidos após o registro e mantido no posto de enfermagem do hospital, não sendo permitida a retirada dos mesmos, cometendo falta GRAVE àqueles que o fizerem;
- Os alunos/estagiários deverão utilizar somente o local designado para estudo, elaboração de relatórios e atividades afins.

### **FREQUÊNCIA DO ALUNO**

O aluno deverá ter 100% de frequência no estágio curricular, podendo repor faltas de até 15% da carga horária nas seguintes situações:

- Por motivo de doença, devidamente comprovada por atestado médico;
- Por óbito de familiar próximo, ascendente ou descendente, até 2ª geração (filhos, netos, pais ou avós);
- Participação em curso ou congresso relacionado ao curso, desde que apresente o comprovante da inscrição do referido evento com, no mínimo, 8 (oito) dias úteis de

antecedência ao supervisor responsável, devendo apresentar certificado de participação após o evento.

- Convocação judicial comprovada;
- Casamento e/ou nascimento de filhos, com comprovação;
- Os casos não previstos nos itens anteriores deverão ser apreciados pela Coordenação do Curso
- Nenhum aluno pode ser dispensado do estágio, nem mesmo os beneficiados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e a discente gestante, beneficiada pela Lei nº 6.202/65.
- A falta do cumprimento do estágio ou reprovação da disciplina de estágio resultará na não obtenção do grau respectivo.
- Questões extra-normativas serão analisadas pela Supervisão do Curso e de Estágio.

#### **INFORMAÇÕES DIVERSAS**

- Não existe responsabilidade da Instituição Concedente ou a de Ensino quanto ao fornecimento de alimentação durante os turnos de estágio;
- É proibido fazer refeições dentro da Instituição Concedente;
- O acadêmico deverá retirar o jaleco ao sair do Hospital;
- Não é permitido qualquer tipo de acordo diferente ao que está estabelecido entre a Instituição de Ensino, a Instituição Concedente e o próprio acadêmico, pois existe um cronograma estabelecido, que obrigatoriamente precisa ser cumprido. Os acordos firmados sem conhecimento da Faculdade serão desconsiderados e as partes punidas;
- O aluno não deverá visitar outro setor da Instituição durante todo o seu horário de estágio, salvo quando solicitado pelo seu Professor Supervisor.
- É vetado o acompanhamento e permanência de pessoas (filhos, colegas, conjuges.. ) que não estejam matriculados no estágio.
- É proibida a permanência de qualquer aluno no recinto institucional, quando este não estiver em seu horário de estágio;
- Os alunos e professores supervisores deverão sempre portar consigo crachá de identificação.

A finalidade do Curso de Nutrição é de formar profissionais capazes de realizar uma prática adequada de Nutrição dentro do contexto social e humanístico em que ocorra essa atividade. A formação do nutricionista deve garantir o desenvolvimento de atividades práticas integradas durante a formação inicial e de estágios curriculares, sob supervisão docente, e contando com a participação de nutricionistas dos locais credenciados. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Nutrição proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 1996).

O estágio realizar-se-á Nutrição Clínica, Nutrição em UAN e Nutrição em Saúde Pública, visando a incrementar as habilidades práticas. Outros locais de estágio serão definidos antecipadamente em reunião com a Coordenação do Curso, mediante convênio institucional. No anexo deste PPC está disponível a regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado.

A atividade tem como objetivo principal promover o processo educativo de aprendizagem e de formação profissional mediante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizado na comunidade educacional ou junto a departamentos da instituição sob a responsabilidade e coordenação do professor da disciplina e segue a organização e valoração pelas reuniões presenciais estabelecidas entre o professor orientador e os estudantes matriculados no período vigente para discussão, produção e apresentação de projetos. A entrega pelo estudante, antes do início das atividades, dos documentos correlacionados ao termo de compromisso do discente ao professor orientador; a entrega do diagnóstico como resumo expansivo e ou artigo acrescido da avaliação do professor da disciplina.

Só terá validade como atividade prática profissional, as atividades desenvolvidas pelo estudante, devidamente autorizadas pela Coordenação do Curso, sob a orientação do professor responsável pela disciplina e sob a supervisão do profissional onde irá realizar tais práticas. A atividade deve ser realizada dentro do período letivo, respeitando o calendário acadêmico da Universidade.

O relatório de avaliação específico da prática profissional curricular deve estar acompanhada dos documentos de atividades regulamentadas a ser entregue pelo estudante ao professor orientador, acompanhado da avaliação do responsável sendo o profissional supervisor e comprovante da carga horária efetivamente cumprida resultando como critérios de avaliações divididos em quatro etapas, sendo a primeira etapa com a entrega dos documentos e termos de compromisso; a segunda etapa representa a participação semanal e produção dos projetos; a terceira etapa o relatório final de atividades; e a quarta etapa a avaliação do supervisor. O

regulamento da atividade prática profissional encontra-se nos anexos do Projeto Pedagógico do Curso.

#### **1.14 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

NSA (Obrigatório para o curso de Medicina)

#### **1.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO- RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

O Estágio Curricular Supervisionado em escolas públicas é realizado sob supervisão e realizado em Escolas Municipais onde e realizado a avaliação do Cardápio da Merenda Escolar.

#### **1.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO- RELAÇÃO ENTRE LICENCIANDOS, DOCENTES E SUPERVISORES DA REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.**

O Estágio Curricular Supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da educação básica não se aplica a este curso.

#### **1.12 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA:**

No campo de estagio os alunos devem entregar um relatório teórico-prático para compor a nota da avaliação do estágio.

#### **1.13 ATIVIDADES COMPLEMENTARES:**

As atividades complementares contam com Regulamento Institucional. Essas atividades complementares devem atender a uma carga horária mínima de 240h e terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento jurídico propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. O regulamento das atividades complementares

se encontra disponível no site da IES à disposição dos acadêmicos, e em anexo neste Projeto Pedagógico do Curso.

#### **1.14 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:**

O Trabalho de Conclusão (TC) é componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido no Curso de Nutrição da FAMETRO. Consiste em um artigo científico, cujo projeto inicial é elaborado no 8º. período do Curso na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com 80 horas de carga horária.

No semestre os alunos organizam e elaboram seus Artigos Científicos que contam com o apoio de três professores nas áreas: Clínica, Saúde pública, e unidade de alimentação . Esses professores ficam à disposição para atendimento individual e esse trabalho está diretamente vinculado ao Clínica de Nutrição da FAMETRO que também possui um professor responsável. No 8º. período os alunos também possuem na estrutura curricular uma disciplina específica que orientará o referido trabalho: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com carga horária de 80 horas

A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é em forma de um artigo científico e posteriormente a avaliação do trabalho dar-se-á por meio de defesa perante uma banca ou Apresentação de Banner individual que será avaliado e composto por três professores do curso preferencialmente da área do trabalho a ser apresentado. O Trabalho de Curso deverá ser encaminhado em três cópias, e entregue com quinze dias antes do processo avaliativo a ser sorteado pelo professor orientador do trabalho que repassará aos professores da banca avaliativa. Para a organização e normatização do Trabalho de Conclusão der Curso, são seguidas as normas da ABNT e os critérios de avaliação são definidos no regulamento interno do TCC, aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Nutrição. Enfatizando a carga horária do TCC é de 80h horas, para o acompanhamento da elaboração do Artigo Científico.

Assim, o Trabalho de Conclusão de Curso apresenta como sua maior finalidade promover a iniciação na investigação científica, como um elemento importante na formação acadêmica e profissional do futuro profissional, articulando o exercício da investigação, com o campo de atuação profissional.

O propósito dessa articulação é demonstrar ao aluno que a atividade docente e portanto a própria sala de aula pode e deve ser espaço de construção de conhecimento e a atuação do professor deve caminhar cada vez mais no sentido de compreender sua atividade profissional como fonte de estudo e de investigação. Neste sentido, espera-se contribuir para formar professores inovadores e críticos acerca do trabalho que realizam e dos resultados que obtém.

O trabalho de Conclusão de Curso possui os seguintes objetivos:

- Oportunizar aos alunos do Curso de Graduação da FAMETRO a sintetizarem o conhecimento, e desenvolverem como resultado o processo investigativo;
- Capacitar aos alunos do Curso de Graduação da FAMETRO a exercer a pesquisa de maneira crítica e criativa, levando em conta a formação com qualidade;
- Aprofundar os conhecimentos na área de interesse do futuro exercício profissional;
- Incentivar aos alunos a identificação de prática de pesquisa como elemento de desenvolvimento científico e profissional.

Para a sua operacionalização o professor-orientador estabelecerá uma carga horária semanal, com o orientando para as orientações necessárias tendo em vista o cumprimento do plano de trabalho estabelecido a execução do projeto e a elaboração do texto final do trabalho.

Para a organização e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso, existe regulamento específico anexo ao Projeto Político Pedagógico do Curso.

O Objetivo pedagógico é propiciar aos acadêmicos do Curso a oportunidade de compreender e desenvolver competências e habilidades determinadas no perfil do egresso, e tendo como objetivos específicos possibilitar ao estudante realizar síntese dos conhecimentos adquiridos no curso, por meio de um trabalho acadêmico original, caracterizando-se como elo de transição entre o curso de Nutrição e a atividade profissional. O Trabalho de tema do TCC escolhido deverá passar por uma aprovação do professor Orientador. Todos os trabalhos nas três modalidades deverão apresentar como produto final uma proposta projetual em nível de Projeto com modelos e protótipos.

Para a sua operacionalização o professor-orientador estabelecerá uma carga horária semanal, com o orientando para as orientações necessárias tendo em vista o cumprimento do plano de trabalho estabelecido à execução do projeto e a elaboração do texto final do trabalho e prestará contas com a coordenação de curso sobre o desenvolvimento dos seus orientandos. A estrutura do TCC será determinada pelo manual do regulamento do TCC. A avaliação do trabalho dar-se-á pelos critérios de avaliação estabelecidos no regulamento do TCC, a saber: desenvolvimento científico; desenvolvimento projetual; e modelo e protótipos.

A FAMETRO compreende o Trabalho de Conclusão de Curso como um espaço de articulação das práticas profissionais com os conhecimentos teórico/práticos desenvolvidos ao longo do curso com fins de alcançar os objetivos propostos para a formação.

## **1.15 APOIO AO DISCENTE**

O Programa de Apoio ao Discente – PAD se divide em três eixos:

### **1.15.1 Eixo 01 - ATIVIDADES EXTRACLASSE**

- a) Academia de oratória: A Academia de Oratória Rui Barbos, proporciona aos alunos um local para aprender e treinar técnicas de oratória. O trabalho compreende a ação conjunta com a Oficina de Redação, que busca desenvolver a produção de diferentes gêneros textuais. A Academia também é itinerante, com o objetivo de levar a oratória a vários locais, sempre buscando parcerias e divulgando o trabalho da Escola.
- b) Grupo Poetando: Através da escrita e declamação de textos literários, os alunos desenvolvem a criatividade, sensibilidade e expressão oral. O grupo se reúne uma vez por semana para estudar novos textos e ensaiar com o objetivo de preparar as apresentações em vários locais.
- c) Grupo Voz e Vida: Atividade de Canto e Educação Vocal com a formação do Coral composto por alunos da IES.
- d) Intercâmbio acadêmico: Com o objetivo de ampliar o vocabulário das línguas inglesa e espanhola e de proporcionar o contato com diferentes culturas e pessoas, a FAMETRO, busca incentivar os alunos a participarem de viagens internacionais, cursos e eventos de disseminação das línguas estrangeiras desenvolvidas em convênio com o Centro de Idiomas. Também é previsto a recepção de intercambistas de diferentes países para a convivência com os alunos. (Vide Regulamento de Intercâmbio e Ações de Internacionalização)
- e) Oficina de artes: A Oficina de Artes tem como objetivo apresentar ao aluno a possibilidade criativa e artística, com o uso de materiais alternativos e reciclados, construindo uma conscientização e contribuindo com um mundo sustentável e, também, a oficina de cerâmica que é uma das artes mais antigas. As propostas têm o intuito de despertar nos alunos o interesse pelas artes visuais.
- f) Oficina de teatro: A Oficina de Teatro tem como objetivo formar grupos de teatro com os alunos da FAMETRO interessados na arte da interpretação, representação e de construir uma plateia, fomentando o fazer teatral na escola e na comunidade escolar. O grupo de teatro representa a IES em diferentes eventos.

- g) Orientação profissional: Escolher uma profissão é a passagem para o mundo adulto e, a decisão da escolha, marca o ingresso no caminho da construção para o trabalho e a sua independência. A Fametro, preocupada com esse momento tão especial para o jovem, coloca à disposição vários serviços para ajudá-lo em suas escolhas e no desenho de seu projeto de vida.
- Curso de Formação Profissional (20h/a), com certificação.
  - Orientação Profissional em acompanhamento com o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade.
  - Visitas aos cursos da Universidade.
  - Palestras sobre assuntos da atualidade.
  - Rodada de conversa com Profissionais
- h) Escola de Líderes: Desenvolver Líderes a partir do aperfeiçoamento o conhecimento sobre liderança de equipes, dos diferentes estilos de liderança e do adequado planejamento dos processos e atividades, visando à melhoria do desempenho dos representantes de turma junto aos seus representados.
- i) Diretório Acadêmico e Apoio a Representatividade discente: A FAMETRO compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.
- j) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

#### **1.15.2 EIXO 02 – ATENDIMENTO PEDAGÓGICO; ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E ACESSIBILIDADE**

- a) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade: A finalidade do NAPA é orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógico e social para o corpo discente, docente e técnicos administrativos da faculdade. Para os casos que se

fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAP deverá sugerir o devido encaminhamento. Seu objetivo geral é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.

- b) Núcleo de Orientação à Pesquisa e Inovação: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.
- c) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.
- d) Ações de Acolhimento aos Ingressantes: O Programa de Apoio ao Discente prevê a realização de atividades de acolhimento aos Ingressantes como a Recepção de Calouros e o oferecimento de oficinas específicas na área da leitura, escrita e cálculo, através do nivelamento acadêmico.
- e) Ações de Acompanhamento de Egressos: O Programa de Apoio ao Discente também prevê assistência aos alunos egressos, com a oferta de palestras para orientação de carreira e ainda com ações de promoção de empregabilidade realizadas anualmente pela instituição. Ademais os alunos egressos efetivamente cadastrados fazem parte da política de descontos na pós-graduação e eventualmente em outros cursos da instituição. A FAMETRO está implantando Programa de Acompanhamento dos Egressos, tendo como objetivo estreitar o relacionamento entre a Instituição e seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis. Bem como analisar a inserção do egresso no mercado de trabalho. Para tanto, foram adotadas algumas ações, tais como:
  - Criação de base dados, com informações atualizadas dos egressos;
  - Criação de núcleo de ex-alunos, a fim de manter diálogo constante com os mesmos, oferecendo espaços de debates sobre sua vida profissional e atuação social;

- Disponibilização aos egressos de informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela FAMETRO, a fim de promover relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos;
- Aplicar pesquisa com egresso sobre inserção no mercado de trabalho.

Além disso, o Programa de Acompanhamento do Egresso, busca viabilizar uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

- f) Atividades de Nivelamento: Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no Curso da FAMETRO oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.
- g) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.
- h) Programas de Apoio Financeiro: Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.
- i) Bolsa de Iniciação Científica: A FAMETRO, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. O PIBIC é um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.
- j) Política de Desconto: A FAMETRO mantém uma política de desconto de 15%, sendo 10% para o vencimento e 5% para convênios. E para os colaboradores há um desconto

de 20%. Convênios Empresa por Contrato; Convênio alunos Cemetro, Cejur e Pós-Graduação.

- k) Programas de Financiamento Estudantil: Fies, Prouni e Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus.
- l) Acessibilidade (Pedagógica e atitudinal) : Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: A FAMETRO por meio de sua clinica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.
- m) Internacionalização e Mobilidade: A IES possui convênio com a Universidade Nihon Gakko e com o Programa Ciência sem Fronteiras para intercâmbio acadêmico e todas as matrizes curriculares contam com a disciplina de inglês.

### **1.15.3 EIXO 03 – SERVIÇOS ACADÊMICOS**

- a) Ouvidoria: A Ouvidoria é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa, com atribuições de ouvir, encaminhar, acompanhar reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer dúvidas.
- b) Serviço de Atendimento ao Aluno Bolsista: espaço especialmente destinado ao atendimento ao aluno bolsista com profissionais treinados para dirimir todas as duvidas e facilitar a tramitação de processos de subvenção financeira no âmbito municipal, estadual e federal.
- c) Clinicas e Serviços da IES
  - Clinica Multidisciplinar: Espaço multidisciplinar para orientação psicológica, Nutricional, Fonoaudiológica, assistência social, fisioterapia, análises hematológicas, bioquímicas, parasitologias.
  - Clinica de Nutrição: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para investigação, avaliação e orientação nutricional dos pacientes atendidos;
  - Clinica de Fisioterapia: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para reabilitação fisioterápica;

- Brinquedoteca: Atendimento de primeiros socorros por enfermeira credenciada ao conselho oferecido aos acadêmicos e funcionários, sem custo financeiro adicional.
- Ambulatório: Atendimento aos filhos dos acadêmicos e funcionários destinados à crianças de 4 a 8 anos de idade, sem custos financeiros adicionais.
- Núcleo de Práticas Jurídicas: Atendimento e assistência jurídica gratuita, com proteção de serviços à comunidade Manauara.
- Portal Acadêmico: Disponibiliza informações e notícias sobre a faculdade, sobre o curso, demais serviços e documentos importantes para o aluno com PDI, Manual do Aluno, PPC, Regulamentos entre outros.
- Núcleo de Orientação à Pesquisa: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.

#### **1.16 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO**

O Programa de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional: a) conscientização e adesão voluntária, a avaliação deve ser algo conquistado e não imposta, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo; b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores; c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional; d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados e) Fraquezas da avaliação da CPA que serão exploradas nos Planos Acadêmicos Administrativos dos anos subsequentes.

Além destes parâmetros, a auto avaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características: processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados: contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional; flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;

incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante; ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição: sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Esse cruzamento de dados realizado pela CPA dará lastro para a elaboração de um relatório unificado de auto avaliação, de onde emerge dois tipos de planejamento: Um Plano de Gestão Macro Institucional e um Plano Acadêmico Administrativo de Curso, tendo em vista o fortalecimento contínuo dos cinco eixos deste PDI (Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura).

Para o Curso de Nutrição as últimas avaliações de CPA e ENADE apontaram para as seguintes fragilidades: Deficiência de leitura, inter-relação pessoal, dificuldade de interpretação, entre outros, razão pela qual o Plano Acadêmico Administrativo 2016 foi realizado com base nestes dados.

#### **1.16.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional:**

Promover a Cultura da Auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

#### **1.16.2 Objetivos Específicos:**

- Realizar auto avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

- Realizar auto avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

### **1.16.3 Metodologia da avaliação institucional:**

O processo de auto avaliação será assumido dentro de duas dimensões. A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco) A segunda dimensão diz respeito ao processo interno de avaliação, o qual se desdobra em dois níveis. O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica avalia os determinantes macro institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

### **1.16.4 Avaliação Interna são duas**

#### a) Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- a) Missão Institucional
- b) Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
- c) Responsabilidade Social
- d) A Comunicação com a Sociedade
- e) Política de Pessoal
- f) Gestão Institucional
- g) Infraestrutura
- h) Planejamento e Avaliação
- i) Atendimento ao Estudante

## j) Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizadas pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela FAMETRO.

O Plano de Gestão Institucional terá como eixos de ação:

Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas

2.1.1 Equipamentos; Máquinas

2.1.2 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estimulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

### **1.16.5 Segundo Nível: Avaliação de Curso**

a) A Avaliação de Curso – Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou

seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

#### **1.16.6 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:**

As avaliações preveem as seguintes etapas:

- **Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados:** Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo. Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da FAMETRO e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.
- **Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa:**
- **Visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis** serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo.
- **Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados:** A comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e

divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

- Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:
- Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

#### b) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter a apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e etc.. As atividade extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.
- Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extra- curriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem

diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção do nosso alunos no mundo do trabalho.
- Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.
- Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
- Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
- Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

## **1.17 ATIVIDADES DE TUTORIA**

Não se aplica a este curso, pois não atendemos em modalidade a distância ou semipresencial.

## **1.18 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC's – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM**

Os atos e processos de “informar” e “comunicar” são intrínsecos a qualquer modalidade de educação e foram, durante séculos de educação formal, realizados por docentes sem outras mediações que livros, quadro-negro (ou equivalente) e giz (ou equivalente). Esta situação de estabilidade técnica do processo educacional foi alterada no último século com inovações tecnológicas no registro, organização, armazenagem e transferência da informação. O retroprojetor, as transparências, o mimeógrafo, os flanelógrafos, foram alguns dos recursos audiovisuais vistos como auxiliares de processos educacionais nas primeiras décadas do século XX em muitos países da América Latina, já então envolvidos com programas de cooperação técnica internacional. Enquanto os grandes computadores começavam a revolucionar as funções de registro, organização e armazenagem da informação em larga escala, pouco se poderia esperar de seu auxílio nos processos educacionais.

A pesquisa científica, sim, seria quase imediatamente transformada pela utilização desses equipamentos originalmente criados para atividades censitárias nos países industrializados. Em poucas décadas os retroprojetores se converteram em instrumentos arcaicos e praticamente desapareceu da literatura e práticas educacionais a referência a “meios audiovisuais”. A revolução dos microcomputadores nos anos 1980 e as inovações tecnológicas nas comunicações que avançavam rapidamente nos países da Região, finalmente permitiram que essa nova “onda de inovação” alcançasse primeiro, as universidades e, algum tempo depois, as escolas do ensino primário e secundário.

A expressão “TIC na educação” assume conteúdo bastante diversificado. O primeiro conteúdo se refere à capacitação para o uso de computadores e internet, usualmente denominada de “computação” em grande parte das instituições que a oferecem. Há ainda a referência a campos de natureza mais técnica e científica como “informática” – inclusive “informática educativa” – desenvolvimento de sistemas, engenharia da computação, ciência da computação.

A FAMETRO entende por TICs como sendo o conjunto de ferramentas e processos eletrônicos para acessar, recuperar, guardar, organizar, manipular, produzir, compartilhar e apresentar informações. As “novas” TIC incluem equipamentos e software de computação e de

telecomunicações dos quais os centrais são os computadores, modems, roteadores, programas operacionais e aplicativos específicos como os multimídia, e sistemas de bases de dados.

Neste sentido, admitimos que as TICs podem ser excelentes ferramentas de apoio no processo formativo e a universidade deve abrir as suas portas para estas tecnologias, pois é através da interação e mediação nos diferentes campos do conhecimento que o acadêmico poderá ampliar sua gama de informações. Estas por sua vez serão incorporadas ao cotidiano da sala de aula, a partir do acesso dos alunos e do uso mediados das mesmas, como recurso pedagógico.

### **1.19 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL**

Por se tratar de curso presencial este item não se aplica ao curso.

### **1.20 MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES; TUTORES E ESTUDANTES: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO**

Por se tratar de curso presencial este item não se aplica ao curso.

### **1.21 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ENSINO-APRENDIZAGEM**

Os processos de avaliação da aprendizagem têm se constituído na tradição pedagógica muitas vezes como um instrumento de punição que objetiva medir a capacidade do aluno, por meio de instrumentos rígidos e estereotipados como provas e trabalhos. Estes por sua vez pretendem a partir dos resultados alcançados estabelecer uma classificação do aluno em termos de aprovação ou reprovação em uma determinada disciplina.

Este entendimento tem sido alvo de severas críticas por converter o processo de avaliação em um “acerto de contas” entre o professor e o aluno, inviabilizando assim a própria dimensão pedagógica que deveria estar contida na possibilidade de que o erro seja tomado como ponto de partida para o estabelecimento de novos itinerários de aprendizagem, como nos ensina a corrente teórica da avaliação formativa e/ou contínua.

Vista desse modo, a avaliação é um momento privilegiado de aprendizagem, uma vez que a leitura correta dos erros e das dificuldades encontradas pelos alunos, em uma determinada questão, por exemplo, pode oferecer ao professor a oportunidade de rever sua prática pedagógica, promovendo ajustes na sua conduta de ensino. Outro fator que deve ainda

ser considerado, reside na ideia de que a avaliação não pode mais ser tomada como um momento estanque do processo ensino-aprendizagem. Dito de outro modo o processo de avaliação deve assumir o caráter dinâmico típico da construção do conhecimento.

Assim, quando falamos de um currículo organizado para a formação de competência, onde o conteúdo de ensino é tomado em toda a sua complexidade e multidimensionalidade (conceitos, atitudes e procedimentos), tem um desafio para o professor, cabendo a substituição da lógica tradicional de avaliar, por outra racionalidade que a conceba muito mais como um instrumento de diagnóstico da aprendizagem, do que um fim em si mesma. Esta nova lógica, como já alertamos, deve, portanto, considerar o caráter dialógico e processual da aprendizagem e por extensão o caráter também dialógico e processual do próprio desenvolvimento das competências.

Therrien e Loiola (2001) afirmam que “[...] ser competente é ser capaz de utilizar e de aplicar procedimentos práticos apropriados em uma situação de trabalho concreta”. Na visão de Brandão (2009), os processos cognitivos ou a aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes são oriundos da inserção e interação do indivíduo no meio social. Desta forma, a competência pode ser definida como desempenho profissional ou social expressa pelo sujeito, de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, em um contexto específico (Brandão, 2009). Segundo Desaulniers (1997), a competência é inseparável da ação, e os conhecimentos teóricos são utilizados de acordo com a capacidade de executar as decisões que ela (a ação) sugere.

A competência se constrói, portanto, na articulação entre um saber e um contexto; além disso, o profissional é capaz de transpor a aprendizagem para outros contextos. Assim, ser competente é:

- a) saber agir com competência;
- b) saber mobilizar saberes e conhecimentos em um contexto profissional;
- c) saber integrar ou combinar saberes múltiplos e heterogêneos;
- d) saber transpor;
- e) saber aprender e aprender a saber; e
- f) saber envolver-se.

O profissionalismo e a competência resultam não somente de um saber agir, mas de um querer agir e de um poder agir; e, associados à competência, estão os aspectos cognitivos, afetivos e sociais inerentes à motivação humana (Le Boterf, 2000).

Avaliar competência “[...] não se trata de avaliar o indivíduo, mas seu agir profissional em um determinado contexto” (Rosa, Cortivo& Godoi, 2006, p. 82). Com base nesta proposta, o processo avaliativo da disciplina deve ser estruturado para que conhecimentos, habilidade e atitudes sejam avaliadas em equilíbrio evidenciando as competências desenvolvidas no interior de cada disciplina, no período letivo e por fim o conjunto das mesmas previstas no perfil do egresso.

Neste sentido, os cursos devem utilizar a tabela abaixo para identificar que conhecimentos, quais habilidades e quais atitudes previamente definidas serão objeto de avaliação sistemática dos professores. Esta matriz de competências deve guardar observância com os conteúdos previstos, o objetivo da disciplina e por fim o objetivo do próprio curso, devendo ainda estabelecer os instrumentos avaliativos alinhados ao que se deseja de fato avaliar, tendo em vista que a avaliação de um conhecimento de natureza conceitual é deveras distinta da avaliação de uma habilidade (ainda que reconheçamos que estes conteúdos se dão articuladamente) há de se considerar algumas distinções e especificidades para as quais os instrumentos avaliativos devem observar.

A matriz de competências para fins de avaliação é parte integrante do planejamento da disciplina.

#### COMPETÊNCIAS DO PERFIL DO EGRESSO

COMPETÊNCIAS	DIRETRIZ	DISCIPLINAS
CONHECIMENTOS	Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem da nutrição	Nutrição e marketing Composição de alimentos Ética e Bioética Nutrição Humana I e II Dietoterapia Administração de serviços de Alimentação Higiene dos alimentos Nutrição materno infantil Nutrição pediátrica

HABILIDADES (técnica ou método ou prática)	Elaborar pareceres de UAN, prescrever dietas, avaliar pacientes para contribuir com o desempenho eficiente da promoção a saúde.	Avaliação nutricional Dietoterapia Administração de serviços de Alimentação Nutrição materno infantil Nutrição pediátrica
ATITUDES (valores ou comportamento)	Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de ações que interfiram na ação de promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais	Nutrição e marketing Composição de alimentos Ética e Bioética Nutrição Humana I e II Dietoterapia Administração de serviços de Alimentação Higiene dos alimentos Nutrição materno infantil Nutrição pediátrica

E como podemos promover uma avaliação das competências? Primeiro é preciso retomar alguns conceitos que já indicamos na metodologia de ensino. Por competência consideramos a capacidade do aluno de mobilizar conceitos, atitudes e procedimentos para a solução ou superação de uma determinada situação. Dizemos que o sujeito é uma pessoa competente quando reconhecemos nele a capacidade de resolver situações complexas e estas soluções serão tão mais eficazes, quando for à capacidade de articulação de conhecimentos de diferentes ordens e fontes.

É precisamente por esta razão que os processos avaliativos devem ser planejados e organizados em termos de instrumentos avaliativos ou atividades de avaliação diversificadas e integradas, auxiliando o professor e principalmente o aluno no ajuste e gerenciamento de suas aprendizagens. Outro ponto fundamental é reconhecer que determinados conteúdos requerem modelos diferenciados de avaliação, como veremos a seguir.

Não é razoável pensar que um conteúdo de natureza eminentemente prático ou procedimental possa ser avaliado da mesma maneira como avaliamos o domínio de um conceito. Ou ainda que, podemos avaliar a aquisição ou desenvolvimento de uma atitude apenas perguntando ao aluno como ele se comportaria no plano teórico a partir de uma prova fechada de perguntas e respostas, onde, frequentemente o aluno é chamado a descrever um procedimento, ou memorizar um conceito.

Convenhamos que a descrição de um procedimento, não garante que os alunos sejam capazes de realizá-lo. Ou ainda que a transcrição de um conceito em uma prova de perguntas e respostas garanta que os alunos sejam capazes de articular conceitos ou de retomá-los, quando precisarem tomar uma decisão.

Na direção de avaliar competências algumas alternativas metodológicas têm sido assumidas por professores, uma delas é a avaliação por portfólio realizada com base numa coleção organizada de trabalhos produzidos pelo aluno, visando fornecer um registro a médio/longo prazo da evolução do rendimento do aluno e da evolução das suas atitudes.

Assim, o portfólio permite uma avaliação mais concreta e fiel das competências desenvolvidas pelo aluno, ao longo de um determinado processo, porque inclui para além de testes aos seus conhecimentos de fatos, de conceitos, de teorias e de regras, outros elementos, nomeadamente, aqueles que revelam o próprio desenrolar do processo. Por outro lado, como o portfólio deve incluir um conjunto variado de realizações dos alunos, permite evidenciar que competências foram efetivamente desenvolvidas pelo aluno e os respectivos níveis de desempenho por ele alcançados.

Como instrumento de avaliação permite operacionalizar a avaliação formativa, contínua e sistemática, consignada na legislação em vigor que regulamenta o desenvolvimento curricular e a avaliação interna, permite, ainda operacionalizar não só a avaliação formativa, mas também concretizar efetivamente os efeitos de uma avaliação formativa, isto é, gerar medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver. Assim como permite concretizar os objetivos da avaliação formativa, nomeadamente a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. Pensando desta maneira, as avaliações formativas e somativas devem propor avaliar a aprendizagem e o conhecimento construído a partir de uma visão interdisciplinar e transversal.

Os recursos audiovisuais tais como filmagens, fotografias, realização de pequenos vídeos e documentários, a integração das TIC's as atividades de simulações, os protocolos de observação, a auto avaliação, a resolução de problemas são poderosos aliados para avaliar

procedimentos e atitudes, situações problemas podem também funcionar de forma muito eficiente na avaliação dos conceitos, e quando bem construídas podem inclusive ser um importante meio de mobilização e de integração de conteúdos atitudinais, conceituais e até mesmo procedimentais.

A auto avaliação deve ser sempre considerada como uma via pela qual o aluno possa ir gradativamente avançando na autonomia intelectual e no próprio gerenciamento de suas aprendizagens, e até mesmo os instrumentos tradicionais da avaliação como provas e trabalhos podem se converter em um momento privilegiado de aprendizagem, quando alteramos a nossa concepção de avaliação e modificamos nossa percepção sobre o lugar desta no trabalho pedagógico.

Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.

Assim, a avaliação das disciplinas será de natureza Formativa e Somativa.

- a) Avaliação Formativa: se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.
- b) Avaliação Somativa; tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

1. Apuração de frequência às atividades escolares;
2. Avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando

a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

1. Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;
2. Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);
3. Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 3 notas, as duas primeiras são no mínimo 2 atividades de avaliação e a última é uma atividade de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{MN1 + MN2}{2} = \text{Média} \geq 5$$

Onde:

M = Média;

N1 = corresponde a 1a nota;

N2 = corresponde a 2a nota;

Se: Média for 4 a 4,99 o discente estará apto a realizar a prova final

PF = corresponde Prova Final.

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

### **1.21.1 Formas de Acesso ao Curso**

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pela FAMETRO se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

- a) Processo Seletivo;
- b) Transferência;
- c) Portador de Diploma de Curso Superior;
- d) Re-opção;
- e) ENEM.

### **1.21.1.1 Do Processo Seletivo**

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

#### **a) Do Processo Seletivo Contínuo**

- O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.
- O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.
- A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.
- A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.

- O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

#### **1.21.1.2 Transferência**

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior - IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A FAMETRO, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

- Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
- Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
- Regime ou critério de aprovação.

#### **1.21.1.3 Do Portador de Diploma de Curso Superior**

O Portador de Diploma de Curso Superior poderá ser admitido em curso de graduação da FAMETRO em vagas remanescentes do Processo Seletivo. O Conselho Maior estabelecerá os critérios para o processo seletivo dos candidatos em normas complementares.

#### **1.21.1.4 Da Re-opção**

Re-opção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da FAMETRO, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

- Existência de vaga no curso pretendido;
- Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e

- Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

#### **1.21.1.5 Enem**

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

#### **1.21.1.5 Matrícula**

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso a FAMETRO.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

- I- certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;
- II- histórico escolar do ensino médio;
- III- diploma do ensino superior;
- IV- título de eleitor;
- V- comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;
- VI- uma foto 3/4.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado

#### **1.22 NÚMERO DE VAGAS:**

O número de vagas atende a solicitação no sistema e-MEC, portanto, pretende-se 200 vagas distribuídas da seguinte forma:

- Matutino: 40 vagas
- Vespertino : 40 vagas
- Noturno: 120 vagas

#### **1.23 INTEGRAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE ENSINO:**

O curso integraliza com a rede pública no que tange ao Estágio em saúde Pública, pois esta atividade visa realizar a educação nutricional nas escolas públicas e particulares.

#### **1.24 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE/SUS RELAÇÃO ALUNO/DOCENTE:**

O curso integraliza com a rede pública no que tange ao Estágio em Saúde Pública e estagio em Nutrição Clínica

#### **1.25 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE/SUS RELAÇÃO ALUNOS/USUÁRIOS.**

O curso integraliza com a rede pública no que tange ao Estágio em Saúde Pública e estagio em Nutrição Clínica

**1.26 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO:**

Aulas laboratoriais e Estágios Supervisionados

**1.27 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE:**

Estágio em Saúde Pública e estágio em Nutrição Clínica

**1.28 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS:**

Não se aplica a este curso.

## **2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante- NDE**

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

I.O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

II. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

III. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

IV. A FAMETRO, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

V. O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 3 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico

VI. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias

VII As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros

VIII. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação.

IX. O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial e a distância (maio de 2012), a Direção da FAMETRO designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, para constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Nutrição é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso. Sendo o NDE do curso:

## **2.2 Atuação do Coordenador de Curso**

A FAMETRO entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

1. Reconhecer as necessidades da área em que atua;

2. Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
3. Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
4. Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
5. Operar novas tecnologias;
6. Avaliar o trabalho dos docentes;
7. Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
8. Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
9. Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
10. Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança.

Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivos e cognitivos.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

### **2.3 Experiência Profissional, Experiência de Magistério e de Gestão Acadêmica do Coordenador do Curso.**

O Coordenador do curso possui graduação em Nutrição pela Universidade Paulista UNIP campus Manaus (2010), especialista em Nutrição Clínica pela UNICEL (2011) e Mestrando em Saúde Coletiva e Gestão Hospitalar pela FACNORTE (2014), coordenador do curso de nutrição da FAMETRO desde janeiro de 2017. Possui experiência profissional de 07 anos e 05 anos no magistério.

## **2.4 Regime de Trabalho do Coordenador de Curso**

O regime de trabalho do Coordenador é integral e sua carga horária são de 40 h semanais.

## **2.5 Carga Horária de Coordenação de Curso**

- 36h de Coordenação
- 4h de Núcleo Docente Estruturante

## **2.6 Titulação do Corpo Docente**

O Corpo Docente é constituído por todos os professores permanentes da FAMETRO e que tenham sido admitidos conforme as normas estabelecidas pela Coordenação de Ensino.

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Regulamento da Carreira Docente, aprovadas pelo Conselho Superior e referendadas pela Entidade Mantenedora, e segundo o regime das leis trabalhistas, na forma seguinte:

- Professores Integrados no Quadro de Carreira Docente;
- Professores Visitantes ou Colaboradores.

Os professores que atuarão no Curso Bacharelado em Nutrição foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da Faculdade ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A Faculdade tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

### **Titulação e Regime de Trabalho do Corpo Docente**

Os professores previstos para os dois primeiros semestres do curso em acordo com o quadro abaixo:

No que compete ao regime de trabalho do corpo docente o percentual de parciais e integrais alcança 89,2% do total de professores previstos para o primeiro ano de curso equivalendo a nota 5 conforme o instrumento de Avaliação do INEP.

Ainda no que diz respeito ao percentual de professores com pós-graduação stricto sensu o curso atinge 75,7% de mestres e doutores equivalendo a nota 5 conforme o instrumento de avaliação do INEP.

### **2.7 Percentual de Doutores**

O Curso conta no seu quadro com 37% de doutores equivalendo à nota 5.

### **2.8 Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica**

Por se tratar de um Curso de Graduação em Bacharelado não se aplica.

### **2.9 Relação entre o número de docentes e o número de vagas.**

NÃO SE APLICA

### **2.10 Funcionamento do Colegiado de Curso**

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da Faculdade, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade Curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- ▶ Coordenador, que o preside;
- ▶ Corpo docente do curso;
- ▶ Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo Núcleo Docente Estruturante- NDE;

II - Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE;

III - Acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;

V - Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

VI - Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

VII - Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do Núcleo Docente Estruturante, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso.

### **2.11 Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso**

Por se tratar de Curso presencial este item não se aplica ao Curso Superior em Nutrição.

### **2.11 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância**

Por se tratar de Curso presencial este item não se aplica ao Curso Superior em Nutrição.

### **2.12 Relação docentes e Tutores – presenciais e a distância – por estudante**

Por se tratar de Curso presencial este item não se aplica ao Curso Superior em

Nutrição.

**2.13 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência da Assistência Médica**

NÃO SE APLICA

**2.14 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência da Assistência Odontológica**

NÃO SE APLICA.

**2.15 Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente**

NÃO SE APLICA.

### 3.1 Gabinete de Trabalho para Professores

O curso oferece gabinete de trabalho equipado, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

No ano de 2014 a IES têm 212 professores sendo 77 integrais, cujas cabines individuais são para os docentes integrais que estão distribuídas da seguinte forma: 77 gabinetes de trabalhos para os professores integrais nos turnos matutino, vespertino e noturno, envolvidos em pesquisa, NDE, extensão, planejamento e estudos.

O Curso conta ainda com:

- 20 cabines na sala docentes unidade 1 e 2
- 15 cabines na unidade 3
- 10 cabines na unidade 4
- 20 cabines na unidade 5
- 04 cabines na sala de estudo
- 01 sala de extensão
- 02 sala da pesquisa
- 03 NPJ
- 01 Clínica de Psicologia
- 01 Clínica de Fisioterapia
- 01 Clínica de Nutrição
- 01 Núcleo de Pesquisa e inovação Tecnológica
- 01 Núcleo de Interdisciplinar de Design Gráfico e Marketing
- 01 Brinquedoteca
- 01 Ambulatório Médico
- 01 Sala para o NDE
- 01 Sala para a CPA
- 12 Laboratórios de Informática (Sendo 6 laboratórios fixos e 6 laboratórios móveis, distribuídos da seguinte forma: 03 fixos na unidade I e II, 02 móveis na unidade I e II; 01 fixo na unidade III, 02 móveis na unidade III; 01 fixo na unidade IV, 01 móvel na unidade IV; 01 fixo na unidade V, 01 móvel na unidade V)
- 01 Auditório

- 01 Mini Auditório
- 01 sala Multimeios

### **3.2 Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos**

O gabinete individual do coordenador possui condições adequadas em termo de dimensão equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o espaço para a funcionária.

### **3.3 Sala de Professores**

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta. Existe ainda uma sala de reunião para uso do Núcleo Docente Estruturante a qual é utilizada pelo referido Núcleo mediante agendamento.

### **3.4 Salas de Aula**

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professore recursos pedagógicos a disposição.

### **3.5 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática**

A FAMETRO possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso a internet para o uso de professore e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

O funcionamento dos laboratórios é de segunda a sábado 8h às 12h (manhã) 13h30min às 22h (tarde e noite), sempre com a presença de um responsável qualificado, auxiliando os usuários em suas dúvidas com as bases de dados e ferramentas de pesquisas disponíveis.

Além de que cada unidade tem 2 carrinhos moveis com laptop

### **3.6 Livros da bibliografia básica**

Os livros da bibliografia básica (máximo 03) e complementar (máximo 05) atendem aos programas das disciplinas em quantidade suficiente, e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da FAMETRO.

### **3.7. Livros da Bibliografia Complementar**

Os livros da bibliografia complementar possuem cinco títulos por unidade curricular, com no mínimo dois exemplares de cada título disponíveis, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da Fametro e ao sistema da biblioteca.

### **3.8 Periódicos Especializados**

Revista de Nutrição

**Revista de Saúde Pública**

#### **3.8.1 Periódicos impressos**

Assinaturas de periódicos correntes disponibilizados na Biblioteca

Acta Amazonica

Acta Scientiarum. Agronomy

Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia - 120 números - *Dez 2014: Terminado ; Continua como Archives of Endocrinology and Metabolism*

Revista Brasileira de Ciências do Esporte

#### **3.8.2 Periódicos online de livre acesso do curso**

- ALIMENTOS E NUTRIÇÃO
- ARCHIVOS LATINOAMERICANOS DE NUTRICIÓN
- BOLETIM DO CEPPA (CENTRO DE PESQUISA E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS DA UFPR)
- BRAZILIAN JOURNAL OF FOOD TECHNOLOGY = REVISTA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
- CADERNOS DE DEBATE: REVISTA DO NEPA (NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM ALIMENTAÇÃO DA UNICAMP)
- NUTRICIÓN HOSPITALARIA
- NUTRITION AND DIETARY SUPPLEMENTS
- NUTRITION NOTEWORTHY
- REVISTA BRASILEIRA DE FRUTICULTURA
- REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE MATERNO INFANTIL = BRAZILIAN JOURNAL OF MOTHER AND CHILD HEALTH
- REVISTA DE LA CIENCIA DEL SUELO Y NUTRICIÓN VEGETAL
- REVISTA DE NUTRIÇÃO
- REVISTA DE SALUD PÚBLICA Y NUTRICIÓN

- REVISTA VENEZOLANA DE CIENCIA Y TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
- SAÚDE E PESQUISA
- UNIVERSITAS CIÊNCIAS DA SAÚDE

### **3.9 Laboratórios e Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade**

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, onde a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regulam, normatizam e conferem as normas de segurança para as atividades a serem realizadas, estão à disposição de alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Caso tenha que haver divisão da turma, deverá simultaneamente ter docente para sala de aula e para o laboratório, devendo ser professores distintos.

#### **3.9.1 Laboratórios Básicos do Curso: Quantidade.**

##### **3.9.1.1 Laboratório de Anatomia Humana**

Neste laboratório ocorrerão atividades praticas relacionadas à disciplina de Anatomia Humana, Neuroanatomia, Cinesiologia e Biofísica. Cada laboratório contará com um técnico de laboratório e funcionário nos três períodos do dia, professor poderá também ser acompanhado pelo monitor da disciplina. As aulas acontecem mediante agendamento prévio junto a coordenação de laboratórios da Saúde.

Síntese da atividade desenvolvida no laboratório:

- Oferecer informações sobre anatomia humana, com ênfase na relação entre estrutura e função, relacionando a estrutura com a fisiologia humana;
- Proporcionar uma noção espacial das estruturas estudadas através da dissecação e técnicas anatômicas, visando a formação profissional generalista, capaz de atuar em vários segmentos sociais com propriedade científica no que se refere à anatomia, focado a importância de um trabalho inter e multidisciplinar;
- Proporcionar ao acadêmico a aquisição de um vocabulário clinico anatômico.

### **3.9.1.2 Laboratório de Citologia/ Histologia/ Embriologia**

Ocorrerão atividades praticas relacionadas as disciplinas de Biologia Celular e Tecidual, Genetica e Embriologia e Patologia Geral. Os laboratorios contarão com um técnico de laboratório e funcionário nos três períodos do dia, professor poderá também ser acompanhado pelo monitor da disciplina. As aulas acontecem mediante agendamento prévio junto a coordenação de laboratórios da Saúde.

Síntese da atividade desenvolvida no laboratório:

- Capacitar o acadêmico a utilizar o microscópio óptico, proporcionando maior habilidade no estudo e identificação de laminas nas diversas áreas da histologia, citologia, embriologia, patologia entre outras.

### **3.9.1.3 Laboratório de Microbiologia**

Ocorrerão atividades praticas relacionadas a disciplina de Imunologia Básica. Os laboratorios contarão com um técnico de laboratório e funcionário nos três períodos do dia, professor poderá também ser acompanhado pelo monitor da disciplina. As aulas acontecem mediante agendamento prévio junto a coordenação de laboratórios da Saúde.

Síntese das atividades desenvolvidas:

- Fornecer infraestrutura para o estudo das propriedades morfológicas e culturais dos microrganismos, alem de tecnicas básicas e desinfecção e esterilização;
- Identificar os principais microrganismos encontrados em amostrs clinicas;
- Preparar meio de cultura e reagentes utilizados no diagnostico clinico;
- Noção em controle de qualidade, em exame utilizados nos diagnosticos microbiologicos, tecnicas de microscopia de amostras clinicas em esfregaços corados e afresco;
- Interpretar normas de biossegurança, realizar descarte adequado de residuos de laboratorio de microbiologia;
- Estudar as bases moleculares da interação antígenos-anticorpo e dos procesos celulares envolvidos na resposta inata e adaptativa. Emtender o fundamento das provas imunologicas.

### **3.9.1.4 Laboratório de Química**

Neste laboratorio ocorrerão atividades praticas relacionadas à disciplina de Bioquimica Básica. O laboratorio contará com um técnico de laboratório e funcionário nos três períodos do dia, professor poderá também ser acompanhado pelo monitor da disciplina. As aulas acontecem mediante agendamento prévio junto a coordenação de laboratórios da Saúde.

Síntese das atividades desenvolvidas:

- Proporcionar ao acadêmico estudo dos componentes químicos de organismo vivo;

- Determinar e/ou identificar a presença de carboidratos, lipídios, proteínas, enzimas, aminoácidos em diversas amostras de sangue;
- Proporcionar ao acadêmico o conhecimento das provas bioquímicas realizadas em laboratórios de análises clínicas e que são utilizadas no auxílio do diagnóstico de doenças.

### **3.9.1.5 Laboratório De Informática**

São três laboratórios de informática, mais dois laboratórios móveis com laptops que podem servir para consulta ou aulas práticas de informática.

A seguir apresentaremos a configuração básica de instrumentação do laboratório.

- a) Servidor de Rede de alto desempenho que garanta a compatibilidade de intercâmbio com redes de comunicação. Equipado com processador dual-core, 2,7 Ghz, 2 Mb L2 Cache, 800 Mhz FSB, HD de 160 Gigas, 2Giga de memória Ram, placa de comunicação de rede, Monitor de LCD de 21", Placa de vídeo de Alta Resolução, Gravador de DVD, Entrada USB e leitor de memória SD, Kite Multimídia, Mouse e Teclado.
- b) 44 Microcomputadores equipado com HD de 120 Gigas, 1Giga de memória Ram, placa de comunicação de rede, Monitor de LCD de 15", Placa de vídeo de Alta Resolução, Entrada USB .
- c) 1 Estabilizador de voltagem tipo "No Break", com no mínimo 1 Kva de capacidade.
- d) 1 Data Show

### **3.9.2 Laboratórios Didáticos Especializados: qualidade**

Os laboratórios didáticos implantados atendem de maneira excelente quando as normas de funcionamento; utilização e segurança e atendem de maneira excelente os aspectos de adequação ao currículo, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.

Laboratório de Avaliação Nutricional

Laboratório de Cozinha Experimental

Laboratório de Cozinha quente

Laboratório de Panificação e Confeitaria

Laboratório de Bromatologia e análise de alimentos

### **3.9.3 Laboratórios Didáticos Especializados: serviços**

Os laboratórios didáticos implantados atendem de maneira excelente quando as normas de funcionamento; utilização e segurança e atendem de maneira excelente os aspectos de

adequação ao currículo, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos e ainda apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade.

A clínica de nutrição atua no atendimento a toda a comunidade Manauara, realizando avaliação nutricional e atendimento.

#### **3.9.4 Sistema de Controle de produção e distribuição de material didático (logístico)**

Por se tratar de Curso de Graduação Presencial este item não se aplica

##### **a) Núcleo de Práticas Jurídicas**

A Fametro possui como Laboratório o Núcleo de Práticas Jurídicas com regimento interno próprio e normas para utilização e serve para a concretização do Estágio Supervisionado onde ocorrem: prática de atividades jurídicas simuladas, visitas orientadas, prática de atividades de arbitragem, prática de atividades de negociação, conciliação e mediação, participação em atividades jurídicas reais no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica, participação em atividades jurídicas reais conveniadas (estágio curricular), elaboração de relatórios de atividades jurídicas reais, análise de autos findos, elaboração de textos legais e prática de atuação jurídica oral, atuações essas que serão acompanhadas através de mecanismos efetivos de controle do cumprimento do Estágio Supervisionado.

O Núcleo de Práticas Jurídicas da FAMETRO possui três profissionais que acompanham os alunos do Curso, sendo uma professora/advogada coordenadora com 40 horas e duas advogadas que orientam e acompanham nas ações. Funciona de segunda a sexta-feira nos turnos matutino e vespertino e atualmente está localizado em uma das principais vias de Manaus, sendo de fácil acesso a população carente.

#### **3.9.6 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação**

Não se aplica ao curso de Nutrição

#### **3.9.7 Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial conveniados**

- I. Secretaria de Estado de Saúde – SUSAM – (PSC da zona oeste, PSC da zona Sul, Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto, Maternidade Ana Braga)
- II. Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA (UBS colônia Antonio Aleixo, CAIMI da Zona Oeste)

#### **3.9.8 Sistema de referência e Contra referência**

Por se tratar de Curso de Graduação Superior em Nutrição não se aplica.

#### **3.9.9 Biotérios**

Não se aplica.

### **3.9.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde**

Laboratório de Anatomia

Laboratorio de Citologia, Histologia e genética

Laboratorio de Bioquímica e biofísica

Laboratorio de microbiologia e imunologia

### **3.9.11 Laboratórios de Habilidades**

Laboratorio de Avaliação Nutricional

Clinica de Nutrição da Fametro

### **3.9.12 Protocolos de Experimentos**

Não se aplica.

### **3.9.13 Comitê de ética**

Não se aplica.

### **3.9.14 Comitê de ética para Utilização de Animais (CEUA)**

Não se aplica.

### **3.9.15 Biblioteca e Política de Acervo**

A FAMETRO possui 01 biblioteca central e 02 setoriais, adota a Classificação Decimal Universal (CDU) para a classificação de seu acervo. As obras são catalogadas segundo as Normas do Código Anglo-Americano (AACR2). São desenvolvidos os seguintes serviços: seleção e aquisição de material bibliográfico, levantamento bibliográfico, tratamento da informação, serviços técnicos, serviço de referência e disseminação da informação. A Biblioteca é informatizada e utiliza o sistema GNUTECA.

O acervo encontra-se organizado em estantes próprias de ferro. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada e as condições para armazenagem, preservação e a disponibilização atendem aos padrões exigidos. Este acervo atende apropriadamente às funções de ensino, pesquisa e extensão, em livros e periódicos (assinaturas correntes). Além do acervo específico de cada curso, o Sistema de Bibliotecas da FAMETRO possui a disposição livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento e biblioteca eletrônica, que são utilizados nos computadores postos à disposição dos alunos e que possam contribuir para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

A biblioteca é informatizada, no que se refere à consulta ao acervo, aos recursos de pesquisa informatizada e ao empréstimo domiciliar. Existe representação de todo o acervo no sistema informatizado utilizado pela Instituição. Estão disponíveis para os usuários vários microcomputadores com acesso à Internet.

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

O horário de funcionamento da biblioteca funciona abrange os três turnos:

- Segunda à sexta-feira das 8h às 22h (ininterruptamente)
- Sábados das 8h às 16h (ininterruptamente)

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local e empréstimo domiciliar; reserva de livros; levantamento bibliográfico e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT).

O empréstimo domiciliar é facultado aos professores, aos alunos e aos funcionários da Instituição.

7. Alunos e funcionários poderão emprestar, até 03 (três) livros de cada vez, por um período de 05 (cinco) dias, com direito a renovação por mais 02 (dois) dias. Sujeito à multa diária no valor de R\$ 1,00 por título emprestado, ficando o usuário suspenso até a quitação de suas dependências.

8. Professores e alunos de pós-graduação poderão emprestar, até 05 (cinco) livros de cada vez, por um período de 5 (cinco) dias.

As obras são disponibilizadas no acervo de acordo com a classificação CDU e numeração respectiva de autoria (Tabela de Cutter), incluindo ainda: número de volume, número de exemplar e registro do livro no sistema, agilizando-se assim o atendimento do usuário no Serviço de Referência.

No que se refere à reserva, a mesma deve ser solicitada no balcão de atendimento, ficando à disposição do aluno para sua retirada desde o momento em que o livro retorna do empréstimo anterior até a sexta-feira (data em que o material reservado, geralmente de consulta

pode sair, com devolução agendada para a segunda-feira). Findo este prazo, a reserva perderá a sua validade.

### 3.9.16 Infraestrutura de Segurança

Nos prédios onde funciona a FAMETRO são atendidas as normas de segurança no tocante a pessoal e equipamentos. Os prédios foram vistoriados pelo Corpo de Bombeiros de modo que as suas condições gerais de funcionamento foram todas aprovadas. Eles estão equipados com extintores, escadas de incêndio, além de amplas áreas de circulação. Existe controle de acesso aos prédios, além de funcionários que exercem vigilância nas áreas de circulação interna e externa.

Todas as instalações físicas são limpas constantemente, estando em perfeito estado de conservadas. A manutenção e a conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição.

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou através de contratos com os fornecedores dos equipamentos. A atualização dos equipamentos é feita a partir de uma análise periódica dos funcionários da Instituição, os quais devem verificar a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes.

Os equipamentos de informática são atualizados com base em up-grades periódicos e a substituição é realizada com base nos softwares que se apresentam mais atualizada. A aquisição de novos equipamentos é conduzida sob a orientação do técnico responsável pelos laboratórios. Os laboratórios contam com técnicos especializados nas respectivas áreas, que respondem por toda manutenção básica dos equipamentos, inclusive com suprimento e assistência. A manutenção é realizada segundo os preceitos e métodos previstos pela TPM – Total Productivity Management, observando o seguinte quadro conforme as etapas a seguir:

Tipologia	Frequência
Manutenção Corretiva	Executada conforme demanda, inicialmente com técnicos próprios e num segundo momento, através de empresas terceirizadas.
Manutenção Preventiva	A cada seis meses, todos os equipamentos sofrem manutenção preventiva, que consiste, basicamente, em limpeza e revisão.

Manutenção Preditiva	Os fornecedores de equipamentos apresentam um quadro da vida útil dos principais componentes que serão, periodicamente, substituídos para evitar o custo do desgaste de peças.
----------------------	--

**4.1 Dispositivos Legais**

	<b>Dispositivo Legal</b>	<b>Justificativa</b>
<b>1</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais (Não se aplica para os cursos que não tem Diretrizes Curriculares Nacionais)	Os componentes previstos na Diretriz Curricular Nacional do Curso de Nutrição, RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 5, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001 tais como: objetivo do curso; perfil do egresso, competências e habilidades; eixos de formação; estágio supervisionado; atividades complementares, trabalho de conclusão de curso, encontra-se dispostos no PPC na sessão Didático-Pedagógica, em consonância com o que determina a diretriz e comprovado nos regulamentos anexos neste PPC.
<b>2</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	Não se aplica
<b>3</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	Em atendimento a Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004, o curso realiza a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena por meio da pedagogia de projetos, comprovada pela regulamentação anexa neste PPC na sessão Didático-Pedagógica e nos projetos e relatórios do curso. E as atividades de Educação Étnico racial desenvolvidas constam da tabela a seguir.
<b>4</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	Conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012, a Educação em Direitos Humanos é tratada no curso em acordo com o que preconiza o Art.7º de forma transversal, como conteúdo específico de uma das disciplinas, de forma mista ou conforme o que trata o Parágrafo único: “Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional”.

		Dessa forma a Educação para os Direitos Humanos no curso de Direito da FAMETRO é tratada com disciplina obrigatória e dos demais cursos com disciplina optativa.
5	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: A FAMETRO por meio de sua clínica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. E o NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade nomeado conf.Portaria nº 030/2015, possui inclusive regulamento anexo neste PPC.
6	Titulação do corpo docente	O curso avaliado não possui no seu corpo docente graduado, possui todos os docentes com titulação de no mínimo especialista, conforme preconiza o art.66 da Lei nº9.394, de 20/12/1996.
7	Núcleo Docente Estruturante	Atendendo a Resolução CONAES nº1 de 17/06/2010, que determina que o NDE deve ser constituído de no mínimo 5 docentes, sendo pelo menos 60% de seus membros com pós-graduação stricto sensu; todos em regime parcial ou integral e pelo menos 20% em tempo integral. O NDE do curso foi criado em 13/08/2008.
8	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia	Não se aplica
9	Carga Horária mínima, em horas- para os Cursos Superiores de Tecnologia.	Não se aplica
10	Carga Horária mínima, em horas- para Bacharelados e Licenciaturas	De acordo com a Resolução CNE/CES nº 04/2009, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação o curso avaliado possui a carga horária de 3200 h.
11	Tempo de Integralização	De acordo com a Resolução CNE/CES nº 04/2009, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos a integralização e duração dos cursos de

		graduação o curso avaliado possui a integralização mínima 4 anos.
12	Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida	<p>A Fametro possui um Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações foram retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal e pedagógica para onde convergem todos os esforços para garantir acesso ao currículo nos aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>3 Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos,</li> <li>4 Adequação nos mobiliários e equipamentos,</li> <li>5 Adequação de objetivos,</li> <li>6 Adequação de conteúdos,</li> <li>7 Adequação de métodos e didática,</li> <li>8 Adequação nas avaliações,</li> <li>9 Adequação de tempo.</li> </ul>
13	Disciplina de LIBRAS	Segundo o Decreto nº 5.626/2005 para os cursos de bacharelado, LIBRAS poderá ser ofertada como disciplina, e no caso do curso avaliado encontra-se na matriz curricular que consta no PPC.
14	Prevalência de Avaliação Presencial para EAD	Não se aplica
15	Informações Acadêmicas (Portaria nº 40)	<p>A Fametro disponibiliza todas as informações descritas na Portaria nº 40 de 12/12/2007 Art. 32. Após a autorização do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento.</p> <p><b>§ 1º A instituição deverá afixar em local visível junto à Secretaria de alunos, mural com as condições de oferta do curso, informando especificamente o seguinte:</b></p> <p>I - ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União;</p>

		<p>II - dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;</p> <p>III - relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;</p> <p>IV- matriz curricular do curso;</p> <p>V - resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC, quando houver;</p> <p>VI - valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional.</p> <p><b>§ 2º A instituição manterá em <u>página eletrônica própria</u>, e também na <u>biblioteca</u>, para consulta dos alunos ou interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações referidas no §1º, além dos seguintes elementos:</b></p> <p>I - projeto pedagógico do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;</p> <p>II - conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Estatuto ou Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC;</p> <p>III - descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;</p> <p>IV - descrição da infra-estrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infra-estrutura de informática e redes de informação.</p>
16	Políticas de Educação Ambiental	Conforme a Lei 9.795 de 27/04/1999 e Decreto nº 4.281 de 25/06/2002, as políticas de Educação Ambiental não são trabalhadas como disciplinas e no curso avaliado são realizadas atividades temáticas por meio da pedagogia de projetos de forma transversal, conforme regulamento anexo no PPC e nos projetos e relatórios de atividade apresentados em visita in loco. E

		confirmado por docentes e discentes. E as atividades transversais sobre Educação Ambiental constam da tabela a seguir.
17	Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.	Não se aplica

## 4.2 Programas Institucionais

### 4.2.1 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A FAMETRO tem o compromisso com a constante valorização do ser humano por meio da educação superior na Região Amazônica, qualificando mão de obra para organizações públicas, privadas, ONGs e empreendimentos próprios. Entretanto, entendemos que nosso compromisso vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado de trabalho como forma de avaliar a contribuição de nossos cursos para este processo.

Neste contexto, a Instituição optou por adotar uma pesquisa de acompanhamento de egressos dividido em duas etapas: a primeira levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da FAMETRO estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Este programa tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da FAMETRO como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Os objetivos específicos do programa estão pautados em:

- ▶ Quantificar os egressos dos cursos da FAMETRO que estão atuando no mercado de trabalho na área em que se graduaram.
- ▶ Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de carreira
- ▶ Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de remuneração
- ▶ Avaliar a contribuição do curso para a empregabilidade do egresso

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da FAMETRO será relevante uma vez que atenderá aos interesses do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as IES privadas; para a própria FAMETRO que terá dados para avaliar seus cursos; para o mercado de trabalho local que poderá contar com uma IES preparando mão de obra alinhada com os requisitos atuais do mercado de trabalho e ainda; para os próprios acadêmicos que poderão ser beneficiados por meio de informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

Afinal a FAMETRO entende que sua responsabilidade social é a contribuição com o desenvolvimento da região amazônica por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

A metodologia desta atividade será baseada em uma pesquisa a ser realizada junto aos egressos dos cursos de graduação da FAMETRO. Consistirá na aplicação de formulário de pesquisa sobre os dados dos egressos em duas etapas, a saber: 1ª. Etapa – levantar a condição profissional de ingresso do aluno na IES com turmas formandas; 2ª. Etapa – levantar a ascensão profissional das mesmas turmas na condição de egressos quanto à carreira e à remuneração para identificar as necessidades do curso na formação do aluno.

Após levantamento os dados da primeira e segunda etapa serão comparados para avaliar de que forma os cursos de graduação da FAMETRO estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Será lançado o edital de pesquisa para alunos com interesse em participação voluntária nos projetos de acompanhamento de egressos dos respectivos cursos, na formação do banco de dados dos egressos, envio dos questionários e tabulação dos dados dos questionários devolvidos e que terão horas complementares na realização destas atividades.

Depois de aplicado o formulário de pesquisa, os dados serão tabulados pelos alunos voluntários sob a orientação de um professor que irá tratar estatisticamente os dados levantados e tabulados.

Para a sensibilização da importância da pesquisa será realizado um evento ao final de cada semestre aos pré-egressos para homenageá-los com uma Aula da Saudade ministrada por professores do curso escolhidos pelos próprios alunos, na ocasião será ministrada uma palestra sobre a importância da educação continuada para a empregabilidade dos mesmos e na oportunidade será discorrido sobre a importância da pesquisa de acompanhamento ao egresso como forma de subsídio para a melhoria contínua do curso.

Espera-se com este programa de acompanhamento dos egressos obter subsídios para a melhoria contínua dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da FAMETRO de

forma a manter a relação entre a qualificação de profissionais com empregabilidade para o mercado de trabalho local.

#### 1. Atuação Dos egressos Da IES No Ambiente Socioeconômico.

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio-afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é requerida ao egresso a capacidade de:

- a) dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- b) desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;
- c) exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;
- d) ter atitudes inovadoras e criativas;
- e) utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;
- f) saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- g) integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- h) atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;
- i) compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;
- j) compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- k) desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;
- l) atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

## 4.2.2 PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

### DISPOSIÇÃO GERAL

O Programa de Acessibilidade e Inclusão caracteriza-se como um projeto em contínua revisão, com o objetivo de promover ações para a acessibilidade e inclusão dos acadêmicos e colaboradores com deficiência física, intelectual ou sensorial. A fim de que o acadêmico ou colaborador com deficiência possa desfrutar, com autonomia, facilidade e dignidade, dos espaços e atividades acadêmicas em geral ou laborais.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Artigo 101, Capítulo I, acessibilidade e inclusão *“é a condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência.”*

O trabalho psicopedagógico realizado junto aos acadêmicos para a viabilização do **direito de acesso à educação**, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) se dá por meio de uma **planificação pedagógica diferenciada** que proporciona **acesso ao currículo** e aos **elementos curriculares**. Isso, a partir das características de desenvolvimento de cada um dos grupos das deficiências que, por sua vez, em função de suas características, apresentam **necessidades educacionais especiais** no processo pedagógico, na totalidade ou em determinados momentos deste trabalho, conforme as disposições apontadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Especial e nas recentes Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica, dentre outras.

De acordo com a Lei 10.098/00, **acessibilidade** é a possibilidade e a condição de alcance, para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 2º, inc. I). Do ponto de vista social, ela é um dos instrumentos essenciais para que as pessoas com deficiência possam exercer seus mais variados direitos na convivência com os demais cidadãos.

A IES entende que o "direito ao acesso" está diretamente relacionado ao "direito à eliminação de barreiras" que impedem as pessoas de ir e vir e de usufruir de tudo aquilo que compõem o cenário social da cidadania. De acordo com a lei mencionada, barreiras são qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas (art. 2º, inc. II).

Assim, ações são projetadas para a eliminação de barreiras. O entendimento que perpassa este trabalho psicopedagógico, atende ao **princípio da equidade**, pelo qual há o reconhecimento das diferenças entre os alunos e da respectiva necessidade de haver condições diferenciadas, reconhecendo o direito à igualdade de oportunidades de acesso ao currículo escolar aliado ao reconhecimento e respeito às singularidades.

Do ponto de vista educacional, os desafios em relação à acessibilidade são variados, pois as instituições de ensino, da educação básica à superior, terão de lidar com a eliminação de várias barreiras, desde as de caráter arquitetônico até as encontradas na comunicação e nas atitudes. Por isso o Programa trabalha, de forma crescente, com a acessibilidade viável nas áreas comunicacional, arquitetônica, programática, informacional, metodológica e atitudinal.

Resumidamente, o Programa de Acessibilidade e Inclusão propõe e gerencia a eliminação barreiras arquitetônicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais, tanto na sala de aula quanto nas demais dependências da IES, buscando sempre recursos e estratégias que promovam acesso e permanência dos acadêmicos e colaboradores com deficiência em todo contexto educacional e laboral.

### **a) Objetivo Geral**

Efetivar uma política de acessibilidade e inclusão aos acadêmicos e colaboradores com deficiência, promovendo ações que garantam a acessibilidade física, pedagógica e nas comunicações e informações, na FAMETRO.

### **b) Objetivos Específicos**

- a) Efetivar a política de inclusão das pessoas com deficiência na IES;
- b) Promover a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.
- c) Despertar o convívio com a diferença e facilitar o convívio com a diversidade;
- d) Garantir a educação inclusiva;
- e) Adquirir e assegurar a tecnologia assistida e a comunicação alternativa;
- f) Apoiar funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo;
- g) Garantir a segurança e integridade física de pessoas com deficiência.

### **c) Das Ações do Programa**

Assim o Programa supervisiona:

- a) A eliminação de barreiras físicas nas edificações;
- b) A garantia do pleno uso dos recursos de mobilidade, com o acesso e prioridade aos elevadores e rampas;
- c) A adequação dos sanitários aos cadeirantes e alunos com baixa visão;
- d) A acessibilidade aos materiais e recursos de aprendizagem como: textos digitalizados; lupa eletrônica, “Ledor” e de interprete para a língua de sinais – Libras;

e) Mobiliário adequado nas áreas de atendimento e sala de aula.

Assim o Programa promove:

- r) A promoção de Projetos de Sensibilização,
- s) Formação e Capacitação de Professores e Funcionários da IES em Atendimento Inclusivo e que assegure a Acessibilidade.
- b) Realizar semestralmente um “Censo” de estudantes de graduação e pós-graduação, professores e funcionários técnico-administrativos com deficiência;
- c) Projetos de Comunicação e Eventos Relativos à Inclusão e Acessibilidade.

## 4.2.3 PROGRAMA DE MONITORIA

### INTRODUÇÃO

O presente Programa visa proporcionar aos professores orientadores e alunos-monitores da FAMETRO – FAMETRO - informações sobre a MONITORIA, entendida como possibilidade de aprofundamento da formação acadêmica do aluno de graduação.

#### 1- O QUE É MONITORIA

A Monitoria é a modalidade de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos alunos regularmente matriculados. Objetiva despertar o interesse pela docência, mediante o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas dos cursos, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente.

#### 2- DEFINIÇÕES

**Monitoria** - é o treinamento para a docência e/ou a pesquisa.

**Monitor** - é o aluno regularmente matriculado no curso de graduação, admitido para auxiliar trabalhos de ensino, devendo estar ligado à disciplina e ao orientador.

**Orientador** – é o professor responsável pela disciplina, objeto da monitoria, orientando o monitor no aprofundamento dos conhecimentos específicos, consolidando estes conhecimentos à identificação do aluno com a disciplina, e a melhoria do rendimento acadêmico escolar dos envolvidos.

**Função** – a função da monitoria é exclusivamente auxiliadora, sendo proibido que o monitor, mesmo eventualmente, substitua o professor em atividade de magistério. Em hipótese alguma dar aulas, até porque ele ainda não tem a necessária formação para isto. **Monitor é admitido para auxiliar trabalhos de ensino e pesquisa.**

#### 3 - MONITORIA: FORMA ALTERNATIVA DE TRABALHO PEDAGÓGICO

A prática da Monitoria no contexto educativo data de longo tempo e se define como ***processo pelo qual alunos auxiliam alunos na situação ensino-aprendizagem.*** Nos últimos anos, com o desenvolvimento do pensamento pedagógico de orientação crítico-progressista, procedimentos monitoriais vêm ganhando espaço no contexto da realidade educacional das instituições de educação superior. A monitoria, como procedimento pedagógico, tem

demonstrado sua utilidade, à medida que atende às dimensões “política, técnica e humana da prática pedagógica” (CANDAU:1986, p.12-22).

#### **4 - QUEM É O MONITOR DA FAMETRO?**

É o aluno de graduação concursado para exercer, juntamente com o professor, atividades técnico-didáticas condizentes com o seu grau de conhecimento junto à determinada disciplina, já por ele cursada.

**O MONITOR NÃO SUBSTITUI O PROFESSOR NA DISCIPLINA.**

#### **5 - COMPETÊNCIAS E DEVERES DO PROFESSOR – ORIENTADOR**

- a)** Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;
- b)** Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;
- c)** Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;
- d)** Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;
- e)** Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;
- f)** Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes.

**g)** Apresentar à Coordenação do Programa, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

**É VETADO AO MONITOR MINISTRAR AULAS TEÓRICAS, BEM COMO, EXECUTAR TAREFAS DE AULAS PRÁTICAS E SEMELHANTES, SEM A SUPERVISÃO DO PROFESSOR DA DISCIPLINA.**

## **6 – INSCRIÇÕES**

Poderá inscrever-se a uma vaga na monitoria, o aluno que atenda aos seguintes requisitos:

- ter cursado a disciplina objeto da seleção;
- ter sido aprovado com nota igual ou superior a oito (5.0) na disciplina em que esteja se candidatando;
- não ter sofrido qualquer tipo de penalidade, e estar quites com as obrigações financeiras perante a FAMETRO.

## **7 - SELEÇÃO**

A seleção é realizada **anualmente**, em época estabelecida em Calendário.

## **8 - ATRIBUIÇÕES DO ALUNO MONITOR**

- Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes.
- Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas.
- Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador.

d) Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações.

e) Entregar mensalmente frequência e relatório assinada pelo professor-orientador a coordenação responsável pela monitoria;

f) Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, **podendo ser renovado** por mais 06 (seis) meses;

## **9 - ORIENTAÇÃO**

O monitor exerce suas atividades sob a supervisão do professor orientador, responsável pela disciplina. Cabe ao professor orientador pronunciar-se sobre o desempenho do monitor, ao final do semestre letivo.

## **10 - CONTROLE**

Ao término do ano letivo o professor orientador apresenta em um único relatório a avaliação da monitoria, avaliação do monitor e atividades desenvolvidas por ambos.

## **11 - JORNADA E EXERCÍCIO DA MONITORIA**

O monitor exercerá suas atividades sem qualquer vínculo empregatício com a FAMETRO. Cumprirá a sua jornada em horário não conflitante com o de suas aulas, **60 horas semestrais**, distribuídas entre suas diversas atividades, e dentro de suas conveniências.

Ao professor orientador compete encontrar-se com o aluno monitor **1 hora por semana**, dentro de suas conveniências.

## **12 - CANCELAMENTO DA MONITORIA**

O monitor poderá ser suspenso da monitoria quando:

- I- Sofrer suspensão de caráter disciplinar;
- II- Revelar conduta incompatível com a ordem interna;
- III- Trancar a matrícula, abandonar ou solicitar transferência de Curso;
- IV- Ficar inadimplente por mais de 90 dias.

O monitor poderá solicitar dispensa da Monitoria a qualquer momento, para tanto, comunicará seu afastamento com antecedência de 30 dias, por escrito à coordenação do curso a que pertence, e este, comunicará à coordenação do Programa para as providências cabíveis.

O monitor fica ciente que, uma vez dispensado das atividades da monitoria, não receberá nenhum tipo de certificado e/ou horas contabilizadas como monitoria.

### **13- CERTIFICAÇÃO DA MONITORIA**

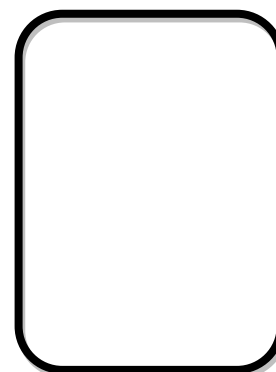
O aluno receberá, após o seu tempo de monitor, um certificado de monitoria contendo a disciplina e a carga horária da mesma, assinado pela Coordenador do Programa e pelo Diretor Geral da Instituição.

A certificação é outorgada aos discentes que possuem avaliação de desempenho positiva.

**FAMETRO  
PROGRAMA DE MONITORIA  
MANAUS - AM**

**CURSO DE .....**

**CADASTRO DO(A) MONITOR(A)**



Ano do programa:

---

**DADOS GERAIS**

---

Curso:

---

Disciplina:

---

Nome do Aluno(a) Monitor(a):

---

Nº da matrícula:

---

Telefone:

---

E-mail:

---

Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):

---

E-mail:

---

Telefone para contato:

---

Manaus – AM

**FAMETRO**  
**PROGRAMA DE MONITORIA**  
**MANAUS - AM**  
**TERMO DE COMPROMISSO**

Nome completo do(a) Aluno(a):

Nº de Matrícula:

Curso:

Período:

Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):

Disciplina objeto de monitoria:

Período da disciplina objeto de monitoria:

Conhecendo as normas que regem o Sistema de Monitoria da FAMETRO – FAMETRO, de acordo com o edital ou outro documento normatizador emitido pela instituição, comprometo-me a cumpri-los, e declaro-me ciente de que a participação no programa de monitoria voluntária não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a minha pessoa e a FAMETRO.

Manaus, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Monitor(a)

**FAMETRO**  
**RELATORIO MENSAL DE MONITORIA**

<b>Monitor (a)</b>	
<b>Orientador (a)</b>	
<b>Disciplina</b>	

<b>MÊS</b>	<b>ATIVIDADE/TEM DESENVOLVIDO NA MONITORIA</b>	<b>CH</b>	<b>CURSO/TURNO</b>

Manaus, em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Monitor**

**Orientador**



## 4.2.4 PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA ENSINO E EXTENSÃO

### APRESENTAÇÃO

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

#### ▶ JUSTIFICATIVA

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, pudemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino, ou porque na pós-graduação acentuase a pesquisa. A segunda ideia, decorrente

de nossa experiência, é de que o estágio de docência na pósgraduação é uma excelente oportunidade de praticar a indissociabilidade defendida. A apresentação de nossa experiência pretende demonstrar esse argumento.

Tratar de indissociabilidade na universidade é considerar necessariamente dois vetores de um debate: de um lado, as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão; e, de outro, confluindo para a formulação de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade em geral. Cumpre, portanto, considerar brevemente esse debate para melhor entender por quê, apesar de ideal, a pretendida indissociabilidade muitas vezes não se verifica na prática. Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história. Por sua vez, Magnani (2002) indica que, nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais (Silva, 2000). Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

A perspectiva de um conhecimento “pluriversitário” não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente Santos (2004), a própria universidade se renova nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária. Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino, permitindo ao fim um diálogo que, nas palavras de Santos (2004), substitui a unilateralidade pela interatividade. O que a longo prazo trará benefícios aos acadêmicos, aos docentes, e as comunidades envolvidas.

Neste sentido, entendemos que as Clínicas que prestam serviço a Comunidade em Geral são espaços privilegiados para o desenvolvimento de projetos que trabalhem intensamente na perspectiva da interatividade expressa aqui. Além disso, a FAULDADE FAMETRO, dispõe de um

Núcleo de Extensão e um Núcleo de Pesquisa e Inovação Tecnológica, os quais sobre a coordenação de ensino executam trabalhos também na dimensão da interatividade.

#### ▶ **OBJETIVO**

OBJETIVO GERAL: Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

#### ▶ **METODOLOGIA DO PROGRAMA**

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEE devem ter como princípio os seguintes princípios:

I. **Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.** O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

- relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico;

II. **Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas.** A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade;

III. **Compromisso Social da IES na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população.** A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;

- IV. Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico.** As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;
- V. Incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.** O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades impares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da Amazônia, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

Os Projetos atenderão a Editais Específicos do PAPEE, de caráter anuais, publicados pela IES, indicando as linhas de trabalho anuais, o quantitativo de recurso disponível para as atividades, o número de participante e os critérios de avaliação das propostas encaminhadas.

#### **4.2.5 PROGRAMA DE NIVELAMENTO**

##### **a) APRESENTAÇÃO**

Ao ingressar em uma Instituição de Ensino Superior o aluno depara-se com uma realidade não apenas diferente, mas desafiadora, que em alguns casos termina por levá-lo a abandonar os estudos.

As dificuldades em acompanhar as disciplinas ministradas constituem-se em um dos fatores que levam o aluno a desistência pois, junto com as dificuldades surgem os sentimentos de incompetência e por conseqüência o desinteresse e a reprovação.

Entendemos que estas dificuldades resultam da baixa qualidade do ensino que a maioria dos alunos recebem desde as séries iniciais, bem como de situações como

distorção idade-série que culminam com conclusão do ensino fundamental e médio através de programas supletivos.

O que percebemos é que a formação oferecida nos ensinos fundamental e médio deixa ainda muito a desejar, sendo comuns as queixas dos docentes do ensino superior quanto às falhas de formação e ao baixo nível apresentado pelos alunos, sobretudo no início da vida acadêmica. Grande parte deles são alunos que não conseguem organizar bem as idéias por escrito, cometem muitos erros gramaticais e ortográficos e apresentam, ainda, falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros.

A Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO procurando lidar com esta realidade e em função disto instituiu, para seus alunos, o Projeto Institucional de Nivelamento, que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação, como aluno universitário.

O Projeto Institucional de Nivelamento da FAMETRO, faz parte do Programa de Apoio aos Discentes e tem por função propiciar ao aluno o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos no ensino superior.

#### **2. OBJETIVOS**

- a)** Contribuir para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores;
- b)** Ajudar os acadêmicos a realizar um curso superior de qualidade;
- c)** Oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

### **3. METODOLOGIA**

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa freqüentar mais de uma disciplina.

Os cursos de nivelamento serão ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos.

O programa será oferecido em caráter opcional, mediante divulgação de edital e aplicação de prova para seleção dos participantes. O aluno selecionado que não desejar participar deverá requerer sua dispensa do projeto.

### **4. PÚBLICO ALVO**

Alunos regularmente matriculados em qualquer semestre.

### **5. FORMA DE INGRESSO**

O aluno apresentar dificuldades em acompanhar qualquer uma das disciplinas durante o curso poderá requerer sua matrícula via requerimento interno diretamente na coordenação de seu curso.

### **6. AVALIAÇÃO**

A Avaliação como processo acontecerá através do desempenho do aluno nas aulas de nivelamento e do acompanhamento do aluno nas disciplinas do seu curso.

#### 4.2.6 PAD – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DISCENTE

O Programa de Apoio ao Discente – PAD se divide em três eixos:

##### Eixo 01 - ATIVIDADES EXTRACLASSE

- a) **Academia de oratória:** A Academia de Oratória Rui Barbos, proporciona aos alunos um local para aprender e treinar técnicas de oratória. O trabalho compreende a ação conjunta com a Oficina de Redação, que busca desenvolver a produção de diferentes gêneros textuais. A Academia também é itinerante, com o objetivo de levar a oratória a vários locais, sempre buscando parcerias e divulgando o trabalho da Escola.
- b) **Grupo Poetando:** Através da escrita e declamação de textos literários, os alunos desenvolvem a criatividade, sensibilidade e expressão oral. O grupo se reúne uma vez por semana para estudar novos textos e ensaiar com o objetivo de preparar as apresentações em vários locais.
- c) **Grupo Voz e Vida:** Atividade de Canto e Educação Vocal com a formação do Coral composto por alunos da IES.
- d) **Intercâmbio acadêmico:** Com o objetivo de ampliar o vocabulário das línguas inglesa e espanhola e de proporcionar o contato com diferentes culturas e pessoas, a FAMETRO, busca incentivar os alunos a participarem de viagens internacionais, cursos e eventos de disseminação das línguas estrangeiras desenvolvidas em convênio com o Centro de Idiomas. Também é previsto a recepção de intercambistas de diferentes países para a convivência com os alunos. (Vide Regulamento de Intercâmbio e Ações de Internacionalização)
- e) **Oficina de artes:** A Oficina de Artes tem como objetivo apresentar ao aluno a possibilidade criativa e artística, com o uso de materiais alternativos e reciclados, construindo uma conscientização e contribuindo com um mundo sustentável e, também, a oficina de cerâmica que é uma das artes mais antigas. As propostas têm o intuito de despertar nos alunos o interesse pelas artes visuais.
- f) **Oficina de teatro:** A Oficina de Teatro tem como objetivo formar grupos de teatro com os alunos da FAMETRO interessados na arte da interpretação, representação e de construir uma plateia, fomentando o fazer teatral na escola e na comunidade escolar. O grupo de teatro representa a IES em diferentes eventos.
- g) **Orientação profissional:** Escolher uma profissão é a passagem para o mundo adulto e, a decisão da escolha, marca o ingresso no caminho da construção para o trabalho e a sua independência. A Fametro, preocupada com esse momento tão especial para o jovem, coloca à disposição vários serviços para ajudá-lo em suas escolhas e no desenho de seu projeto de vida.

**8** Curso de Formação Profissional (20h/a), com certificação.

**9** Orientação Profissional em acompanhamento com o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade.

**10** Visitas aos cursos da Universidade.

**11** Palestras sobre assuntos da atualidade.

**12** Rodada de conversa com Profissionais

- h) Escola de Líderes: Desenvolver Líderes a partir do aperfeiçoamento o conhecimento sobre liderança de equipes, dos diferentes estilos de liderança e do adequado planejamento dos processos e atividades, visando à melhoria do desempenho dos representantes de turma junto aos seus representados.
- i) Diretório Acadêmico e Apoio a Representatividade discente: A FAMETRO compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.
- j) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

## EIXO 02 – ATENDIMENTO PEDAGÓGICO; ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E ACESSIBILIDADE

- a) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade: A finalidade do NAPA é orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo discente, docente e técnicos administrativos da faculdade. Para os casos que se fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAP deverá sugerir o devido encaminhamento. Seu objetivo geral é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.
- b) Núcleo de Orientação à Pesquisa e Inovação: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.
- c) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados

apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

- d) Ações de Acolhimento aos Ingressantes: O Programa de Apoio ao Discente prevê a realização de atividades de acolhimento aos Ingressantes como a Recepção de Calouros e o oferecimento de oficinas específicas na área da leitura, escrita e cálculo, através do nivelamento acadêmico.
- e) Ações de Acompanhamento de Egressos: O Programa de Apoio ao Discente também prevê assistência aos alunos egressos, com a oferta de palestras para orientação de carreira e ainda com ações de promoção de empregabilidade realizadas anualmente pela instituição. Ademais os alunos egressos efetivamente cadastrados fazem parte da política de descontos na pós-graduação e eventualmente em outros cursos da instituição. A FAMETRO está implantando Programa de Acompanhamento dos Egressos, tendo como objetivo estreitar o relacionamento entre a Instituição e seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis. Bem como analisar a inserção do egresso no mercado de trabalho. Para tanto, foram adotadas algumas ações, tais como:
  - f) Criação de base dados, com informações atualizadas dos egressos;
  - g) Criação de núcleo de ex-alunos, a fim de manter diálogo constante com os mesmos, oferecendo espaços de debates sobre sua vida profissional e atuação social;
  - h) Disponibilização aos egressos de informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela FAMETRO, a fim de promover relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos;
  - i) Aplicar pesquisa com egresso sobre inserção no mercado de trabalho.
- j) Além disso, o Programa de Acompanhamento do Egresso, busca viabilizar uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.
- k) Atividades de Nivelamento: Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no Curso da FAMETRO oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar

atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

- l) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.
- m) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.
- n) Programas de Apoio Financeiro: Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.
- o) Bolsa de Iniciação Científica: A FAMETRO, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. O PIBIC é um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.
- p) Política de Desconto: A FAMETRO mantém uma política de desconto de 15%, sendo 10% para o vencimento e 5% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 20%. Convênios Empresa por Contrato; Convênio alunos Cemetrol, Cejur e Pós-Graduação.
- q) Programas de Financiamento Estudantil: Fies, Prouni e Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus
- r) Acessibilidade (Pedagógica e atitudinal) : Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: A FAMETRO por meio de sua clínica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe

multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.

- s) Internacionalização e Mobilidade: A IES possui convênio com a Universidade Nihon Gakko e com o Programa Ciência sem Fronteiras para intercâmbio acadêmico e todas as matrizes curriculares contam com a disciplina de inglês.

### EIXO 03 – SERVIÇOS ACADÊMICOS

1. Ouvidoria: A Ouvidoria é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa, com atribuições de ouvir, encaminhar, acompanhar reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer dúvidas.
2. Serviço de Atendimento ao Aluno Bolsista: espaço especialmente destinado ao atendimento ao aluno bolsista com profissionais treinados para dirimir todas as dúvidas e facilitar a tramitação de processos de subvenção financeira no âmbito municipal, estadual e federal.
3. Clínicas e Serviços da IES
  - ▶ Clínica Multidisciplinar: Espaço multidisciplinar para orientação psicológica e avaliações nutricionais, respectivamente.
  - ▶ Clínica de Nutrição: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para orientação nutricional
  - ▶ Clínica de Fisioterapia: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para reabilitação fisioterápica
  - ▶ Brinquedoteca: Atendimento de primeiros socorros por enfermeira credenciada ao conselho oferecido aos acadêmicos e funcionários, sem custo financeiro adicional.
  - ▶ Ambulatório: Atendimento aos filhos dos acadêmicos e funcionários destinados à crianças de 4 a 8 anos de idade, sem custos financeiros adicionais.
  - ▶ Núcleo de Práticas Jurídicas: Atendimento e assistência jurídica gratuita, com proteção de serviços à comunidade Manauara.
  - ▶ Portal Acadêmico: Disponibiliza informações e notícias sobre a faculdade, sobre o curso, demais serviços e documentos importantes para o aluno com PDI, Manual do Aluno, PPC, Regulamentos entre outros.
  - ▶ Núcleo de Orientação à Pesquisa: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.

#### 4.2.7 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional: a) conscientização e adesão voluntária, a avaliação deve ser algo conquistado e não imposta, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo; b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores; c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional; d) competência técnico metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a auto avaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características: processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados: contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional; flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos; incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante; ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição: sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Esse cruzamento de dados realizado pela CPA dará lastro para a elaboração de um relatório unificado de auto avaliação, de onde emerge dois tipos de planejamento: Um Plano de Gestão Macro Institucional e um Plano Acadêmico Administrativo de Curso, tendo em vista o fortalecimento contínuo dos cinco eixos deste PDI (Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura)

### 1.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional:

Promover a Cultura da Auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

### 1.2 Objetivos Específicos:

Realizar auto avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Realizar auto avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

### 1.3 Metodologia da avaliação institucional:

O processo de auto avaliação será assumido dentro de duas dimensões. A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco) A segunda dimensão diz respeito ao processo interno de avaliação, o qual se desdobra em dois níveis. O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica avalia os determinantes macro institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

#### 1.3.1 Avaliação Interna são duas:

##### a) Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- Missão Institucional
- Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
- Responsabilidade Social
- A Comunicação com a Sociedade
- Política de Pessoal
- Gestão Institucional
- Infraestrutura
- Planejamento e Avaliação
- Atendimento ao Estudante
- Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela FAMETRO.

O Plano de Gestão Institucional terá como eixos de ação:

Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas

2.1.1 Equipamentos; Máquinas

2.1.2 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estímulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

b) Segundo Nível: Avaliação de Curso: A Avaliação de Curso – Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

1.4 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas.

Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo. Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da FAMETRO e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos,

prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

#### 1.5 Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa:

Visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo.

- I. Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: A comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.
- II. Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:
- III. Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
  1. Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
  2. Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
  3. Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.
- IV. Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter a apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração dos Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- I. Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e etc... As atividade extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.
  
- II. Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem interconceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas

nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extra-curriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extra-curriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- III. Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção do nosso alunos no mundo do trabalho.
- IV. Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- V. Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

- VI. Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.
  
- VII. Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
  
- VIII. Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
  
- IX. Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos.
  
- X. Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

## **4.3 REGULAMENTOS INSTITUCIONAIS**

### **4.3.1 REGULAMENTO DE MONITORIA**

#### **CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS**

Art. 1º. São objetivos da Monitoria:

I – oportunidade ao aluno o desenvolvimento de habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão;

II – assegurar cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções universitárias.

Art. 2º. Cabe ao Monitor auxiliar o corpo docente nas seguintes atividades:

I – tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas, trabalhos didáticos e atendimento a alunos;

II – atividades de pesquisa e extensão;

III – trabalhos práticos e experimentais.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Monitor, auxiliar o corpo discente, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

Art. 3º. É vedado ao Monitor ministrar aulas sem acompanhamento do professor da disciplina.

#### **CAPÍTULO II – DO PROCESSO SELETIVO**

Art. 4º. O processo de seleção aos candidatos às vagas de Monitoria, tem como base nos seguintes critérios:

I – terão oportunidade de inscrever-se, no exame de seleção, o aluno que comprove aprovação na disciplina ou atividade em que pretenda atuar, com coeficiente superior a 7 (sete);

II – a inscrição dar-se-á através das orientações publicadas no edital da Diretoria, onde será fixado o número de vagas;

III – o processo de seleção será organizado e aplicado por uma comissão composta de, no mínimo, três professores, designada pelo Diretor.

Parágrafo único. Cabe ao Diretor homologar a classificação indicada pela comissão.

#### **CAPÍTULO III – DO REGIME DE TRABALHO**

Art. 5º. O Monitor exerce suas atividades sem qualquer vínculo empregatício, cabendo à Mantenedora aplicar, ao exercício da Monitoria, os mesmos critérios adotados para os estagiários.

§1º. O Monitor exercerá suas atividades sob orientação de professor responsável pela disciplina ou atividade.

§2º. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes.

§3º. As atividades de Monitor obedecem, em cada semestre, ao plano estabelecido pelo professor, aprovado pela Coordenação respectiva.

#### **CAPÍTULO IV – DA BOLSA DE MONITORIA**

Art. 6º. Para o exercício de suas funções, ao Monitor será concedida uma bolsa, cujo valor é fixado pela Diretoria, obedecido o orçamento anual.

Parágrafo único. A renovação da bolsa de Monitoria depende do desempenho do Monitor, conforme avaliação da Coordenadoria.

#### **CAPÍTULO V – DA COMPETÊNCIA DAS COORDENAÇÕES**

Art. 7º. Compete às Coordenações:

I – recrutar e selecionar monitores, obedecidas as normas fixadas pela FAMETRO;

II – aprovar os planos de trabalho dos monitores, elaborado pelos professores orientadores;

III – supervisionar o desempenho dos monitores e promover sua avaliação, ao final de cada semestre letivo;

IV – controlar e encaminhar a frequência dos monitores ao setor competente;

V – promover a substituição dos monitores que deixarem o programa; e

VI – expedir e registrar o Certificado de Monitoria aos que integralizarem, no mínimo, um semestre de efetivo trabalho.

#### **CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 8º. A bolsa de monitoria tem a duração de um semestre letivo, podendo ser renovada.

Art. 9º. A Instituição adotará as providências necessárias, para assegurar aos monitores, seguro contra acidentes pessoais.

Art. 10. Este regulamento entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Além destas, a FAMETRO oferece bolsas de estudo oriundas do Governo Federal, Financiamento Estudantil/FIES, e ainda, além de estabelecer convênios com empresas de médio e grande porte com política de desconto, como também disponibiliza bolsas de estudo a seus funcionários que variam de 20% a 100% de desconto.

Quanto às bolsas de trabalho, a Instituição tem estabelecido convênios e contatos permanentes com órgãos de apoio a estágios, objetivando perspectivas para seus estudantes, além de parcerias com organizações do primeiro, segundo e terceiro setor que recrutam estagiários.

## **REGULAMENTO DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO**

Diante do panorama atual da Educação Básica, é possível dizer que o estudante ingressa no ensino superior com uma base que é peculiar a cada pessoa, tendo em vista as diferenças individuais. Esta variabilidade, certamente, constitui-se em evidência que precisa ser considerada na organização e desenvolvimento das ações curriculares face aos objetivos do êxito acadêmico desejados.

Nesta perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos Cursos de Graduação da Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO estão estruturados de modo a contemplarem, em sua organização e dinamização, as diversidades cognitivas dos discentes. Deste modo, o processo de Nivelamento Institucional da FAMETRO consiste em subsidiar os alunos de elementos básicos da Matemática, da Leitura, Interpretação e Escrita de forma que o aluno consiga prosseguir em seus estudos.

Art. 1º. A FAMETRO proporcionará aulas de Nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática sempre que houver turmas ingressantes na Instituição.

Art. 2º. O Projeto de Nivelamento também será oferecido aos alunos de outros semestres que não sejam os iniciais, desde que comprovadas as necessidades.

Art. 3º. Os alunos serão convidados à participar do Projeto, excluindo a possibilidade de obrigatoriedade.

Art. 4º. A Coordenação dos Cursos se responsabilizará por acompanhar junto aos professores a frequência e o desenvolvimento dos alunos participantes do Projeto Institucional de Nivelamento.

Art. 5º. Os docentes envolvidos no Projeto Institucional de Nivelamento serão indicados pela Direção de Ensino da FAMETRO.

Art. 6º O Curso de Nivelamento elaborará um programa de conteúdos que sejam comuns a todos os Cursos da Instituição, conteúdos básicos para a formação acadêmica do aluno.

Art.7º A avaliação do Projeto ocorrerá de modo indireto, ou seja, por meio da relação entre controle de frequências e desempenho nas disciplinas regulares do Curso.

Art.8º As aulas ocorrerão aos sábados em horário que não conflite com as atividades acadêmicas.

Art. 9º. As aulas são oferecidas gratuitamente aos alunos e contam com a orientação e acompanhamento de docentes qualificados e com experiência para identificar as dificuldades que interferem no desempenho acadêmico dos alunos e sugerir mecanismos adequados de estudos.

Art. 10º. O docente responsável pelo Projeto de Nivelamento poderá ser auxiliado por um monitor, desde que seja comunicada a Direção de Ensino e apresentada a justificativa.

Art. 11º. Os projetos serão desenvolvidos pelos docentes envolvidos no Programa a partir da identificação das necessidades dos alunos.

Art. 12º. Os casos omissos deste regulamento, alterações, novas diretrizes e quaisquer outras inclusões, deverão se dar por meio de deliberação do Conselho Acadêmico.

#### **4.3.2 NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

##### **Objetivos:**

- a) Desenvolver aspectos referentes à comunicação, estilo, parágrafo e frase, fornecendo ao aluno um embasamento teórico-prático para a comunicação oral e escrita.
- b) Proporcionar diversos tópicos gramaticais, uma vez que a gramática, não sendo considerada um fim em si mesma, é um meio para que se atinja o que se convencionou chamar de expressão correta de acordo com a língua-padrão.

##### **Ementa:**

Leitura e interpretação de textos. A construção do parágrafo. Variação lingüística. A coerência e a coesão textual. Estrutura do texto dissertativo. Concordância nominal e verbal. Ortografia. Acentuação e crase. Pontuação.

#### **NIVELAMENTO EM MATEMÁTICA**

##### **Objetivos:**

- a) Propiciar aos alunos a manutenção de conceitos matemáticos elementares.
- b) Compreender as diferentes representações dos números racionais, sobretudo a decimal e suas operações.
- c) Resolver problemas envolvendo regra de três e casos de razões e proporções.
- d) Compreender o conceito e as técnicas de resoluções de equações de grau 1 e 2.

### **4.3.3 REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO À PESQUISA E INOVAÇÃO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Dos Objetivos**

Art. 1º – O objetivo do presente Regulamento é regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, estrutura administrativa, critérios de avaliação, formas de institucionalização e instrumentos de apoio à pesquisa, de acordo com o estabelecido no REGIMENTO DA FAMETRO.

Art. 2º – Objetivo do Núcleo de Pesquisa – NOPE é promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo docente e discente construindo o saber local necessário para transformação de uma sociedade sustentável respeitando os princípios éticos e aprimorando os processos de ensino, aprendizagem e extensão.

#### **Capítulo II**

##### **Das Definições**

Art.3º - Para efeito de entendimento define-se:

1. A COMISSÃO DE PESQUISA é responsável pela elaboração, para cada período letivo, os documentos de Planejamento Estratégico deliberar sobre os critérios de alocação de cargas horárias, no tocante às atividades de ensino, pesquisa e orientação, de acordo com as necessidades de cada semestre e decidir sobre casos omissos neste Regulamento.
2. O COORDENADOR DE PESQUISA é o docente responsável pelo funcionamento das atividades de pesquisa do núcleo.
3. O PROFESSOR PESQUISADOR é o docente que integra o quadro de professores pesquisadores da FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS.
4. O PESQUISADOR COLABORADOR é o profissional que participa das atividades de pesquisa sem integrar o quadro de professores pesquisadores da Instituição.
5. O ASSISTENTE DE PESQUISA é o profissional designado para exercer funções auxiliares no âmbito de um grupo de trabalho registrados e credenciados nos órgãos competentes.

6. O DISCENTE PESQUISADOR é o aluno voluntário ou bolsista selecionado para o desenvolvimento das etapas da pesquisa conforme o regulamento do núcleo.

### **CAPITULO III**

#### **Da Estrutura Administrativa**

Art. 4º – O Núcleo de Pesquisa (NOPE) é subordinado à Direção Geral da FAMETRO.

Art. 5º – Subordinam-se ao NOPE:

- a) O Programa Metropolitano de Iniciação Científica (PROMIC);
- b) O Programa de Pesquisa Científica (PP);

§ Parágrafo Único: Para as pesquisas realizadas com seres humanos e animais, serão utilizados os seguintes comitês: Comitês de Ética de Instituições Públicas e Privadas do Estado do Amazonas.

Art. 6º – A Comissão de Pesquisa (CP) será composta pelo coordenador do NOPE e o coordenador de cada curso da Fametro, e um professor com dedicação integral representando as áreas de Ciências Exatas (*Engenharia Civil, Sistema de Informação e Química*), Ciências Humanas (*Pedagogia e Psicologia*), Ciências da Saúde (*Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição*), Ciências Sociais Aplicadas (*Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Direito, Serviço Social e Turismo*), um docente de língua portuguesa e um professor de metodologia da pesquisa científica.

§ Parágrafo Único: O ingresso dos representantes das áreas será através de eleição do seu colegiado cujo mandato será de dois anos com direito a reeleição.

Art. 7º – O Núcleo de Pesquisa será constituído com a seguinte estrutura administrativa:

- Coordenador de Pesquisa;
- Comissão de Pesquisa;
- Pesquisadores Docentes;
- Pesquisadores Discentes;

### **CAPÍTULO IV**

#### **Das competências**

Art. 8º A competência do Coordenador está baseada nas seguintes premissas:

- Elaborar o calendário de atividades científicas em cada período letivo.
- Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos projetos de pesquisa oriundos da PP e PROMIC submetidos ao NOPE.
- Deliberar sobre os critérios de seleção e alocação de cargas horárias de cada projeto.

- Regularizar, acompanhar e documentar todos os relatórios técnicos científicos.
- Resguardar as pesquisas de violações éticas e, ainda, buscar consolidá-las em relação aos seus conteúdos e formatação metodológica.
- Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos PP e PROMIC submetidos, podendo solicitar a participação de especialistas *ad hoc* na emissão de pareceres.
- Propor, operacionalizar e regularizar os Editais dos Projetos de Pesquisa e Projetos de Iniciação Científica.
- Propor, aos órgãos competentes, a concessão de Bolsas de Iniciação Científica e Bolsas de Apoio à Pesquisa, para os pesquisadores cujos PP e PROMIC forem aprovados e selecionados para o recebimento desses incentivos, sempre levando em consideração as normas estabelecidas pelos referidos editais
- Acessar, com frequência mínima semestral, os currículos *Lattes* dos docentes que estiverem envolvidos nos projetos submetidos à análise junto ao NOPE.
- Incentivar a publicação dos Relatórios de Pesquisa e os Artigos Científicos produzidos pelos pesquisadores e orientadores em veículos de divulgação científica e participação em eventos nacionais e internacionais tais como: Simpósios, Seminários e Congressos, dando preferência aos veículos científicos que possuam qualificação QUALIS (A, B e C) do CNPq, visando aumentar a publicação de caráter científico do NOPE.
- Apoiar a realização de eventos técnico-científicos, sob a coordenação de Pesquisa, para divulgação da produção científica de pesquisadores e/ou orientadores e que conte com a participação dos alunos envolvidos nos PROMIC e PP, no âmbito da graduação e da pós-graduação.
- Realizar parcerias com Instituições de Pesquisa nacionais e internacionais, visando aumentar a produção científica e participar de PP que possam vir a consolidar as linhas de pesquisas apontadas como de interesse da FAMETRO.
- Realizar parcerias com ONGs e Empresas Privadas nacionais e internacionais interessadas em realizar PP em conjunto com o NOPE, visando não só aumentar a produção científica, a consolidar as linhas de pesquisas apontadas como de interesse da FAMETRO e, sempre que assim essa parceria o permitir, captar recursos financeiros que deem sustentação financeira aos referidos projetos.
- Captar juntamente com os docentes envolvidos nos projetos apresentados ao NOPE recursos financeiros externos que permitam apoiar e dá sustentabilidade econômico-financeira às atividade promovidas pelo NOPE.
- Encaminhar, com a periodicidade que lhe for determinada pelos órgãos competentes, relatório de suas atividades. Para tal, os pesquisadores, orientadores do PROMIC

e/ou Líderes de Grupos de Pesquisa deverão fornecer dados e informações pertinentes às suas atividades para comporem os ditos relatórios.

Art. 9º - Compete ao Pesquisador Docente:

- a) Desenvolver, no tempo programado, suas atividades de pesquisa;
- b) Ter assiduidade e frequência às reuniões do Núcleo de Pesquisa, salvo justificativa aceitável;
- c) Participar das atividades propostas;
- d) Respeitar as normas do Regulamento do NOPE;
- e) Orientar e avaliar os pesquisadores discentes sob sua orientação;
- f) Encaminhar ao NOPE o relatório de pesquisa do Pesquisador Discente, bem como os relatórios parciais e final de acordo com o cronograma de atividades;
- g) Comunicar ao NOPE qualquer alteração no projeto de pesquisa ou plano de trabalho do Pesquisador Discente;
- h) Publicar na forma de artigo ou outros meios os resultados da pesquisa e incluir o nome dos Pesquisadores Discentes envolvidos;
- i) Comunicar ao NOPE quando o Pesquisador Discente for desligado, por desistência ou solicitação.

Art. 10º – Compete ao Pesquisador Docente e aos Grupos de Pesquisa:

1. Apresentar um cronograma de atividades e comprovar o seu cumprimento através de relatórios mensais;
2. Dedicar-se e desenvolver as atividades de acordo com o programado no plano de trabalho no respectivo projeto de pesquisa;
3. A remuneração do docente pesquisador está condicionada à entrega de relatório mensal até o dia vinte de cada mês.
4. Participar e colaborar com os eventos promovidos pelo Núcleo de Pesquisa;
5. Apresentar os resultados parciais e finais da pesquisa, sob a forma de relatórios, painéis e exposições orais;
6. Fazer constar sua participação, como pesquisador, nas publicações e trabalhos apresentados atinentes ao projeto.
7. Os docentes envolvidos no projeto deverão acordar quanto à divisão das 10 horas por projeto e informar quando da entrega do projeto a quantidade de horas designadas a cada professor participante.
8. Os professores poderão solicitar parte das horas aulas disponíveis para pesquisas de campo e atividades associadas ao desenvolvimento do projeto.

§ Parágrafo Único: Em caso de desistência, o professor responsável pelo projeto ficará obrigado a:

- Designar um professor substituto vinculado à instituição e a um dos cursos envolvidos no projeto, que atenda às exigências do mesmo e apresente um termo de aceitação endossado pelos professores substituto e substituído.
- Prestar contas das tarefas realizadas e de recursos que tenha acessado por meio da instituição para o andamento do projeto, tais como: viagens, pesquisa de campo, inscrições e participações em eventos científicos, entre outros.
- Quando este participar de um projeto beneficiado com bolsas institucionais externas, o professor desistente deverá prestar contas das atividades realizadas até aquele momento e atender às exigências do respectivo edital do programa ao qual se filia. Ex: CNPQ, CAPES, FAPEAM, etc.

Art. 11º- Das atribuições dos Pesquisadores discentes:

- a) Participar da elaboração, da proposta e da execução do plano de trabalho do discente vinculado ao projeto de pesquisa do orientador. A entrega do plano junto ao NDE deverá ser feita até 15 (quinze) dias após a divulgação dos alunos selecionados no edital vigente;
- b) Entregar o Termo de Compromisso do Aluno, devidamente preenchido e assinado, juntamente com o plano de trabalho;
- c) Fazer leituras de textos científicos relacionados ao tema do projeto de pesquisa, coletas de dados, organizar banco de dados e sistematizar informações coletadas, participando da análise dos mesmos;
- d) Fazer visitas técnicas, participar de congressos e viagens de estudo relacionadas ao projeto de pesquisa, quando for o caso, por designação do docente responsável pelo projeto;
- e) Participar, obrigatoriamente, da Semana Acadêmica do curso a que pertence;
- f) Elaborar textos, resenhas e artigos, sob orientação do professor orientador;
- g) Desenvolver todas as tarefas a ele atribuídas no plano de trabalho do bolsista;
- h) Entregar relatórios semestrais de atividades no Projeto de Iniciação Científica.

## **CAPÍTULO V**

### **Do quadro de docentes pesquisadores**

Art. 12º- O ingresso no quadro de professor pesquisador deverá atender aos seguintes critérios:

- α) Possuir o título de Mestre ou Doutor em programas reconhecidos pela CAPS;
- β) Possuir a carga horária mínima de 20 horas institucionais em sala de aula;
- χ) Apresentar projeto de pesquisa de caráter multidisciplinar;

δ) Possuir cadastro junto à Plataforma Lattes do CNPq.

Art. 13º - Cada docente pesquisador poderá participar no máximo de um grupo de pesquisa.

Art. 14º - Poderão participar dos projetos de pesquisa na condição de professor colaborador, docentes especialistas da FAMETRO.

Art. 15º – Critérios para avaliação dos docentes pesquisadores:

- Cumprimento do cronograma individual, que será previamente elaborado e apresentado ao coordenador do NOPE, de forma a cumprir o cronograma geral do projeto.
- Apresentação dos relatórios e das prestações de contas dentro dos prazos previamente estabelecidos.
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes participantes do projeto.
- Assiduidade quanto à carga horária disponibilizada ao projeto de pesquisa.
- Participação e colaboração nos eventos promovidos pelo NOPE.
- Publicação dos resultados dos trabalhos apresentados atinentes ao projeto.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do quadro dos discentes pesquisadores**

Art. 16º - O ingresso no quadro de discentes pesquisadores deverá atender aos seguintes critérios:

- a) Estar regularmente matriculado e cursando o 5º. (quinto) período ou superior;
- b) Ter coeficiente escolar igual ou superior a 8 (oito) e frequência média de 80% (oitenta por cento) com participação ativa em sala de aula e em eventos do curso;
- c) Ter disponibilidade e afinidade com a temática do projeto de pesquisa em questão;
- d) Ser aprovado em entrevista de seleção realizada pelos docentes envolvidos no projeto a que se candidata a participar.

## **CAPÍTULO VII**

### **Das vagas para execução de projetos**

Art. 17º - A execução dos projetos deverá atender aos seguintes critérios:

- a) Após análise pela Comissão de Pesquisa, cada área terá direito a execução de dois projetos;
- b) Cada projeto deverá envolver 03 (três) professores, sendo um de cada curso envolvido no projeto.**

## **Capítulo VIII**

### **Das reuniões**

Art. 18º – As reuniões ordinárias se realizarão pelo menos duas vezes por semestre em data a ser definida pelo Coordenador de Pesquisa em atendimento a participação da maioria dos membros do Núcleo de Pesquisa.

Art. 19º – Reuniões extraordinárias poderão ocorrer eventualmente sempre que o Colegiado de Pesquisa achar necessária a discussão de assuntos pertinentes aos projetos de pesquisa.

Art. 20º – A participação em reuniões do Núcleo é obrigatória para qualquer um dos membros do Núcleo de Pesquisa.

§ Primeiro – Somente o Coordenador de Pesquisa, o do Colegiado de Pesquisa e os Pesquisadores Docentes têm direito a voz e voto.

§ Segundo – O Pesquisador Discente só terá direito a voz e a voto quando solicitado pelo Coordenador de Pesquisa.

## **Capítulo XI**

### **Dos Projetos e Relatórios de Pesquisa**

Art. 21º – Os projetos de pesquisa são os instrumentos de orientação e planejamento das pesquisas científicas ou dos grupos de pesquisa.

§ Primeiro – Os projetos de pesquisa podem ser financiados por empresas ou órgãos de fomento conforme disponibilidade dos financiadores.

§ Segundo – O Pesquisador Docente que deseja enviar seu projeto a alguma empresa ou órgão de fomento deve primeiro, enviar o projeto ao Núcleo de Pesquisa para avaliação, autorização e encaminhamento.

Art. 22º – O relatório de pesquisa é o instrumento de acompanhamento da pesquisa científica.

Art. 23º – Os critérios de avaliação, a estrutura e o formato dos projetos e relatórios são definidos pelo Núcleo de Pesquisa e divulgados publicamente, salvo quando o projeto for submetido a alguma empresa ou órgão de fomento.

§ Parágrafo Único – Os projetos e os relatórios podem ser avaliados pelo Coordenador de Pesquisa, pelo Colegiado de Pesquisa ou por um comitê designado pelo Núcleo de Pesquisa.

Art. 24º – Os projetos de pesquisa e relatórios devem ser submetidos ao Núcleo de Pesquisa em período estabelecido por este, conforme cronograma de atividades.

**Capítulo X**  
**Dos Recursos Físicos e Orçamentários**

Art.25º – O Núcleo de Pesquisa, através do Coordenador de Pesquisa e Comissão de Pesquisa, terá liberdade e autonomia para receber e administrar em prol dos projetos do NOPE, recursos oriundos de empresas e órgãos de fomento.

**Capítulo XI**  
**Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art.26º – Qualquer emenda neste regulamento somente pode ser efetuada com a aprovação do Colegiado de Pesquisa.

Art. 27º – O presente regulamento entra em vigor imediatamente após aprovado pelo Colegiado de Pesquisa e pela Coordenação de Pesquisa do NOPE.

#### **4.3.4 REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS**

##### **Capítulo I - Das disposições preliminares**

Art. 1º O presente regulamento disciplina o acesso, o uso e coordenação dos laboratórios da FAMETRO

Art 2º As normas deste regulamento se aplicam, sem exceção, a todas as pessoas integrantes da comunidade acadêmica constituída pela IES.

##### **Capítulo II - Da coordenação**

Art 3º A gerência dos bens e atividades relativas a cada laboratório caberá a uma pessoa, especificamente designada pela Direção da FAMETRO.

Parágrafo único. Nas faltas, ausência e impedimentos da pessoa de que trata o caput deste artigo à direção designará um substituto.

Art 4º São atribuídas da coordenação dos laboratórios manter sob sua guarda o material dos laboratórios.

1. Zelar pelo uso adequado, por si e pro terceiros, dos equipamentos, moveis, programas, manuais, instalações e documentação;
2. Programar, e solicitar a quem de direito, a manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas e elétricas, bem como do mobiliário e equipamentos;
3. Organizar os horários e calendários de utilização dos equipamentos, prevendo o uso por turmas e por indivíduos;
4. Reportar, imediatamente, a Direção da IES qualquer irregularidade ocorrida;
5. Permitir o uso dos laboratórios apenas às pessoas estranhas aos quadro da IES;
6. Permitir o uso dos laboratórios apenas às pessoas credenciadas para tal ou aquelas que firmarem o termo de compromisso de que trata o Art 6º, inciso VII, infra;

##### **Capitulo III - Dos Direitos**

Art. 5º São de direitos dos professores e alunos usuários dos laboratórios:

- Utilizar, no interior dos laboratórios, os equipamentos e periféricos para atividades didáticas, nestas compreendidas as aulas de qualquer disciplina em que se empreguem recursos tecnológicos e científicos;

- Ter a sua disposição material de consumo para uso nas atividades de que trata o inciso anterior;

- Recorrer ao uso dos equipamentos para treinamentos, exercícios e tarefas ligadas ao respectivo curso oferecido pela FAMETRO.

## **Capítulo IV - Dos Deveres**

Art. 6º São deveres dos professores e alunos usuários dos laboratórios:

- Zelar pelo uso adequado, por si e por terceiros, dos equipamentos, móveis, programas, manuais, instalações e documentação;
- Não retirar dos laboratórios equipamentos, periféricos, móveis, programas, manuais, instalações, documentação e periféricos;
- Comunicar, a quem de direito, a necessidade de manutenção corretiva das instalações e equipamentos;
- Reportar, imediatamente, à coordenação do laboratório qualquer irregularidade nele ocorrida;
- Não introduzir nos laboratórios qualquer tipo de alimento ou bebida, nem pessoa estranha aos quadros da IES;
- Firmar, antes do uso dos laboratórios pela primeira vez, termo de Compromisso em que diz conhecer e aceitar os termos deste regulamento;
- Ressarcir a IES por qualquer prejuízo advindo do uso inadequado ou temerário que fizer dos equipamentos, periféricos, móveis, programas, manuais e instalações.

## **Capítulo V - Das Disposições Gerais**

Art 7º Integra este regulamento o modelo de termo de compromisso em anexo.

Art 8º O presente Regulamento somente poderá ser alterado pela Direção da FAMETRO.

Art 9º Este Regulamento entra em vigor nesta data.

Art 10º Revogam-se as disposições em contrário.

## TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo de compromisso, o (a) signatário (a) declara conhecer aceitar e cumprir as normas contidas no Regulamento dos Laboratórios da FAMETRO.

Manaus, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

(  ) Discente    (  ) Docente

\_\_\_\_\_  
Coordenador (a) de Laboratório

\_\_\_\_\_  
nome:

#### **4.3.5 REGULAMENTO DE AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIOS**

##### **1. MARCAÇÃO DE AULAS PRÁTICAS.**

- A marcação da aula prática será de acordo com os horários estipulados anteriormente pela coordenação do curso. Aulas de reposição e oficinas específicas é de responsabilidade do Professor da disciplina e poderá ser solicitada no recurso pedagógico da Unidade Acadêmica do Curso.
- As aulas práticas não regulares devem ser marcadas com antecedência mínima de 72 horas, somente em dias úteis.
- As aulas práticas poderão ser marcadas para todo o semestre ou não, caso seja de interesse do professor.
- No ato da marcação da aula prática, o professor responsável deverá relacionar o material a ser utilizado na prática, criando um ficha prática ou utilizando-se das fichas já criadas no nosso acervo de fichas.
- Será entregue ao professor, no ato da marcação das aulas práticas, um relatório com duas vias contendo todas suas marcações (hora, data e laboratório). O mesmo deverá assinar uma das vias e entregar à Unidade Técnica. Isso possibilitará ao Professor questionar no caso de uma de suas marcações não serem atendidas.
- O cancelamento de aula prática poderá ser feito pessoalmente no recurso pedagógico da mesma unidade (unidade III), com uma antecedência mínima de 24 horas.
- O prazo para marcação das aulas práticas e experimentais deve ocorrer no prazo mínimo estabelecido, a fim de facilitar a viabilização dos materiais em tempo hábil para realização das práxis. Tornara-se isento o setor (recurso pedagógico) caso haja um descumprimento do prazo.

##### **b) NORMAS GERAIS PARA O USO DE LABORATÓRIOS.**

1. Será de responsabilidade do professor da disciplina, todo o material disponibilizado no laboratório conforme lista de equipamentos, reagentes e produtos solicitados em ficha prática.
2. A conduta e a fiscalização do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) de cada aluno quando na utilização dos laboratórios será de responsabilidade do professor da disciplina. Caberá ao professor da disciplina a comunicação prévia aos alunos dos (EPIs) corretos quando indicados (domam branco, calça xadrez, sapatos fechados, toque, avental e luva) a serem utilizados em sua aula prática. Não sendo permitido assistir ou praticar atividades laboratoriais sem o uso do uniforme completo.

3. Antes de começar os trabalhos os cabelos devem ser presos, materiais ou bijuterias pessoais devem ser guardadas nos caminhos. Unhas sempre cortadas e sem esmalte e as mãos sempre lavadas antes e depois de qualquer procedimento
4. Cabe ao professor à orientação sobre a utilização correta de equipamentos, móveis e utensílios, podendo o mesmo punir e discente que não cumprir normas específicas.
5. A permanência dos alunos no laboratório de aula prática será apenas permitida mediante o uso de uniforme completo. Os alunos que não respeitarem essa norma não poderão assistir às aulas práticas. Conservar os cabelos compridos presos;
6. A entrada dos alunos nos laboratórios será apenas permitida após a autorização dos professores responsáveis;
7. Não se alimentar, beber ou fumar no laboratório;
8. Trabalhar com seriedade evitando brincadeiras;
9. Não deixar materiais estranhos ao trabalho sobre as bancadas. (Cadernos, bolsas e agasalhos devem ficar nos escaninhos próximos a porta);
10. Todo material (matérias-primas, equipamentos, vidrarias e utensílios) utilizado pelo aluno deverá ser devolvido ao local inicial;
11. Não é permitida a presença de pessoas estranhas à disciplina no laboratório;
12. Em caso de incêndio usar a saída, chamar socorro para apagar o fogo em roupa de colegas, abaixar as chamas com toalhas. Nunca usar extintor em humanos;
13. Jamais esquecer que o laboratório é um ambiente de trabalho submetido a riscos de acidentes, na maioria das vezes causadas por atos inseguros. O trabalho em laboratório exige concentração e bom desempenho. Para tanto, o aluno precisa seguir as recomendações e instruções fornecidas pelos professores. Também deve ser mantido o mínimo ruído possível (silêncio);
14. O aluno com qualquer tipo de enfermidade por lesão, infecção bacteriana ou viral deve ser afastado e retornar apenas após liberação médica.
5. É de responsabilidade do professor orientar e abordar os alunos que não estiverem dentro das normas institucionais estabelecidas pelas normas técnicas em vigilância sanitária.

### **c) PRÁTICAS SEGURAS NO LABORATÓRIO.**

- a) A limpeza dos laboratórios (bancadas, pisos, equipamentos, instrumentos e demais superfícies) deve ser realizada regularmente e imediatamente após o término de uma atividade.

- b) A desinfecção do ambiente é empregada antes e após a atividade laboratorial para prevenir a contaminação do ambiente com materiais ou produtos biológicos que oferecem riscos.
- c) A descontaminação e a limpeza inicial de móveis, equipamentos e utensílios têm de ser realizada regular para evitar a proliferação de bactérias que possam inutiliza-los.
- d) O manuseio e o transporte de vidrarias e de outros materiais devem ser realizados de forma segura. Para o transporte deve-se utilizar um transporte firme, evitando quedas.
- e) Os resíduos orgânicos devem ser retirados dos laboratórios após o uso e descartados de maneira adequada.

d) **EM CASO DE ACIDENTES**

- 6. Estará também disponível em cada laboratório, uma caixa de primeiros socorros devidamente identificada com o símbolo da cruz vermelha, próximo ao lavabo, contendo alguns medicamentos de uso tópico como: pomada para queimadura, antissépticos, neutralizantes de ácidos e bases, ataduras e esparadrapo.
- 7. Haverá telefones úteis para serem utilizados em caso de emergências, como dos principais hospitais de Brasília, corpo de bombeiros e defesa civil.
- 8. Toda e qualquer alteração na estrutura do laboratório como: suspeita de vazamento de gás, risco elétrico ou qualquer outra anormalidade que por ventura possa significar algum tipo de risco. O laboratório deverá ser desocupado imediatamente caso esteja em uso. A coordenação geral deverá ser avisada a fim de se tomar às providências cabíveis.

## **5. TÉCNICO DE LABORATÓRIO**

### 6.1 Descrição de função

Função: Técnico de Laboratório

Sumária: Desenvolver e executar atividades de apoio técnico, destinados ao ensino, pesquisa e extensão.

### 6.2 Detalhada:

- a. Atuar na operacionalização das atividades experimentais (aulas práticas) de apoio à pesquisa e extensão, executando os procedimentos requeridos para o desenvolvimento dos trabalhos.
- b. Auxiliar os docentes nas atividades de ensino, preparando materiais e equipamentos necessários para aulas práticas, dando suporte nas práticas laboratoriais clínicas e de campo.
- c. Auxiliar docentes no treinamento de alunos e estágios para operação de instrumentos e execução de técnicas laboratoriais.
- d. Realizar atividades laboratoriais relacionadas ao campo de atuação.

- e. Receber, coletar, preparar, examinar e distribuir materiais, de acordo com a área de atuação, efetuando os testes necessários, procedendo aos registros, cálculos e demais procedimentos pertinentes, para subsidiar os trabalhos.
- f. Desenvolver atividades relacionadas com a produção, manutenção, manuseio e descarte de animais utilizados em atividades de ensino pesquisa e extensão.
- g. Preparar e utilizar soluções, amostras, substratos, reagentes, solventes, empregando aparelhagem e técnicas específicas, de acordo com a determinação dos profissionais da área de atuação (para os laboratórios específicos da saúde).
- h. Analisar materiais e substâncias em geral, utilizando métodos específicos para cada caso.
- i. Regular, controlar e operar aparelhos de acordo com os tipos de testes solicitados, adequando-os aos objetivos do trabalho (para os laboratórios específicos da saúde).
- j. Executar o tratamento de descarte de resíduos e solventes, defensivos, com base em normas padronizadas de segurança ou métodos e técnicas indicadas por profissionais da área (para os laboratórios específicos da saúde), quando for o caso.
- k. Executar ou promover, conforme o caso, atividades de manutenções preventivas e corretivas, necessárias à conservação de equipamentos, instrumentos e outros materiais da área de atuação.
- l. Controlar o estoque dos materiais relativos à área de atuação tomando as providências necessárias para sua reposição.
- m. Operar microcomputadores para auxiliar nas atividades de ensino e pesquisa.
- n. Zelar pela guarda, limpeza e conservação dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados nas aulas práticas, de acordo com a área de atuação, por meio de métodos específicos, tais como desinfecção, esterilização e acondicionamento, bem como dos locais de trabalho.
- o. Desempenhar outras atividades correlatas e afins.

#### **4.3.6 REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL**

##### **I DA DEFINIÇÃO**

Art. 1º Por Transversalidade a entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Art. 2º. Na FAMETRO, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

##### **II DO OBJETIVO**

Art. 3º. O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela FAMETRO.

Art. 4º. O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

##### **III DA REALIZAÇÃO**

Art. 5º. A Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referencia temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Art. 6º. Este tema gerador, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos.

Art. 7º. Os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por

meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

#### **IV DO PLANEJAMENTO**

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento.

Art. 11º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

#### **V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TRANSVERSAL**

Art. 12º. O projeto Transversal é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

#### **VI DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 13º. Cabe aos professores:

- ▶ Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do Projeto Transversal.
- ▶ Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o cronograma do projeto;
- ▶ Sugerir a qualquer momento idéias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- ▶ Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- ▶ Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 14º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- I. Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contato com professores e alunos;

- II. Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- III. Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 15º. Cabe aos alunos:

- 1 Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- 2 Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto Transversal;
- 3 No Projeto Transversal é obrigatório a participação dos alunos.

## **VI DO REGISTRO DA TRANSVERSALIDADE**

Art. 16º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto Transversal deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 17º. No registro do projeto Transversal no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

## **VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Art 18º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

## **VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO TRANSVERSAL**

Art. 18º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Transversal, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 19º. As atas de notas do projeto Transversal e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 20º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

#### **4.3.7 REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR**

##### **I DA DEFINIÇÃO**

Art. 1º Por Interdisciplinaridade a FAMETRO entende ser uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Art. 2º. Na FAMETRO, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

##### **II DO OBJETIVO**

Art 3º. O Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

Art4º.O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

##### **III DA REALIZAÇÃO**

Art. 4º. A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referencia os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Art. 5º. Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas.

Art. 6º. Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

#### **IV DO PLANEJAMENTO**

Art. 7º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Art. 8º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 9º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais conteúdos, de cada disciplina, serão explorados tendo em vista as necessidades geradas pelo projeto.

Art. 10º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso.

#### **V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR**

Art. 11º. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

#### **DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 12º. Cabe aos professores:

- ▶ Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do projeto interdisciplinar, identificando nos projetos as possíveis aplicações da sua disciplina, enriquecendo-o e tornando-o realmente interdisciplinar;
- ▶ Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o calendário de apresentações;
- ▶ Sugerir a qualquer momento idéias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- ▶ Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- ▶ Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 13º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- IV. Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;
- V. Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- VI. Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 14º. Cabe aos alunos:

- 4 Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- 5 Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto interdisciplinar;
- 6 O Projeto Interdisciplinar é obrigatório.

#### **VI DO REGISTRO DA INTERDISCIPLINARIDADE**

Art. 15º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 16º. No registro do projeto interdisciplinar no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

#### **VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Art 17º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

#### **VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR**

Art. 18º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Interdisciplinar, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 19º. As atas de notas do projeto interdisciplinar e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 20º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

#### **4.3.8 REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO DA FAMETRO**

**Art. 1º** Regulamentar a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito da FAMETRO, destinados a permitir que alunos dos cursos FAMETRO, participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas na FAMETRO.

### **CAPÍTULO I**

#### **DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS PARA ALUNOS DA FAMETRO**

**Art. 2º** Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em qualquer curso da FAMETRO, realizar componentes curriculares em instituições estrangeiras de ensino superior que possuem, ou não, Acordo de Cooperação com a FAMETRO.

§ 1º As atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverão ser realizadas em Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisas, Redes Universitárias e entidades semelhantes.

§ 2º As atividades realizadas e devidamente comprovadas serão creditadas no histórico escolar do aluno, de acordo com o Regimento Interno da FAMETRO.

§ 3º O afastamento do aluno para essas atividades, preferencialmente, estará amparado por Convênio ou Acordo de Cooperação firmado entre a FAMETRO e a instituição receptora.

a) no caso de instituições que não possuem Convênios ou Acordos de Cooperação com a FAMETRO, cabe a Direção Geral aprovar a mobilidade ou o intercâmbio, levando em consideração o padrão de qualidade da instituição de ensino.

**Art. 3º** Serão consideradas atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais, passíveis de aproveitamento curricular de estudo, apenas aquelas de natureza acadêmica, supervisionadas, ou não, por tutor da instituição anfitriã, como disciplinas, cursos, estágios e pesquisas que visem ao aprimoramento da formação do aluno.

Art.4º A participação do aluno em atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

§ 1º O prazo estipulado no caput poderá ser alterado, se este for proveniente de programas específicos, desde que haja a aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º Compete a Coordenação de Ensino coordenar o Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais no âmbito da FAMETRO, e se responsabilizará pelos procedimentos gerais relativos aos Acordos de Cooperação.

§ 3º Durante o período de afastamento, o processo instruído ficará na Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação para o acompanhamento da Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais. Findado o afastamento, o processo será encaminhado à Secretaria Acadêmica para arquivo na pasta do aluno.

**Art.5º** O pedido de afastamento deverá ser submetido à apreciação do respectivo Conselho Superior da Faculdade, sendo que a Resolução com a aprovação para o aluno desempenhar atividades acadêmicas em instituição estrangeira deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

§ 1º O Conselho Superior deverá considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§ 2º A realização de intercâmbio sem aprovação do Contrato de estudos prévio só poderá ocorrer com suspensão de matrícula, devendo o Conselho Superior apreciar a *posteriori* o possível aproveitamento dos componentes curriculares cumpridos em intercâmbio.

**Art. 6º** O Conselho Superior deverá indicar, para cada aluno selecionado à mobilidade e ao intercâmbio, um tutor, que deverá ser professor do curso e ficará responsável pelo acompanhamento da realização das atividades previstas no Contrato de Estudos e aprovação de eventuais alterações.

Parágrafo Único - As eventuais alterações aceitas pelo Tutor Acadêmico no Contrato de Estudos serão submetidas a Direção Geral.

**Art. 7º** O aluno da FAMETRO interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma:

- I – executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos;
- II – arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais;
- III – preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários;
- IV – inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

**Art. 8º** O afastamento com vínculo temporário deverá ser registrado na faculdade de origem do aluno, de acordo com o Sistema de Controle Acadêmico, devendo esse registro ser substituído pelo lançamento de créditos equivalentes no histórico escolar do aluno, obrigatoriamente reconhecidos, por ocasião do retorno do mesmo.

**Parágrafo Único:** O afastamento do aluno da FAMETRO para vínculo temporário só se efetivará quando a instituição receptora manifestar formalmente o aceite do pedido do aluno, por meio de documento específico.

**Art. 9º** No período de afastamento por vínculo temporário, o aluno terá sua vaga assegurada no respectivo curso e esse período deve ser computado na contagem do tempo máximo previsto para integralização curricular.

**Parágrafo Único:** Para assegurar o previsto neste artigo, o aluno deverá efetuar sua matrícula normalmente para o semestre seguinte ao término do intercâmbio ou mobilidade.

**Art. 10** Poderá participar do Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, o aluno que atender os seguintes requisitos:

I – estar regularmente matriculado na FAMETRO;

II – ter concluído o segundo semestre ;

III – apresentar bom rendimento acadêmico, com média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis);

IV – apresentar plano de atividades acadêmicas a serem cumpridas na instituição anfitriã;

V – comprovar proficiência no idioma do país onde pretende realizar a mobilidade ou intercâmbio, ou em outro aceito pela instituição anfitriã, exceto quando se tratar de países lusófonos.

VI – observar e cumprir os prazos para candidatura e entrega da documentação.

**Art. 11** Os cursos ou atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o período da mobilidade ou intercâmbio poderão ser aproveitados para integralização curricular, como disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, conforme o caso.

**Art. 12** O aluno participante do programa estará, obrigatoriamente, subordinado às normas institucionais da instituição receptora.

**Art. 13** A FAMETRO, enquanto instituição de origem exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção de aluno participante no Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, incluindo deslocamento, alimentação, moradia e atendimento médico e hospitalar, entre outras.

**Art. 14** A FAMETRO fará a aquisição de apólice de seguro coletivo contra acidentes pessoais em favor do estudante participante do Programa.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Mobilidade e intercâmbio Internacionais de alunos estrangeiros na FAMETRO**

**Art. 15** Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em instituições estrangeiras de ensino superior com acordo de cooperação, ou não com a FAMETRO, realizar componentes curriculares na FAMETRO, durante o período de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

**Art. 16** O Conselho Superior da respectiva Faculdade, deverá aprovar o Contrato de Estudos de alunos estrangeiros que solicitarem intercâmbio na FAMETRO.

**Art.17** Para cada aluno aceito na FAMETRO, o Conselho Superior indicará um tutor que o acompanhará academicamente em sua permanência na FAMETRO.

**Art. 18** As despesas pelo cumprimento do programa correrão por conta do aluno em mobilidade, sem prejuízo de bolsas que possa obter das agências de fomento nacionais e internacionais.

### **CAPÍTULO III**

#### **Disposições Complementares**

**Art. 19** Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Superior

**Art. 20** Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

#### **4.3.9 REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS**

##### **Da definição**

Art 1º Direitos Humanos são entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política.

##### **Dos Objetivos da Educação para os Direitos Humanos**

Art 2º. Conforme o Art. 5º da Resolução no. 1 de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

##### **Dos Temas**

Art 3º. Conforme o artigo 3º. da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos, na FAMETRO será desenvolvida preferencialmente a partir dos seguintes eixos e temas:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;

- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII - sustentabilidade socioambiental.

### **Das Formas de Operacionalização**

Art 4º. Na FST, a educação para os direitos humanos, será desenvolvida por meio da transversalidade em projetos de trabalho que contemplem as diferentes temáticas assinaladas neste regulamento.

§ 1º. Todas as Matrizes Pedagógicas dos Cursos de Graduação ofertarão em caráter optativo a disciplina Educação para os Direitos Humanos.

§ 2º. Nos Cursos de Licenciatura a Educação em Direitos Humanos será componente curricular obrigatório orientando a formação dos profissionais da educação.

Art 5º. A FAMETRO fomentará e divulgará, conforme determina a lei estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos.

Art 6º. A FAMETRO estimulará ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e gestão pública.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

#### **4.3.10 REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

##### **CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO**

Art. 1 O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

##### **CAPÍTULO II - DO QUADRO CLÍNICO E DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA:**

a. Autismo clássico – o grau de comprometimento pode variar de muito. De maneira geral, os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente; conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Embora possam entender enunciados simples, têm dificuldade de compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras. Não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados, sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante;

b. Autismo de alto desempenho (antes chamado de síndrome de Asperger) – os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Tão inteligentes que chegam a ser confundidos com gênios, porque são imbatíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar vida próxima à normal.

c. Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) – os portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

##### **CAPÍTULO III - DA ORIENTAÇÃO AO PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA**

Art3. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garante proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Art4. O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na família

### **CAPÍTULO III - DO ACESSO AO ATENDIMENTO**

Art5. A orientação aos discentes será definida de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art6. Para o corpo discente, a demanda de orientação poderá ser manifestada pelo próprio discente ou por encaminhamento dos professores

### **CAPÍTULO IV - DO SIGILO PROFISSIONAL**

Art7, As atividades do Apoio Psicopedagógico, Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (orientações e aconselhamentos), quando executados por profissional da área da Educação e ou Psicologia, serão registradas em formulários específicos, respeitando o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009 e alterações.

Art8. Os dados das orientações e aconselhamentos realizados serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art9. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo profissional de apoio Psicopedagógico coordenador do Serviço de Psicologia e Orientação Pedagógica que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados procedimentos do Art. 15, do Código de Ética Profissional/CFP

### **CAPÍTULO X - DA LOCALIZAÇÃO E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO**

Art 10. O Apoio Psicopedagógico e Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista funcionará em local próprio e seu horário de funcionamento será definitivo pela Direção Geral em cada semestre letivo.

## **CAPÍTULO XI – CONDUTAS DE ATENDIMENTO**

Art 11. No contexto do atendimento ao adulto e ao idoso com TEA, alguns fatores adicionais devem ser considerados. Primeiro, a demanda por esse tipo de serviço tem aumentado no mundo e o mesmo é esperado aqui no Brasil. Ainda que intervenções precoces e intensivas tragam imensos ganhos para o indivíduo com TEA e suas famílias, muitas das dificuldades vividas por esses indivíduos ultrapassam os anos da infância e da juventude. A necessidade por serviços e cuidados pode, portanto, se estender durante toda a vida do indivíduo.

Art 12. É essencial que a definição do projeto terapêutico das pessoas com TEA leve em conta as diferentes situações clínicas envolvidas nos transtornos do espectro do autismo. Ou seja, é necessário distinguir entre a capacidade de responder tanto às demandas de habilitação/reabilitação de duração limitada (alcance de níveis satisfatórios de fun

Art 13. Após o diagnóstico e a comunicação à família, inicia-se imediatamente a fase do tratamento e da habilitação/reabilitação. A escolha do método a ser utilizado no tratamento e a avaliação periódica de sua eficácia devem ser feitas de modo conjunto entre a equipe e a família do paciente, garantindo informações adequadas quanto ao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo a implicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde.

Art 14. No atendimento à pessoa com TEA, é importante manter uma rotina clínica (horários, espaço clínico, participantes da sessão, instrumentos, o diálogo como ponto fundamental de inserção da pessoa), pois tal estrutura impõe o caráter terapêutico à situação.

## **CAPÍTULO XII -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art 15. Este Regulamento só pode ser alterado se aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

## **4.3.11 REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO**

### **CAPÍTULO I - EIXOS DE TRABALHO DO NAPAA**

Art. 1 O NAPA realiza suas intervenções considerando quatro eixos fundamentais:

- I. atendimento ao corpo discente ;
- II. apoio à coordenação de cursos e de ensino;
- III. pesquisa de demanda da Faculdade;
- IV. projetos institucionais.

### **CAPÍTULO II - DOS ATENDIMENTOS**

Art. 2 Os atendimentos aos corpos discente, poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art 3. A demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAPA ou pela coordenação de ensino, considerando relatório da coordenação de curso.

Art 4. Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado ao interessado.

Art 5. Os atendimentos individuais visam:

- a) atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;
- b) atendimento a alunos e funcionários com problemas psicoafetivos;
- c) encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;
- d) atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;
- e) atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico;
- f) atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- g) Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

Art 6. Cada acadêmico poderá ser atendido individualmente em no máximo 10 (dez) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 7. O NAPA utilizará um formulário padrão – Prontuário de Atendimento – para registro dos atendimentos individuais.

Art 8. Os atendimentos em grupo serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado aos interessados.

Art 9. Os atendimentos em grupo serão realizados em um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional.

Art 10. Os atendimentos de grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo coordenador do NAPA, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

Art 11. Os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAPA, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art. 12 Os temas e áreas envolvidos nos atendimentos em grupo envolvem:

- Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas a escolha profissional ou adaptação acadêmica.
- Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais.
- Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em situações que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe.
- Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborda temas ligados a maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos.
- Inclusão e Acessibilidade Pedagógica

Art. 13. Cada grupo poderá ser atendido em no máximo 5 (cinco) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 14. O NAPA utilizará um formulário padrão – Plano de Trabalho – para planejamento e registro dos atendimentos em grupo.

### **CAPÍTULO III - DO APOIO À COORDENAÇÃO DE CURSOS E DE ENSINO**

Art. 15. O NAPA irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem e relacionais, juntamente com a assessoria pedagógica da Faculdade.

Art 16. O NAPA participará do planejamento do curso de Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art 17. O NAPA irá, em situações específicas, disponibilizar aos professores um acompanhamento na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos portadores de necessidades especiais.

Art 18. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAPA através de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

### **CAPÍTULO IV - DA PESQUISA DE DEMANDA DA FACULDADE**

Art. 19. O NAPA poderá, por solicitação da direção, elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Art. 20. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo, ou ainda, oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAPA deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

### **CAPÍTULO VI - DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS**

Art.21. O NAPA participa de projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão de necessidades especiais, estágios profissionalizantes.

Art 22. O NAPA realiza suas atividades em parceria com a Coordenação de Estágio, o Programa de Nivelamento – o Núcleo de Extensão – Coordenação de Ensino

## **CAPÍTULO VII - DOS RELATÓRIOS**

Art 23. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAPA serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, podendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Art. 24. Os relatórios previstos deve tratar apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

## **CAPÍTULO VIII- DO SIGILO PROFISSIONAL**

Art 25.Os atendimentos e atividades do NAPA, quando executados por profissional da área da Psicologia e da Pedagogia serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009).

Art. 26. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 27 Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAPA, que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009.

Art 28. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15, do Código de Ética Profissional/CFP.

#### 4.3.12 REGULAMENTO GERAL REPRESENTANTE DISCENTE

##### OBJETIVO GERAL

Desenvolver o estudo preparando e oportunizando o aluno para o exercício da liderança. Dessa forma espera-se que através da prática com variadas situações possibilite a vivência da democracia e seu exercício através de sua representatividade.

Estimular a participação, iniciativa, mobilização, criatividade e outros componentes da prática da gestão democrática com noções de cidadania e participação política de forma organizada.

**ART. 1º** - Poderão se candidatar a Representante de turma e Vice Representante o aluno devidamente matriculado na turma, mediante preenchimento de ficha de inscrição, no período estabelecido, condizendo com as datas divulgadas no cronograma acadêmico.

**ART. 2º** - O Representante de Turma forma uma chapa que será escolhida por eleição secreta, na qual os alunos interessados se candidatam.

I. Os demais colegas de classe e os próprios candidatos votam naqueles que melhor possam representar a turma. Assim a chapa vencedora será a que obtiver maior número de votos.

II. A eleição poderá se dá por aclamação desde que não haja mais de uma chapa concorrendo

III. Os representantes devem manter seus dados atualizados, comunicando quaisquer alterações.

**ART. 3º** - O tempo da gestão do representante e do vice tem duração de 1 semestre prorrogado por mais um semestre.

**ART. 4º** - O Representante poderá participar nas eleições seguintes, por mais um semestre. Essa reeleição poderá ocorrer apenas uma vez, de modo a permitir o surgimento de novas lideranças.

**ART. 5º** - O representante de turma poderá ser qualquer um dos alunos eleito pelos colegas para representá-los. O aluno escolhido para representar a turma recebe a maioria dos votos, *de confiança*, para exercer a função.

**ART. 6º** - Para candidatarem a função de Representantes de turma os alunos deverão atender às seguintes condições:

I - Estarem regularmente matriculados na turma;

II- Terem disponibilidade para o exercício das funções;

III- Não estarem respondendo a processo disciplinar;

IV- Conhecer o calendário acadêmico.

**ART. 7º** São atribuições dos Representantes de turma:

I - Representar sua turma perante a Direção; Coordenação de Curso e o Colegiado Discente, Coordenação de Ensino;

II- Estimular a cooperação entre alunos e entre professores e alunos;

III- Encaminhar e discutir com a Direção, Coordenação de Curso; Coordenação de Ensino e Colegiado Discente as reivindicações ou reclamações da turma;

**ART. 8** - Representante perderá o mandato:

I. Por renúncia;

II. Por perda de vínculo com a instituição;

III. No caso de adotar comportamento considerado inadequado com sua turma, com outros alunos, com a Direção, Coordenação de Curso, Coordenação de Ensino, com o corpo docente ou corpo técnico-administrativo da instituição

IV. Se faltar com os deveres previstos neste guia ou no Regimento da FAMETRO;

V. No caso de conflito com sua própria turma;

VI. No caso de receber qualquer das penalidades previstas no Regimento da FAMETRO;

VII. Por pedido expresso dos alunos da turma, assinado pela maioria absoluta;

**ART. 9** - Substituição em caso perda de mandato:

I - Em caso de perda de mandato, será realizada nova eleição, garantindo a representatividade da turma no diálogo institucional.

**Art. 10** – Do processo eleitoral:

I – O processo eleitoral dos representantes discentes deverá ser presidido pelo coordenador de curso que procederá ao registro das candidaturas e lavrará a ata de eleição.

#### **4.3.13 REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

##### **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. A Comissão Própria de Avaliação da FAMETRO é o órgão responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), de acordo com o artigo 14 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Parágrafo único. O desenvolvimento das atividades da CPA dar-se-á com autonomia em relação ao Comitê Acadêmico e demais Órgãos Colegiados existentes na FAMETRO.

Art. 2º. A CPA terá todo o apoio institucional, além daquele previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para a realização plena do processo de auto avaliação da FAMETRO.

##### **CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA**

Art. 3º. Compete à CPA:

I. Elaborar o Projeto de Auto avaliação Institucional I a ser encaminhado à Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), submetendo-o à prévia aprovação dos membros dos órgãos colegiados existentes;

II. Conduzir os processos de Auto avaliação da FAMETRO

III. Apresentar semestralmente o resultado dos trabalhos para os membros do Comitê Acadêmico e demais órgãos colegiados existentes;

IV. Implementar as atividades necessárias à sensibilização da comunidade para a importância da Avaliação Institucional e sua integração com a missão da FAMETRO;

V. Colaborar com os procedimentos de auto avaliação de cursos e áreas, cuja realização deverá estar pautada pelas diretrizes da CONAES e pelo projeto de auto avaliação institucional;

VI. Sistematizar e analisar as informações institucionais, produzindo relatórios a serem encaminhados às instâncias competentes para ciência;

VII. Delegar competências, indicando prazos para o cumprimento dos objetivos estabelecidos;

VIII. Assessorar Cursos nos procedimentos de avaliação macro institucional;

IX. Convidar membros da comunidade e da sociedade civil para prestarem informações e emitirem opiniões sobre o processo de avaliação institucional;

X. Elaborar e modificar seu Regimento Interno, conforme a legislação vigente;

XI. Prestar as informações solicitadas pelo INEP, além de elaborar e enviar, no prazo previsto, o Relatório de Avaliação Interna estabelecido na Resolução CONAES nº 1/2005;

XII. Dar ampla divulgação de todas as suas atividades.

### **CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO E MANDATO**

Art. 4º. A CPA da FAMETRO será composta por cinco membros, eleitos diretamente em chapa composta para este fim, assim distribuídos:

I. Um representante do corpo docente, sendo um o Coordenador da CPA.

II. Um representante do corpo discente.

III. Um representante do corpo técnico-administrativo.

IV. Um representante da sociedade civil organizada.

Art. 5º. Os membros da CPA serão nomeados por ato do Diretor Geral.

Art. 6º. O representante da Sociedade Civil poderá convidado pelo Diretor Geral da Instituição.

Art. 7º. A perda da condição de docente, de discente ou de técnico-administrativo implica no imediato término da condição de membro da CPA, com o mandato sendo complementado por outro representante cuja indicação deverá ser idêntica à do membro que se retira.

Art. 8º. O mandato dos membros da CPA será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

### **CAPÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO**

Art. 9º. A CPA reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada semestre nas datas previstas em calendário elaborado por seus membros em sua primeira reunião e, extraordinariamente, quando convocada por seu Coordenador ou por pelo menos um terço de seus membros.

§ 1º. A pauta das reuniões ordinárias será divulgada com antecedência mínima de 48 horas.

§ 2º. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência de 5 dias, com prévia e ampla divulgação de sua pauta.

§ 3º. O prazo de convocação das reuniões extraordinárias poderá ser reduzido, em caso de urgência, podendo a pauta ser comunicada verbalmente, desde que justificado o procedimento pelo Coordenador.

§ 4º. As reuniões da CPA serão presididas pelo Coordenador ou por um dos membros da Comissão, por ele previamente designado.

§ 5º. As reuniões serão instaladas quando se obtiver o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

§ 6º. As reuniões da CPA deverão ser secretariadas e suas discussões e decisões registradas em ata.

Art.10º. As deliberações da CPA serão aprovadas sempre por maioria de votos favoráveis de seus membros presentes.

Parágrafo único. O Coordenador, em caso de empate, terá voto de qualidade.

Art. 11º O comparecimento às reuniões é obrigatório e, exceto quanto aos membros representantes da sociedade civil, tem precedência sobre qualquer outra atividade.

§ 1º. O membro que estiver ausente em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, de forma injustificada, perderá o seu mandato.

§ 2º. Em caso de coincidência de horário entre as reuniões da CPA e as atividades acadêmicas, os representantes discentes que compareçam às primeiras terão direito à recuperação de aulas e trabalhos escolares.

## **CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO**

Art. 12º. A Avaliação pela qual a CPA é responsável dar-se-á em dois níveis, a saber:

- I. Um nível interno, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativos, com ênfase nos aspectos pedagógicos internos aos cursos de graduação, dando-se sempre no primeiro semestre do ano letivo.
- II. Um segundo nível externo, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativa, com ênfase nos aspectos macro institucionais da IES.

Art. 13º. O resultado da Avaliação será encaminhado para análise qualitativa das Coordenações de Curso, Diretoria de Ensino e Coordenação Geral, subsidiando o processo de tomada de decisão na IES, e a elaboração do Planejamento Acadêmico-administrativo interno do curso.

Art. 12.O presente Regulamento entra em vigor após aprovação..

#### **4.3.14 REGULAMENTO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**

##### **REGULAMENTO**

###### **I - do Horário de Funcionamento**

Art. 1º. Os Laboratórios de Informática funcionam de segunda-feira a sexta-feira, das 17:00 as 22:45 e nos sábados de 08:00 as 12:00, durante o período letivo regular. Os horários poderão ser alterados, e flexíveis para o laboratório móvel, a bem da comunidade, por ato da direção da FAMETRO.

###### **II - dos Usuários**

Art 2º. Enquadra-se como usuário do Laboratório de Informática todo e qualquer integrante do corpo docente, discente (regularmente matriculado) e funcional da FAMETRO, sendo o Laboratório de Informática de uso exclusivo destes. A interrupção de vínculo com a FAMETRO acarreta a consequente e imediata perda do direito de utilização do Laboratório de Informática.

###### **III - das Reservas**

Art 3º. Nos horários reservados para a utilização dos Laboratórios de Informática por parte do corpo docente, para aulas curriculares ou esporádicas, é vedada a utilização concomitante da mesma sala por outros usuários.

Art 4º. Os professores que desejarem utilizar o Laboratório de Informática para atividades acadêmicas devem efetuar reservas, com antecedência mínima de 24 horas, em formulário próprio junto aos funcionários do Suporte.

###### **IV - da Utilização**

Art 5º. O Laboratório de Informática deve ser utilizado único e tão somente para atividades acadêmicas ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. É vedada a sua utilização para fins não relacionados à atividade acadêmica.

Art 6º. Os usuários que incorrerem em tal situação estão sujeitos a sanções e penalizações previstas no item X. O usuário é responsável, durante a sua utilização, dos recursos do Laboratório de Informática.

Art 8º. O funcionário responsável deverá ser informado de qualquer anormalidade ocorrida durante a utilização dos recursos computacionais. O professor deve orientar os alunos para que deixem o ambiente limpo, organizado e com todos os recursos computacionais devidamente desligados, após o término das atividades acadêmicas.

Art 9º. Cada usuário recebe uma conta no servidor, com a respectiva senha pessoal e intransferível, que provê acesso e espaço em disco para gravação de arquivos.

###### **V - dos Deveres**

Art 10º. É dever de todo usuário do Laboratório de Informática zelar pelas instalações e recursos computacionais compostos de hardware, software e respeitar os funcionários do Laboratório de Informática.

## VI - das Proibições

Art 11º. Fica expressamente proibido no âmbito do Laboratório de Informática da FAMETRO:

- a) Acessar, modificar ou distribuir materiais de ação ofensiva racial, social ou religiosa;
- b) Acessar, modificar ou distribuir materiais de conteúdo adulto/pornográfico;
- c) Usar vocabulário de baixo calão/ofensivo;
- d) Utilizar sites ou salas de bate-papo, ICQ, MSN Messenger e assemelhados;
- e) Utilizar Jogos eletrônicos - salvo utilizados em atividades acadêmicas devidamente autorizadas;
- f) Violar direitos autorais/propriedade intelectual;
- g) Propaganda político/partidária;
- h) Comer, beber ou portar alimentos;
- i) Fumar ou conduzir cigarros e assemelhados acessos;
- j) Utilizar equipamentos de comunicação como telefones celulares;
- k) Perturbar o ambiente com brincadeiras e algazarras;
- l) Praticar atividades que afetem ou coloquem em risco as instalações e/ou os recursos computacionais;
- m) Praticar atividades que promovam o desperdício de recursos de energia e computacionais;
- n) Instalação ou desinstalação de softwares e hardware nos equipamentos do laboratório;
- o) Atos de vandalismo digital, tais como quebra de privacidade, invasões internas e externas, captura de senhas e pirataria de software;
- p) Abrir, modificar, consertar ou reconfigurar a configuração dos recursos computacionais;
- q) Utilização de usuário e senha alheia;
- r) Permanecer nas salas administrativas do Laboratório de Informática, salvo quando solicitado ou necessário.

## VII - da Segurança lógica dos dados

Art 12º. O Suporte não se responsabiliza pela integridade dos arquivos gravados nos servidores, devendo cada usuário ser responsável pela cópia de segurança dos seus arquivos.

## VIII - da Conduta

Art 13º. É de responsabilidade dos funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática manter a disciplina e ordem no Laboratório de Informática.

Art 14º. Durante a utilização do mesmo para atividades acadêmicas esta responsabilidade decai sobre o professor responsável pela atividade.

Art 15º. O Laboratório de Informática é um local de estudo e, portanto, devem ser observadas a ordem e o silêncio.

Art 16º. Qualquer conduta indevida deve ser comunicada aos responsáveis pelo Laboratório de Informática, através de memorando interno, com provas anexadas para providência de medidas cabíveis.

#### IX - das Punições

Art 17º. O não cumprimento das normas deste regulamento aqui especificadas será penalizado de acordo com a sua gravidade conforme descrito abaixo e pelo ressarcimento de prejuízos e danos causados a infraestrutura do Laboratório de Informática:

- I. Advertência oral
- II. Advertência escrita
- III. Suspensão temporária dos direitos de utilização do Laboratório de Informática
- IV. Suspensão definitiva dos direitos de utilização do Laboratório de Informática;
- V. Responsabilidades civis ou pessoais cabíveis dentro da lei.

#### X - dos Funcionários Responsáveis

Art 18º. Os funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática da FAMETRO têm como atribuições:

- a) Prestar suporte técnico aos usuários no desenvolvimento das atividades acadêmicas que necessitem dos recursos do Laboratório de Informática;
- b) Supervisionar e controlar o comportamento dos usuários e utilização dos equipamentos;
- c) Zelar pela conservação e manutenção dos recursos computacionais;
- d) Instalar e configurar recursos computacionais;
- e) Prover manutenção dos recursos computacionais, salvo atividades que requeiram intervenção externa por profissionais ou empresas especializadas;

Art 19º. Não constituem atribuições dos funcionários:

1. Desempenhar funções de monitoria em atividades acadêmicas;

#### XI - dos Casos Omissos

Art 20º. Os casos omissos neste regulamento do Laboratório de Informática serão apreciados, em primeira e única instância, por uma comissão designada pela direção da FAMETRO.

Art 21º. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

#### **4.3.15 REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA FAMETRO**

##### **CAPÍTULO I**

###### **Das considerações preliminares**

**Art. 1º.** O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – dos Cursos Superiores Tecnológicos, de Bacharelado e Licenciaturas da Faculdade de São Vicente - FST.

**Art. 2º.** O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o Órgão Consultivo responsável pela concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos e de suas atualizações periódicas.

##### **CAPÍTULO II**

###### **Das Atribuições**

**Art. 3º.** São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação;
- b) avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso;
- c) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- d) indicar, formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de iniciação científica e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas pública relativas à área do conhecimento;
- e) zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação;
- f) propor, no PPC, procedimentos e critérios para a auto avaliação do curso;
- g) propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na auto avaliação e na avaliação externa;
- h) convidar consultores *ad hoc* para auxiliar nas discussões do projeto pedagógico do curso;
- i) levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;
- j) propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando formação continuada.

##### **CAPÍTULO III**

###### **Da Constituição**

**Art.4º.** O Núcleo Docente Estruturante será constituído:

- a) por, no mínimo, cinco (5) professores pertencentes ao corpo docente do curso, incluído o coordenador do curso, como seu presidente;
- b) por, pelo menos, sessenta por cento (60%) dos membros com titulação acadêmica de Mestre e/ou Doutor;

**§ 1º.** Todos os membros deverão em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, e pelo menos vinte por cento (20%) em tempo integral.

**§ 2º.** O Núcleo Docente Estruturante deverá ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

**Art. 5º.** A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso, e tomando como base os critérios definidos no Art. 4º.

**Parágrafo único.** Sendo o Núcleo Docente Estruturante um grupo de acompanhamento, seus membros devem permanecer por quatro (4) anos, com possibilidade de recondução, e adotada estratégia de renovações parciais, de modo a haver continuidade no pensar do curso.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Atribuições do Presidente**

**Art. 6º.** Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante:

- a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade;
- b) representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) encaminhar as deliberações do Núcleo;
- d) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidido pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar atas;
- e) coordenar e promover a integração com os demais Colegiados e setores da Instituição.

**Parágrafo único.** Na ausência ou impedimento eventual do Coordenador do Curso, a presidência do Núcleo Docente Estruturante será exercida por docente por ele indicado.

**Art. 7º.** O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á, ordinariamente por convocação de iniciativa de seu Presidente, uma (1) vez por semestre, no início do período letivo, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

**Art. 8º.** Todo membro do Núcleo Docente Estruturante tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

**Art. 9º.** Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- a) em todos os casos a votação é em aberto;
- b) qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- c) nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- d) não são admitidos votos por procuração.

**Art. 10.** Após cada reunião lavrar-se-á a ata, que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo presidente e membros presentes.

**Art. 11.** As decisões do Núcleo Docente Estruturante serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, e encaminhadas à análise e deliberação do Colegiado de Curso.

**Art. 12.** O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

**Parágrafo único.** O membro que faltar, sem justificativa aceita, a duas (2) reuniões seguidas ou a quatro (4) alternadas, no período de doze (12) meses, será destituído de sua função.

## **CAPÍTULO VI**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 13.** Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Geral ou órgão superior de acordo com a competência dos mesmos.

**Art. 14.** O presente Regulamento entra em vigor após aprovação do Conselho Maior.  
Legislação Núcleo Docente Estruturante (anexadas)

#### **4.3.16 REGULAMENTO DE AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIOS**

##### **CAPITULO I - MARCAÇÃO DE AULAS PRÁTICAS.**

- a) A marcação da aula prática será de acordo com os horários estipulados anteriormente pela coordenação do curso. Aulas de reposição e oficinas específicas são de responsabilidade do Professor da disciplina e poderá ser solicitada no recurso pedagógico da Unidade Acadêmica do Curso.
- b) As aulas práticas não regulares devem ser marcadas com antecedência mínima de 72 horas, somente em dias úteis.
- c) As aulas práticas poderão ser marcadas para todo o semestre ou não, caso seja de interesse do professor.
- d) No ato da marcação da aula prática, o professor responsável deverá relacionar o material a ser utilizado na prática, criando uma ficha prática ou utilizando-se das fichas já criadas no nosso acervo de fichas.
- e) Será entregue ao professor, no ato da marcação das aulas práticas, um relatório com duas vias contendo todas suas marcações (hora, data e laboratório). O mesmo deverá assinar uma das vias e entregar à Unidade Técnica. Isso possibilitará ao Professor questionar no caso de uma de suas marcações não serem atendidas.
- f) O cancelamento de aula prática poderá ser feito pessoalmente no recurso pedagógico da mesma unidade (unidade III), com uma antecedência mínima de 24 horas.
- g) O prazo para marcação das aulas práticas e experimentais deve ocorrer no prazo mínimo estabelecido, a fim de facilitar a viabilização dos materiais em tempo hábil para realização das práticas. Tornara-se isento o setor (recurso pedagógico) caso haja um descumprimento do prazo.

##### **CAPITULO II - NORMAS GERAIS PARA O USO DE LABORATÓRIOS**

- a) Será de responsabilidade do professor da disciplina, todo o material disponibilizado no laboratório conforme lista de equipamentos, reagentes e produtos solicitados em ficha prática.
- b) A conduta e a fiscalização do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) de cada aluno quando na utilização dos laboratórios será de responsabilidade do professor da disciplina. Caberá ao professor da disciplina a comunicação prévia aos alunos dos (EPIs) corretos quando indicados (jaleco branco, sapatos fechados e luva) a serem utilizados em sua aula prática. Não sendo permitido assistir ou praticar atividades laboratoriais sem o uso do uniforme completo.
- c) Antes de começar os trabalhos os cabelos devem ser presos, materiais ou bijuterias pessoais devem ser guardados nos escaninhos. Unha sempre cortada e

sem esmalte e as mãos sempre lavadas antes e depois de qualquer procedimento;

- d) Cabe ao professor a orientação sobre a utilização correta de equipamentos, móveis e utensílios, podendo o mesmo punir e discente que não cumprir normas específicas;
- e) A permanência dos alunos no laboratório de aula prática será permitida apenas mediante o uso de uniforme completo. O aluno que não respeitarem essa norma não poderá assistir às aulas práticas;
- f) A entrada dos alunos nos laboratórios será apenas permitida após a autorização dos professores responsáveis;
- g) Não se alimentar, beber ou fumar no laboratório;
- h) Trabalhar com seriedade evitando brincadeiras;
- i) Não deixar materiais estranhos ao trabalho sobre as bancadas. (Cadernos, bolsas e agasalhos devem ficar nos escaninhos próximos a porta);
- j) Todo material (matérias-primas, equipamentos, vidrarias e utensílios) utilizado pelo aluno deverá ser devolvido ao local inicial;
- k) Não é permitida a presença de pessoas estranhas à disciplina no laboratório;
- l) Em caso de incêndio usar a saída, chamar socorro para apagar o fogo em roupa de colegas, baixar as chamas com toalhas. Nunca usar extintor em humanos;
- m) Jamais esquecer que o laboratório é um ambiente de trabalho submetido a riscos de acidentes, na maioria das vezes causadas por atos inseguros. O trabalho em laboratório exige concentração e bom desempenho. Para tanto, o aluno precisa seguir as recomendações e instruções fornecidas pelos professores. Também deve ser mantido o mínimo ruído possível (silêncio);
- n) O aluno com qualquer tipo de enfermidade por lesão, infecção bacteriana ou viral deve ser afastado e retornar apenas após liberação médica.
- o) É de responsabilidade do professor a abordagem aos alunos que não estiverem dentro das normas institucionais estabelecidas pelas normas técnicas em vigilância sanitária.

### **CAPITULO III - PRÁTICAS SEGURAS NO LABORATÓRIO.**

- A limpeza dos laboratórios (bancadas, pisos, equipamentos, instrumentos e demais superfícies) deve ser realizada regularmente e imediatamente após o término de uma atividade;
- A desinfecção do ambiente é empregada antes e após a atividade laboratorial para prevenir a contaminação do ambiente com materiais ou produtos biológicos que oferecem riscos;

- A descontaminação e a limpeza inicial de móveis, equipamentos e utensílios têm de ser realizada regular para evitar a proliferação de bactérias que possam inutilizá-los;
- O manuseio e o transporte de vidrarias e de outros materiais devem ser realizados de forma segura. Para o transporte deve-se utilizar um transporte firme, evitando quedas;
- Os resíduos orgânicos devem ser retirados dos laboratórios após o uso e descartados de maneira adequada;
- Em Caso De Acidentes estará também disponível em cada laboratório, uma caixa de primeiros socorros devidamente identificada com o símbolo da cruz vermelha, próximo ao lavabo, contendo alguns medicamentos de uso tópico como: pomada para queimadura, antissépticos, neutralizantes de ácidos e bases, ataduras e esparadrapo;
- Haverá telefones úteis para serem utilizados em caso de emergências, como dos principais hospitais de Brasília, corpo de bombeiros e defesa civil;
- Toda e qualquer alteração na estrutura do laboratório como: suspeita de vazamento de gás, risco elétrico ou qualquer outra anormalidade que por ventura possa significar algum tipo de risco. O laboratório deverá ser desocupado imediatamente caso esteja em uso. A coordenação geral deverá ser avisada a fim de se tomar às providências cabíveis.

## **CAPITULO IV - TÉCNICO DE LABORATÓRIO**

### **5.1.1.1 Descrição de função**

Função: Técnico de Laboratório

Sumária: Desenvolver e executar atividades de apoio técnico, destinados ao ensino, pesquisa e extensão.

### **5.1.1.2 Detalhada:**

- a) Atuar na operacionalização das atividades experimentais (aulas práticas) de apoio à pesquisa e extensão, executando os procedimentos requeridos para o desenvolvimento dos trabalhos.
- b) Auxiliar os docentes nas atividades de ensino, preparando materiais e equipamentos necessários para aulas práticas, dando suporte nas práticas laboratoriais, clínicas e de campo;
- c) Auxiliar docentes no treinamento de alunos e estágios para operação de instrumentos e execução de técnicas laboratoriais;
- d) Realizar atividades laboratoriais relacionadas ao campo de atuação;

- e) Receber, coletar, preparar, examinar e distribuir materiais, de acordo com a área de atuação, efetuando os testes necessários, procedendo aos registros, cálculos e demais procedimentos pertinentes, para subsidiar os trabalhos;
- f) Desenvolver atividades relacionadas com a produção, manutenção, manuseio e descarte de animais utilizados em atividades de ensino pesquisa e extensão;
- g) Preparar e utilizar soluções, amostras, substratos, reagentes, solventes, empregando aparelhagem e técnicas específicas, de acordo com a determinação dos profissionais da área de atuação (para os laboratórios específicos da saúde);
- h) Analisar materiais e substâncias em geral, utilizando métodos específicos para cada caso;
- i) Regular, controlar e operar aparelhos de acordo com os tipos de testes solicitados, adequando-os aos objetivos do trabalho (para os laboratórios específicos da saúde);
- j) Executar o tratamento de descarte de resíduos e solventes, defensivos, com base em normas padronizadas de segurança ou métodos e técnicas indicadas por profissionais da área (para os laboratórios específicos da saúde), quando for o caso;
- k) Executar ou promover, conforme o caso, atividades de manutenções preventivas e corretivas, necessárias à conservação de equipamentos, instrumentos e outros materiais da área de atuação;
- l) Controlar o estoque dos materiais relativos à área de atuação tomando as providências necessárias para sua reposição;
- m) Operar microcomputadores para auxiliar nas atividades de ensino e pesquisa;
- n) Zelar pela guarda, limpeza e conservação dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados nas aulas práticas, de acordo com a área de atuação, por meio de métodos específicos, tais como desinfecção, esterilização e acondicionamento, bem como dos locais de trabalho;
- o) Desempenhar outras atividades correlatas e afins.

